



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Luciana de Queiroz Pinto

A Representação do Indígena na Cartografia Portuguesa do Século XVI

SÃO GONÇALO

2017

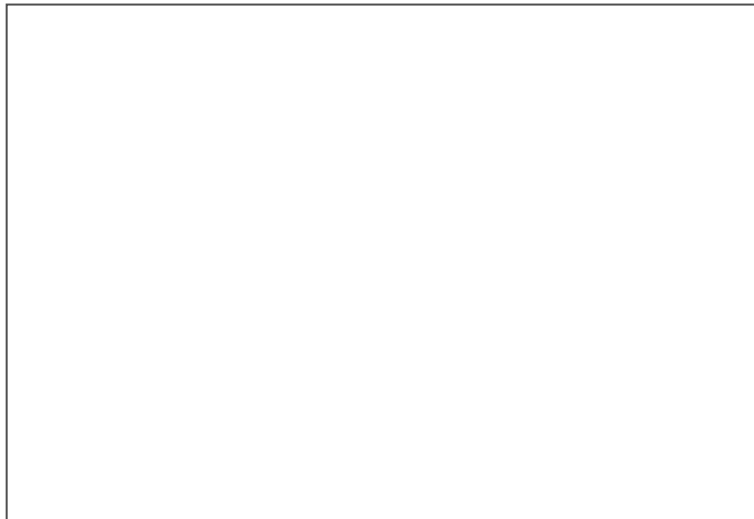
Luciana de Queiroz Pinto



A Representação do Indígena na Cartografia Portuguesa do Século XVI

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof^ª Dra. Joana D'Arc do Valle Bahia



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luciana de Queiroz Pinto

A Representação do Indígena na Cartografia Portuguesa do Século XVI

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Joana D’Arc do Valle Bahia
Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ

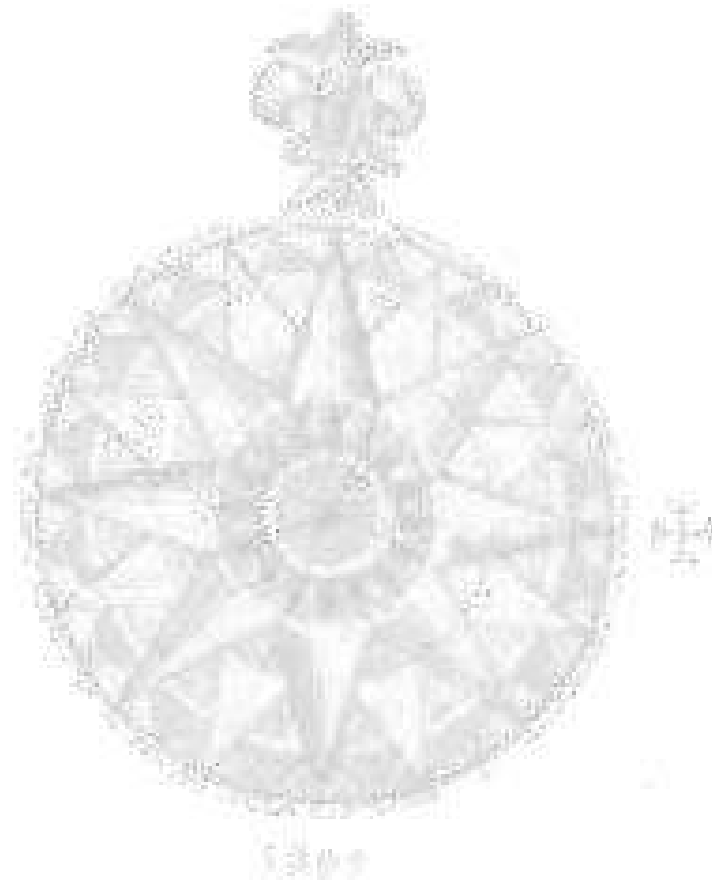
Prof^a. Dra. Luciana Mendes Gandelman
Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ

SÃO GONÇALO

2017

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Deus pelo sustento; aos familiares, em especial, Léia e Tito André pela cumplicidade; aos amigos queridos, particularmente Ricardo Moura e Maria Dulce de Faria por todo apoio. Minha gratidão especial à Joana D'Arc do Valle Bahia pela generosidade ao longo desta pesquisa.



“Navigare necesse, vivere non est necesse.”

Pompeu

RESUMO

PINTO, Luciana de Queiroz. A Representação do Indígena na Cartografia Portuguesa do Século XVI. 2017. 170f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

O pioneirismo português nas Navegações levou ao desenvolvimento da cartografia, sendo o século XVI, o seu auge. Essa técnica foi importante para delimitar o território, expressar o imaginário referente ao Novo Mundo e destacar traços culturais dos nativos através das representações imagéticas nos mapas coloniais, retratavam um novo mundo e uma nova humanidade: as populações autóctones da América. Ao longo do século dezesseis os indígenas foram decodificados e reinterpretados em cartas de missionárias, narrativas de cronistas e em documentos cartográficos. Essas imagens, presentes nos mapas lusitanos que destacam Brasil e a América do Sul caracterizavam uma visão etnocêntrica do português em relação aos nativos da América. A iconografia revela uma descrição do bom e do mal selvagem, ou seja, em alguns mapas são ilustrados como integrantes da paisagem, cheio de exotismo e romantismo; em outros documentos aparecem imagens de homens selvagens e canibais; assim, concluímos que os mapas manuscritos transmitiam visões ambíguas sobre os indígenas. Neste sentido, a pesquisa visa analisar e sistematizar as imagens, assim como as informações contidas nestes documentos, fazendo um cruzamento de fontes cartográficas e relatos dos viajantes. Tal trabalho também busca aprofundar-se nessas representações imagéticas, para compreender a perspectiva etnocêntrica e cristianizada em relação ao indígena, sendo uma forma de legitimar a escravização, aculturação e extermínios desses povos. A linha de pesquisa baseou-se na Nova História Cultural, utilizando a metodologia de um regime de memória, dialogando com a antropologia e a geografia, considerando as problemáticas inerentes ao tema. A iconografia nesses documentos foi analisada além do seu teor artístico, mas de sua intencionalidade. O foco no quinhetismo justifica-se devido às descobertas, possessões territoriais e conseqüentemente, o auge da cartografia lusitana.

Palavras-chave: Cartografia histórica; Índios; Imagem e imagética; Arte portuguesa.

ABSTRACT

The Portuguese pioneerism in navigation, led to the development of cartography, being the sixteenth century, its peak. This technique was important to delimit the territory, to express the imaginary referring to the New World and to emphasize cultural traces of the natives through the imagery representations in the colonial maps. They portrayed a new world and a new humanity: the autochthonous populations of America. Throughout the sixteenth century the natives were decoded and reinterpreted in missionary letters, chroniclers' narratives and cartographic documents. These images, present in the Lusitanian maps that highlight Brazil and South America, characterized an ethnocentric view of Portuguese in relation to the natives of America. The iconography reveals a description of the good and the evil savage, that is, in some maps are illustrated as part of the landscape, full of exoticism and romanticism; In other documents appear images of wild men and cannibals; Thus, we conclude that the manuscript maps conveyed ambiguous views about the Indians. In this sense, the research aims to analyze and systematize the images, as well as the information contained in these documents, making a crossroads of cartographic sources and travelers' reports. This work also seeks to deepen these imagistic representations, to understand the ethnocentric and Christianized perspective in relation to the indigenous, being a way to legitimize the enslavement, acculturation and extermination of these peoples. The research line was based on the New Cultural History, using the memory regime methodology, dialoguing with anthropology and geography, considering the inherent problems of the theme. The iconography in these documents was analyzed beyond its artistic content, but also of its intentionality. The focus on the "Quinhentismo" is justified by the discoveries, territorial possessions and consequently, the height of the luso-cartography.

Keywords: Historical cartography; Indians; Image and imagery; Portuguese art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Martin Waldseemüller - <i>Tabula Terre Nova</i> , 1513	p.17
Figura 2 – Walter Raleigh - <i>Kurze Wunderbare Beschreibung... 1594</i>	p.18
Figura 3 – Cantino – <i>Planisfério</i> , 1502	p.35
Figura 4 – Mapa de Ga-sur, de 2500a.C	p.47
Figura 5 – Mapa-mundi do Baeto de Liébano, Século XI	p.50
Figura 6 – <i>Orbis Terrarum</i> , [séculos VI e VII]	p.51
Figura 7 – Mapa-Mundi, Santo Isidoro de Sevilha, Século XII	p.52
Figura 8 – Mapa de Ebstorf, de 1235	p.53
Figura 8a – Detalhe Mapa-mundi de Ebstorf (cabeça do Cristo e o Éden)	p.54
Figura 8b – Detalhe Mapa-mundi de Ebstorf (África)	p.55
Figura 9 – Carta náutica - Diego Homem, 1570	p.56
Figura 10 – Figura 10: <i>Nova et aucta orbis Terrae descriptio</i> ...Mercator, 1569	p.61
Figura 11 – Pintura de Lacroix, França	p.68
Figura 12 – O mês de julho, ca.1400	p.71
Figura 13 – Purificação da Virgem, ca. 1410	p.71
Figura 14 – François Rabelais – <i>Pantagruel</i>	p.72
Figura 15 – Carta Marina et descriptio septentrionalium terrarum ac mirabilium - Olaus Magnus, 1539	p.73
Figura 16 – <i>Typus orbis universalis</i> , Sebastian Münster, 1552	p.73
Figura 16a – Detalhe do mapa de Munster (criaturas gigantes)	p.74
Figura 17 – <i>Typus Cosmographicus Universalis</i> , Sebastian Munster, 1532	p.74
Figura 17a – Detalhe do mapa de Munster (serpentes marinhas e sereia)	p.74
Figura 18 – <i>Charta cosmographica...</i> - Pedro Apiano, 1551	p.81
Figura 19 – <i>Secunda eras mund</i> - Hartmann Schedel, 1493	p.83
Figura 20 – Mapa mundi – Hereford, [séc.XIII]	p.84
Figura 20a – Detalhes do mapa de Hereford	p.84
Figura 21 – [Mapa mundi] - Pierre Descelliers, 1546	p.91
Figura 21a – Detalhe do mapa de Descelliers (América do Sul)	p.91
Figura 21b – Detalhe do mapa de Descelliers (Nativos e colonizadores)	p.92
Figura 22 – <i>Grands Voyages</i> - Theodor de Bry, 1592	p.95
Figura 23 – Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju	p.97
Figura 24 – Habitação dos Apiacá sobre o Arinos - Hercules Florence	p.98
Figura 25 – Johan Froschauer – Cena de cerimônia canibal, c.1589	p.100
Figura 26 – <i>Brasil Nuova Tavola</i> - Girolamo Ruscelli, 1574	p.101
Figura 26a – Detalhe do mapa de Ruscelli (Canibalismo)	p.102
Figura 27 – “América” [Américo Vespúcio redescobre a América] -Theodor Galle, Philippe Galé e Jan Collaert, 1580	p.103
Figura 28 – O caçador de escravos - Jean Baptiste Debret	p.109

Figura 29 – Mêlée de guerriers nus - Etienne Delaune	p.110
Figura 30 – Brasil – Giacomo Gastaldi, 1556	p.112
Figura 30a – Detalhe do mapa (escambo)	p.112
Figura 31 – Epifania – Vasco Fernandes, c.1505	p.116
Figura 32 – O Inferno – Afonso Pena, século XVI	p.117
Figura 33 – Hans Staden (Cenas de Antropofagia)	p.120
Figura 34 – Hans Staden (Guerra intertribal)	p.121
Figura 35 – Conviviorum apparatus - Theodor de Bry	p.124
Figura 36 – América tercia pars – Theodor de Bry, 1597	p.125
Figura 36a – Detalhes laterais do frontispício	p.126
Figura 36b – Detalhe do centro-inferior do frontispício	p.126
Figura 37 – Novus Orbis Regiun – Hans Holbein,1532	p.127
Figura 37a – Detalhe do mapa de Holbein (esquartejamento)	p.127
Figura 38 – Terra Brasilis – Lopo Homem e Pedro Reinel, 1519	p.133
Figura 38a – Detalhe do mapa Terra Brasilis (legenda)	p.134
Figura 38b – Detalhe do mapa Terra Brasilis (corte de madeira)	p.135
Figura 39 – Carta Universal [Mapamundi] – Diogo Ribeiro, 1529	p.136
Figura 39a – Detalhe do mapa de Diogo Ribeiro (nativos)	p.137
Figura 40 – [Mapamundi] - Pero Fernandes, 1545	p.138
Figura 40a – Detalhe do mapa de Fernandes (indígena na América Portuguesa)	p.138
Figura 40b – Detalhe do mapa de Fernandes (indígena na América espanhola).....	p.140
Figura 41 – Carta de Sebastião Lopes, 1558	p.140
Figura 41a – Detalhe do mapa de Lopes (corte da madeira).....	p.141
Figura 42 – Kunstman, [c.1503-1506]	p.143
Figura 42a – Detalhe do mapa de Kunstman (canibalismo).....	p.144
Figura 43 – Atlas de Diogo Homem, de 1558	p.145
Figura 43a – Detalhe do mapa de Diogo Homem (selvageria)	p.146
Figura 43b – Detalhe do mapa de Homem (acampamento)	p.146
Figura 43c: Detalhe do mapa de Homem (corte do pau-brasil)	p.147
Figura 43d: Detalhe do mapa de Homem (ameaça ao brasão português)	p.147
Figura 44: Mundo Novo – Diogo Homem, 1565	p.149
Figura 44a: Detalhe do mapa de Diogo Homem (Terra de antropófagos)	p.149
Figura 44b: Detalhe do mapa de Diogo Homem (Canibales)	p.150
Figura 45: Americae Sive Quartae Orbis Partis... - Gutiérrez e Cock, 1562	p.152
Figura 45a: Detalhes do Mapa de Gutiérrez e Cock (Monstros marinhos)	p.153
Figura 45b: Detalhe do Mapa de Gutiérrez e Cock (Terra de gigantes)	p.153
Figura 45c: Detalhe do Mapa de Gutiérrez e Cock (Regio de Brasil)	p.154
Figura 46: Tavola dell 'isole nuove... - Sebastian Münster, 1554.....	p.155
Figura 46a: Detalhe do Mapa de Munster (Canibali)	p.155
Figura 47: Mapa da América Meridional - Levinus Hulsius, 1599	p.156
Figura 47a: Detalhe do mapa de Hulsius (nativos)	p.157
Figura 47b: Detalhe do mapa de Hulsius (Brasil)	p.157
Figura 48: Orbis Terrarum Typus ... – Petrus Plancius, 1594.....	p.158
Figura 48a: Detalhes do mapa de Petrus Plancius (nativos)	p.159
Figura 48b: Detalhe do mapa de Petrus Plancius (antropofagia).....	p.159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.12
1. CAPÍTULO 1: O DESENHO DOS MAPAS: DA IDADE MEDIA AO RENASCIMENTO	p.31
1.1 – O discurso do mapa e a descrição do território	p.36
1.2 – A produção cartográfica medieval	p.46
1.3 – Os mapas no contexto do renascimento	p.57
2. CAPÍTULO 2: IMAGEM E IMAGINÁRIO	p.64
2.1 – A imagem fala	p.67
2.2 – Os mapas no contexto do renascimento	p.79
3. CAPÍTULO 3. OS HABITANTES DA TERRA BRASILIS	p.96
3.1 – O processo colonizador	p.103
3.2 – Os múltiplos olhares	p.110
3.3 – A imagem construída	p.123
4. CAPÍTULO 4: A ICONOGRAFIA INDÍGENA	p.129
4.1 – O bom selvagem	p.132
4.2 – O mal selvagem	p.142
4.3 – Os estrangeiros	p.151
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.164
ANEXO 1 – Regimento de Tomé de Souza	p.173
ANEXO 2 – Carta de Pero Vaz de Caminha	p.186

INTRODUÇÃO

No período quinhentista os documentos cartográficos reuniam ciência e técnica oriundas da especialização da cartografia que estava atrelada ao Renascimento cultural e científico. Sabe-se que os mapas, assim como outras representações artísticas são resultados do contexto histórico e valores culturais no momento de sua produção. Um mapa é um documento iconográfico, entendemos que estes documentos têm uma linguagem própria e podem ser lidos apenas por suas legendas textuais ou cartelas de título, ou seja, são documentos plurais e polissêmicos. Segundo Paulo Miceli faz uma observação importante sobre esses documentos: “Os mapas têm fragmentos que merecem observação demorada, pois os detalhes mais valiosos desses monumentos culturais escapam ao observador apressado, apesar de estarem todos ali à frente”.¹

A visão de Harley favoreceu essa pesquisa porque aponta para a historicidade do mapa, no momento que documentação é elaborada, impõe um discurso dominante. A representação espacial escolhe o que retratar, dessa forma, o mapa explicita o interesse do cartógrafo ou de quem o patrocina. Considerando a produção cartográfica como parte de um discurso, o apoio de Foucault foi relevante, ao afirmar que o objeto do discurso tem poder coercitivo e estabelece uma narrativa verossímil. Toma-se aquela descrição como verdade, exterior ao sujeito. “Essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”²

Na ótica foucaultiana o poder está em toda parte e de acordo com John Harley a cartografia exerce poder, pois os cartógrafos atendiam demandas externas: “in all these cases maps are linked to what Foucault called the exercise of ‘juridical power’. The map becomes a ‘juridical territory’: it facilitates surveillance and control”³. Dessa forma, o

¹ Paulo MICELI. Ao Observador, o Norte e o Oriente. IN: Paulo MICELI (org.). O Tesouro dos Mapas. A cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. p. 55.

² FOUCAULT, Michael. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Campinas: Loyola, 1996. p. 18

³ HARLEY, John Brian. Deconstructing the Map. Cartographica, v.26, n.2, p.1-20, 1989. p.11-12

capítulo um dialoga com esses dois teóricos com a finalidade de estabelecer o mapa não como um objeto descritivo e científico, mas também político e ideológico.

Mais uma vez, procuro dar ênfase na importância que os mapas possuem quanto fontes históricas e, principalmente no período da Descoberta e Colonização do Brasil. Documentos que expressam a visão dos conquistadores sobre o território do Novo Mundo, como descreveram as terras e os personagens da América. Enfatizar para que fique claro ao leitor, o quanto esses mapas ajudam a historiografia, no sentido de perceber a perspectiva do europeu na descrição da terra que estava no foco da Coroa Lusitana.

No período áureo da expansão marítima ibérica, século dezesseis, onde desbravaram os oceanos Atlântico e Índico, a Cartografia produzia muitos exemplares manuscritos e portanto, exclusivos. Por isso que muitos desses documentos não sobreviveram ao tempo, se perderam ao longo da História. Alguns se desgastaram, outros foram escondidos devido ao sigilo das informações, outros foram perdidos, muitos foram destruídos. Dessa forma, os mapas da era dos descobrimentos tornaram-se relíquias ao pesquisador das Idades Media e Moderna. “Ali estão vestígios de humanidade e memória, já que os mapas, além de representarem espaços, são eles próprios lugares da História”⁴.

O objetivo da presente dissertação é o estudo e análise da visão e representação dos nativos da América que habitavam o território brasileiro, através da visão dos cartógrafos e conseqüentemente suas produções cartográficas, que atendiam aos interesses dos colonizadores e exploradores europeus durante o século XVI. Este recorte temporal foi escolhido, pois se trata do primeiro século da colonização, momento de maior choque cultural, já que esse arquétipo seria uma representação da mentalidade e do imaginário medieval⁵. Portanto, este trabalho pretende investigar qual foi a imagem dos indígenas brasileiros que chegou a Portugal e conseqüentemente a algumas partes

⁴ Paulo MICELI. Mapa: Arte e Técnica. IN: Paulo MICELI (org.). Op. Cit.2002. p. 103.

⁵ KRUS, Luis. O Imaginário Português e os Medos do Mar. In: *A Descoberta do Homem e do Mundo*. FUNARTE, Cia Das Letras: SP, 1998.

da Europa, através dos mapas, motivando atitudes dos conquistadores, a partir do ponto de vista eurocêntrico sobre o “outro”⁶.

Focando nos mapas quinhentistas e buscando amparo em fontes literárias de viajantes⁷, analisaremos este choque inevitável, o encontro com o novo e desconhecido seria entre o olhar europeu cristão e civilizado, e sua concepção da cultura dos diversos povos indígenas do Brasil. Desse encontro, surgem perspectivas não apenas diferentes, mas em alguns casos divergentes. O índio⁸ é representado comendo carne humana junto a pedaços de corpos sendo assados, guerreando entre si, como verdadeiros selvagens⁹, ora vemos um nativo cooperativo, trabalhando na extração do Pau-brasil, sujeito à dominação. Nos mapas analisados, vemos o nativo sobre duas óticas, a do passivo e submisso, exaltando a conquista com adornos sobre seus corpos e sobre a figura do europeu, vimos claramente isso, nos mapas dos cartógrafos¹⁰ Lopo Homem e Pedro Reinel, de 1519 com título de *Terra Brasilis*. De outra forma, aparecem com imagem de habitantes selvagens, bárbaros e canibais, o que foi mais comum neste período analisado, neste sentido, podemos citar obras de suma importância como o mapa feito por Diogo Homem em 1558.

Cabe ressaltar que estas interpretações foram formadas a partir de questões econômicas, religiosas e culturais. Além de pensar que o processo de colonização, foi também um processo de adaptação entre povos, ou seja, Portugal como uma grande potência da Europa naquele momento, estava diante de um novo mundo e todas as variáveis que este mundo poderia oferecer. Uma colônia era um território a ser explorado, porém necessitava, antes de tudo, ser estudado e, ao longo da colonização, a

⁶ A concepção de si mesmo e do outro foi uma reflexão pertinente na colonização do Brasil. Um capítulo que traz essa discussão é: LESTRINGRNT, Frank. A espera do outro. In: *A Outra Margem do Ocidente*. FUNARTE, Cia Das Letras: SP, 1999.

⁷ Ao termo viajantes, incluímos aqueles que visitaram o continente americano, durante os primeiros séculos de colonização. Foram missionários, navegadores, comerciantes, artistas, entre outras funções na colônia. Para mais aprofundamento, ver: BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. Mm Livros: SP, 1999. Também ver referências em: CRISTOVÃO, Fernando (Coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens – Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina e CLEPUL, 2002.

⁸ O termo índio faz referência aos ameríndios das mais diversas etnias que habitavam o território Novo Mundo. Usaremos essa conotação a partir da descrição de Colombo ao avistar os habitantes da América. No terceiro capítulo desta pesquisa, intitulado ‘Os Habitantes da Terra Brasilis’, esse conceito será problematizado, cruzando a perspectiva da História e da Antropologia. A priori, o termo índio será trabalhado para identificar os ameríndios.

⁹ Para mais esclarecimentos sobre o mito do homem selvagem, ver GOULÃO, M^a José. Do Mito Do Homem Selvagem à Descoberta do ‘Homem Novo’: A Representação do Negro e do Índio na Escultura Manuelina. In: *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: Portugal e Espanha entre a Europa e Além-mar*. Universidade de Coimbra, 1992.

¹⁰ Os cartógrafos citados nesta pesquisa estão descritos em uma breve biografia, colocada em anexo.

cultura e religião européia deveriam se infiltrar e ganhar espaço nestas terras. Assim, as questões vão surgindo nesta pesquisa. Quem eram os índios nos primeiros mapas do Brasil? Qual era o nível de integração entre nativos e europeus? Qual é o impacto desse universo novo nas representações cartográficas? Que ponto de vista os europeus tiveram, depois que esses mapas passaram a circular pela Europa? Passando por dois séculos de colonização e conquista do território brasileiro, tentaremos traçar um caminho para esclarecer tais questões.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, no capítulo um, procuramos discutir o conceito de mapa e território, procurando compreender como a cartografia se desenvolveu ao longo de séculos, destacando a Idade Média e a produção cartográfica influenciada pelo Renascimento científico; destacando sua grande importância na expansão marítima e no descobrimento de novas terras e povos, já que toda e qualquer manobra, conquista ou reconquista feita no Brasil, os mapas foram cruciais para o êxito português. Na segunda parte, ocorre uma análise do que é uma imagem e como somos naturalmente instintivamente inclinados às representações imagéticas; levanta-se a questão do imaginário que permeava as mentalidades naquele momento, suas influências anteriores e de que maneira, essa concepção mítica foi retratada nos dois primeiros séculos da colonização, enfatizando o nativo da América Portuguesa, dessa forma, tratamos de imagem e imaginário traçando um caminho ao foco dessa dissertação. Num terceiro momento, o debate volta-se para os nativos da América, buscando analisar o conceito de índio, as particularidades e características que levaram ao choque cultural com os colonizadores. O quarto e último capítulo tem a proposta de fazer um estudo e aprofundamento nas ilustrações que aparecem nos quatro mapas analisados, a fim de entender as interpretações ou mensagens que os cartógrafos queriam que chegasse à Corte Lusitana.

O Desenho dos Mapas: Da Idade Média ao Renascimento Cartográfico é o título do capítulo um, que faz uma breve reflexão sobre como os mapas acompanham o progresso social dos seres humanos, na medida em que procuravam localizar-se no espaço. Dessa forma, surgiram os mapas rudimentares, que, foram sendo aprimorados no momento que as civilizações foram desenvolvendo-se. Produzir uma representação plana e bidimensional de um espaço físico, com suas especificações. Esse conceito de Mapa e Território foi pensado nesse mesmo capítulo, cuja finalidade é extrair

significado desses termos para que, no momento da análise do mapa como fonte, possamos perceber a importância desses documentos no período estudado, o século XVI, e quanto essas ilustrações dos indígenas foram relevantes nesses documentos.

Além da definição de Mapa e Território, levanta-se uma análise da produção cartográfica medieval. A Idade Média é o período que a Igreja detém o conhecimento e a instituição mais poderosa da Europa, que dita normas e valores. Dentro desse contexto, os mapas medievais sofreram diversas influências na sua produção. Os limites do mundo conhecido e descrito era muito limitado, esses documentos geralmente eram circulares num formato em ‘O’ e os três continentes conhecidos (ou parte deles) eram representados em forma da letra ‘T’, ficaram conhecidos como mapas T-O, que além de “funções geográficas tinham funções alegóricas”¹¹.

O mapa de Martin Waldseemüller, de 1513, intitulado *Tabula Terre Nova*, é o primeiro mapa impresso focado no Novo Mundo. Na parte portuguesa da América, aparece à descrição *Terra Incógnita*. No litoral, mostra alguns topônimos, a partir de informações dadas pelos exploradores. Acima da *Terra Incógnita*, lê-se: *Hec terra cum adjacentibus insulis inuenta est per Columbus ianuensem ex mandato Regis Castelle*; que significa, “Esta terra com suas ilhas adjacentes foi descoberta por Colombo enviado pelo rei de Castela.

¹¹ BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)*. Vol 1. Circulo de Leitores. P.28

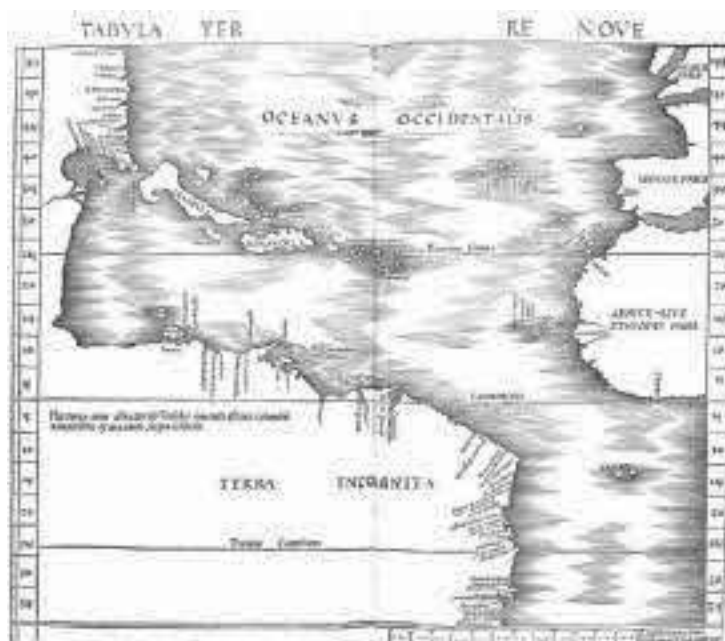


Figura 1: Martin Waldseemüller - *Tabula Terre Nova*, 1513.¹²

O foco no século dezesseis, além de ser o primeiro da colonização da América Portuguesa, também é o período considerado o auge da cartografia portuguesa, que são os documentos que analisamos nessa dissertação. Tudo é muito novo, a terra - o 'outro'; além da novidade, ainda percebemos a influência do mundo medieval nas cartas cartográficas.

No capítulo dois '*A Imagem e o Imaginário: Perceber Sutilizas Para Compreender o Contexto*', há uma pausa para refletirmos sobre como a imagem é significativa ao ser humano, muito mais que percebemos. Nesta pesquisa, procura-se mostrar a relevância dos documentos cartográficos no contexto da Era dos Descobrimentos. Pois estes documentos tinham uma difícil tarefa de representar os territórios, e tudo que nele se encontrava. Na prática, esse tipo de trabalho ia além das fronteiras e terras conhecidas, fazia parte dessa produção, o registro de um mundo povoado de monstros e maravilhas, repleto de pesadelos e fantasias, um universo fadado a subsistir para além da linha tênue entre o real e o imaginário.

Esse capítulo problematiza a representação do 'maravilhoso' no pensamento medieval refletindo na cartografia moderna, a partir do momento que as ilustrações

¹² Este documento pertence ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart986543_544/cart986543_544.htm

descrevem figuras míticas fantásticas, dentro de mapas que tratam de fatos reais, um novo continente descoberto habitado por milhares de nativos. “A imaginação dos homens resiste à realidade, teima em continuar acreditando no que quer. No que a vida e a história se intrometem esfacelando ilusões”.¹³ Seria um universo que mescla o real e o imaginário, o intangível o palpável.

“Essas imagens não se restringem às que se configuram na produção iconográfica e artística: englobam também o universo das imagens mentais. E se é verdade não haver pensamento sem imagem, tampouco deveremos deixar-nos afogar no oceano de um psiquismo sem limites. As imagens que interessam ao historiador são imagens coletivas, amassadas pelas vicissitudes da história, e que se formam, modificam-se, transformam-se. Exprimem-se em palavras e em temas”¹⁴

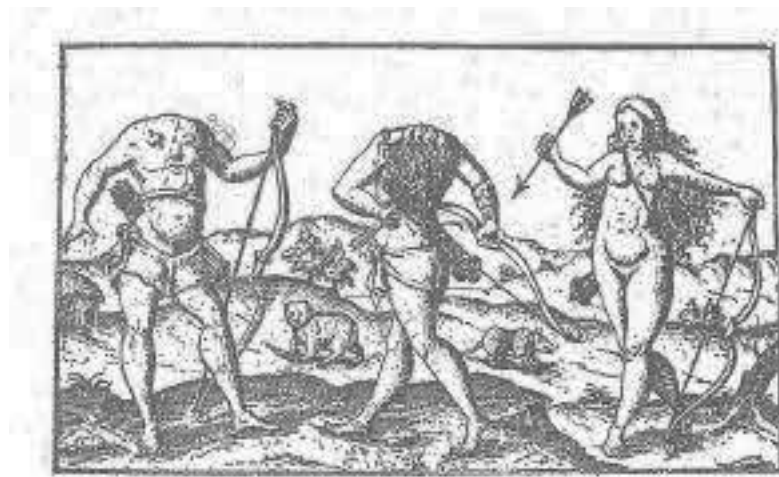


Figura 2: Walter Raleigh - Kurze Wunderbare Beschreibung des Goldreichen königreichs Guianae in America, oder ne wen Welt under der Linea Aequinoctiali gelegen: So neulich Anno 1594, 1595, und 1596.¹⁵

A construção do real, a existência de indivíduos sem cabeça, cujo rosto aparece no peito e dos ombros saem os cabelos convivem em harmonia com outro do canto direito. Ambos seguram arco e flecha com as mãos, habitam nas terras da América.

¹³ Joaquim Romero de MAGALHÃES. Editorial. Ilhas, isolamento, solidão. IN: Joaquim Romero de MAGALHÃES. Revista Oceanos, no 46. Ilhas Fantásticas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, abril/junho de 2001. p. 5.

¹⁴ LE GOFF, Jacques . *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa. P.16

¹⁵ Esta imagem foi reproduzida a partir da cartografia de Levinus Hulsius, 1599. Pertence a obra: Kurze Wunderbare Beschreibung des Goldreichen königreichs Guianae in America, oder ne wen Welt under der Linea Aequinoctiali gelegen... Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1371501/or1371501.pdf

Seria representação dos nativos do Novo Mundo, a partir de um ‘universo de imagens mentais’.

Utilizando Jacques Le Goff, entendendo *representação* como ‘todas e quaisquer traduções de uma realidade exterior percebida’¹⁶, apreendemos a ideia de que durante o século dezesseis, as representações expostas nos mapas ainda vislumbravam conceitos vigentes durante o período medieval. Uma realidade repleta de criaturas fantásticas e míticas que faziam parte do cotidiano de grande parte da sociedade do Velho Mundo.

Capítulo três *Os Habitantes da Terra Brasilis*, visa problematizar o conceito de índio utilizado por Colombo, desmistificado pela Antropologia Social e História Cultural que buscaram analisar os primeiros habitantes do Brasil, relativizando suas semelhanças e distinções para entender a perspectiva do europeu sobre os nativos e quais outras perspectivas podemos ter sobre esses nativos do século XVI que foram desenhados nos mapas encaminhados para os monarcas. Nesse contexto, queremos considerar as populações autóctones da América com protagonistas da História e não apenas como coadjuvantes.

Os habitantes da América em geral e particularmente do Brasil, causavam um impacto àqueles que passaram por este território na primeira metade do século dezesseis. Eram pessoas que andavam nus, tomavam banho de rio e mar, usavam penas como acessórios, passavam tinta pelo corpo, comiam outras pessoas, tudo isso era esquisito, então gerava sentimentos contraditórios, em alguns causava entusiasmo e interesse, em outros gerava estranhamento e abominação.

A partir da década de 50 do primeiro século da colonização Brasil, uma série de interesses distintos apresenta-se na colônia, de um lado temos as descrições de autores ibéricos e outra perspectiva não ibérica. Dentro dessa miscelânea de indivíduos europeus no Brasil, teremos administradores da Coroa, moradores, jesuítas, comerciantes de produtos e de escravos; a América Portuguesa era um caldeirão de interesses distintos. Partindo desse pressuposto, analisaremos mapas de cartógrafos portugueses e não portugueses, de modo que faremos uma análise comparativa, para estabelecer semelhanças e diferenças entre eles. Será que a nacionalidade pode interferir

¹⁶ Revista Cadernos de História, 2013, n°21, p.135-156

na visão e descrição sobre o nativo da América? Os interesses distintos interferem na interpretação do ‘outro’?

Cabe ressaltar que dentro da concepção Cristã havia uma divisão entre os católicos e protestantes, desde a Reforma de Lutero, no início do século XVI. A Europa dividida entre dois segmentos Cristãos, que tentavam provar a veracidade de suas religiões¹⁷. A Igreja Católica perdeu um grande número de seguidores, já os protestantes, expandiram sua área de pregação pela Europa. Regiões dos atuais ‘Países Baixos’, ‘Alemanha’, França, Inglaterra passaram a ter grande influência do protestantismo, sendo assim, essas descrições dos indígenas, em alguns momentos, foram feitas de maneira divergente das narrativas dos portugueses, que assumidamente era uma nação Católica.

O missionário André Thévet¹⁸ quando esteve no Brasil entre 1555 e 1556, teve contato com diversos povos e observou diferenças entre os índios e, portanto, diversas culturas. Em sua obra *As singularidades da França Antártica*, ele escreve sobre dois grupos indígenas, os caetés e potiguares: “os canibais [...] são os mais cruéis e desumanos de todos os povos americanos, não passando de uma canalha habituada a comer carne humana, do mesmo jeito que comemos carne de carneiro, se não até com maior satisfação”. O padre Thévet especifica que alguns desses grupos de hábitos canibais, alimentam-se exclusivamente de carne humana. Mas outro viajante conhecido pela sua vivência forçada entre os Tupinambás, Staden comenta sobre o canibalismo que se evidencia bem à sua frente e afirma: “fazem isto, não para matar a fome, mas por hostilidade, por grande ódio”.

É importante destacar que existe diferença entre canibalismo e antropofagia. Canibalismo é a atitude de se alimentar de carne humana e a antropofagia era o ato de comer a carne de seus inimigos. Quando Hans Staden¹⁹ foi capturado pelos Tupinambás e conviveu entre eles, descreve o ritual antropofágico, de se alimentar do inimigo por vingança. E também, temos que considerar que nem todos os índios comiam carne humana, ou seja, a antropofagia era um hábito de apenas algumas tribos que viviam aqui no Brasil. O que nos leva a pensar que essas representações imagéticas nos mapas

¹⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens dos índios do Brasil – O Século XVI*. In: *Revista de Estudos Avançados da USP*, n 10, 1990.

¹⁸ THEVET, Andre. *As Singularidades da Franca Antártica* (1557). São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1978. p.199.

¹⁹ STADEN, Hans. *Dois Viagens ao Brasil* (1557). Trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

poderiam estar generalizando um comportamento que não era de todos, mas uma especificidade de uns grupos indígenas. Dentro desse contexto, surge o capítulo quatro, nomeado *A Iconografia Indígena*, que procurou trabalhar com quatro mapas, feitos por cartógrafos portugueses com renome naquele período.

O documento de ‘nascimento do Brasil’, a carta de Pero Vaz de Caminha²⁰, relatando a descoberta da nova terra ao rei D. Manoel, foi o primeiro de muitos relatos que iriam descrever à população européia, histórias fantásticas daquela terra estranha e seus habitantes. Posteriormente, chegam viajantes de diversas partes da Europa, com perspectivas distintas em relação aos nativos e dispostos a relatar sua cultura. Paralelamente aos viajantes, temos os cartógrafos que atendiam interesses de monarcas e Companhias de Comércio, a fim de especificar o maior numero de informações dentro dos documentos cartográficos.

Sabe-se que os portugueses não se interessaram pelo Brasil nos trinta primeiros anos após sua chegada, porque preferiam manter o comercio de especiarias no Oriente, por acreditar ser mais lucrativo. Desse modo, a terra recém descoberta, ficou um pouco abandonada e recebia visitas de exploradores para a extração do pau-brasil. O cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em seu livro *História da Província de Santa Cruz, que vulgarmente chamamos de Brasil*, aponta o descaso lusitano para com o território: “[...] pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma província” e diz “os estrangeiros a tem noutra estima e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós”²¹. Até da chegada dos jesuítas na primeira metade do século XVI, Portugal sabia muito pouco sobre território que lhe pertencia aqui na América. O que conhecia, era basicamente o litoral do Brasil, entre o que hoje estão localizadas as regiões nordeste e sudeste.

Existe uma vasta publicação que retrata o contato do europeu com os nativos da América, temas que vão desde o primeiro encontro, a demarcação das terras, a conquista de territórios, comportamento dos nativos, a relação entre eles e os colonizadores, enfim, uma miscelânea de assuntos que nos ajudam a compreender os primeiros duzentos anos de conquista e ocupação do Brasil. Nesta pesquisa, estamos diante de

²⁰ CASTRO, Silvio. *A Carta de Pero Vaz de Caminha: O Descobrimento do Brasil*. RS: Ed. L&PM POCKET,2000.

²¹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil e Historia da Província de Santa Cruz (1576)*. São Paulo: Ed. Itatiaia e EDUSP,1980. P.76

mapas dos séculos dezesseis e dezessete, que estão representam em imagens essas questões levantadas acima. Na verdade, o que pretendo investigar são essas representações imagéticas, confrontando com relatos e publicações desse período, a fim de esclarecer se essas ilustrações seriam as representações apenas do imaginário herdado do mundo medieval ou se realmente demonstravam o cotidiano deste Novo Mundo.

Concerne ao capítulo o uso da proposta de Harley, que adota uma cartografia comparativa²² entre documentos, para que através de um paralelismo possam ser compreendidas as questões internas – o contexto histórico. Essa estratégia possibilita a compreensão da origem dos diversos elementos presentes em determinada obra. Efetuar essa comparação de mapas e estabelecer a relação entre Lopo Homem e Pedro Reinel, com Pero Fernandes, Sebastião Lopes, Diogo Ribeiro a fim de extrair semelhanças e distinções na iconografia dos indígenas.

Uma pitada de Cultura

Esta pesquisa pretende levantar questões epistemológicas referentes à cartografia histórica do século XVI, especificamente, as ilustrações que foram feitas nesses documentos para representar o Novo Mundo e precisamente seus habitantes. Mas, para isso, é necessário que façamos uma introdução de alguns conceitos importantes para fundamentar essa reflexão, de modo que cheguemos a conclusões sobre essas imagens e seus significados naquele momento histórico. Um primeiro conceito que precisa ser compreendido dentro desse paradigma é perceber os esquemas de significação da palavra CULTURA.

“O Conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em

²² HARLEY, J. B. La Nueva Naturaleza de los mapas. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. P.29

busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado.”²³

Entendendo como o modo de vida de grupos humanos, em sua totalidade. Incluindo suas crenças, valores, hábitos, costumes, que são herdados, assimilados e praticados pelos mesmos. “A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto”²⁴ A cultura é adquirida e acumulativa. Existe por um processo de aprendizado entre os personagens em determinados contextos sociais, que não só recebe essas informações, mas têm a capacidade de resignificar os padrões estabelecidos.

“... aquilo que os seres humanos têm em comum é sua capacidade para se diferenciar uns dos outros, para elaborar costumes, línguas, modos de conhecimento, instituições, jogos profundamente diversos; pois se há algo natural nessa espécie particular que é a espécie humana, é sua aptidão à variação cultural.”²⁵

O ser humano é essencialmente produtor de cultura, deixa de ser um mero receptor, mas atua como um agente ativo nos processos culturais. Ou seja, o ser humano gera cultura e, ao mesmo tempo é produto dela.

“Assim, o que distingue a sociedade humana da sociedade animal, e até da sociedade celular, não é de forma alguma a transmissão das informações, a divisão do trabalho, a especialização hierárquica das tarefas (tudo isso existe não apenas entre animais, mas dentro de uma única célula!), e sim essa forma de comunicação propriamente cultural que se dá através da troca não mais de signos e sim de símbolos, e por elaboração das atividades rituais aferentes a estes. Pois, pelo que se sabe, se os animais são capazes de muitas coisas, nunca se viu algum soprar as velas de seu bolo de aniversário.”²⁶

Portanto, a cultura apresenta vários saberes, pois abrange posicionamento e conduta diante dos símbolos presentes em determinada sociedade. Desse modo, a essência da cultura parte da noção dos símbolos, sinais e ações dos grupos humanos, a

²³ GEERTZ, Cliford. *A Interpretação das Culturas*. Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1973. p.4

²⁴ GEERTZ, *Op. Cit.* P.24

²⁵ LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Trad. Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003. P.15

²⁶ LAPLANTINE, *Op. Cit.* p.98

partir do que cada um representa nesse meio. Os elementos culturais geralmente são de ordem prática, a fim de estabelecer uma organização em determinada sociedade. As práticas culturais podem ser concretas – objetivas e abstratas – subjetivas, já que se trata, como por exemplo, de costumes e crenças. Devemos considerar os elementos simbólicos nas sociedades, pois estes trazem realidade a tal grupo; eles têm valor específico. Ato como antropofagia, rituais de danças, objetos religiosos, pajelança, se inserem no campo dos símbolos que possuem significados além do material.

Para compreender as subjetividades das ilustrações nos mapas coloniais, é de suma importância que esses conceitos estejam claros em nossa mente. Senão, agiremos como os europeus no momento da conquista, que observou o outro e não considerou suas características culturais e as especificidades de cada uma das inúmeras existentes nesse continente. Ao longo da colonização da América, culturas menores foram dizimadas porque os conquistadores não entendiam as especificidades destas, tendo um discurso de que eram inferiores e não precisavam ser respeitadas.

Sabe-se que não existe nivelamento de cultura, inferior e superior, cada uma possui identidade, especificidade e particularidade a serem consideradas. Caso não ocorra, surgem os conflitos, já que o outro é considerado o errado. A História mostra que o comportamento dos índios causava espanto à sociedade europeia, a tal ponto que eram desenhados em cartas geográficas (mapas), que a priori, deveriam descrever as terras recém-descobertas. Algumas vezes, ocorria uma generalização da cultura indígena, que só foi desmistificada com a presença, observação e contato dos colonizadores com as diversas etnias presentes na América. O próprio ‘mito do bom selvagem’²⁷ se insere nesse contexto. No contato inicial, todos os nativos eram selvagens, mas o processo colonial foi demonstrando que havia grupos distintos, é claro que existiam semelhanças culturais entre os nativos, mas não podemos esquecer existiam diversos grupos étnicos diferentes.

A História do tempo presente tem demonstrado que o etnocentrismo não caiu no esquecimento, ele aparece carregado de conceitos e preconceitos sobre outras culturas. Talvez esse trabalho contribua, de certo modo, para uma reflexão dessas práticas em relação aos valores do ‘outro’ em detrimento a concepção de certo e errado.

²⁷ Para maiores esclarecimentos, ver LAPLANTINE (*Op. Cit.*) que traz um capítulo discutindo a questão do “Mau selvagem e Bom Civilizado; Bom selvagem e Mau Civilizado”.

Nova História e Regime de Memória

Outro viés que merece ser considerado neste trabalho é que nos enquadrámos no contexto da Nova História, buscando na História Cultural os fundamentos necessários para esta pesquisa. Entendendo que, nessa perspectiva chegaremos às conclusões que tragam significados ao nosso tema e linha de investigação, permitindo que possamos extrair detalhes e considerar aspectos sócio-culturais dentro do tema estudado.

A Nova História trouxe consigo algumas alterações na filosofia do conhecimento em relação à percepção de tempo histórico e, sob a influência das ciências sociais, transformaram conceitos de métodos e técnicas, porque compreendeu que é possível considerar diferentes tipos de documentos como colaborativos na construção do conhecimento histórico. A partir desta perspectiva, a História se une às ciências como semiótica, lingüística, literatura, antropologia, entre outras, para preencher lacunas que, muitas vezes, apenas o campo da História não conseguia. “Sensível às interrogações do presente, a história se aliou à antropologia e se interessou pelos aspectos simbólicos e culturais da sociedade”²⁸.

Nesse processo histórico, a História Cultural, gradativamente foi conquistando espaços no campo do conhecimento epistemológico. Nesse novo fazer histórico, os historiadores podem utilizar conceitos de representação para analisar e argumentar sobre a produção e uso de imagens e suas apropriações, como objeto e fonte de pesquisa. É essa análise partindo do contexto cultural, que “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”²⁹

O historiador francês Roger Chartier, define conceitos de representação e apropriação. Segundo o autor, a relação de representação pode ser entendida “como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente”. Define apropriação a partir de uma história social das interpretações, que remetem a determinações sociais, institucionais e culturais. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, representação é algo

²⁸ REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. P.113

²⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. P.16-17

que permite ver alguma coisa ausente: “[...] nele o social só faz sentido nas práticas culturais e as classes e grupos só adquirem alguma identidade nas configurações intelectuais que constroem, nos símbolos de uma realidade contraditória representada”³⁰.

A representação dá sentido ao mundo através das representações que são edificadas em cima de uma experiência vivida. Compreender o sentido de representação necessita de percepção, pois seria uma maneira de identificar o ausente, reconhecer o que foi por vezes excluído. Desse caleidoscópio de fontes de pesquisa, as imagens são um grande recurso no campo da História Cultural. Estudar essas representações imagéticas, confrontando e dialogando com textos e outros documentos, nos permite fazer algumas reflexões metodológicas, gerando uma interdisciplinaridade de contextos e temas. “[...] Não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais”³¹.

Nos diferentes momentos históricos, nas diferentes sociedades e civilizações, os seres humanos, utilizaram a comunicação através de imagens, desde a Pré-história, quando faziam as pinturas rupestres para representar suas vivências sociais. Peter Burke direcionou a existência da “invisibilidade visual” entre os historiadores, que, por vezes, desprezaram a importância das imagens como fontes de pesquisa. As ilustrações colaboram para reconstruir o passado de forma mais visível e real “[...] Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas”³².

O uso de imagens nesta pesquisa se fundamenta no conceito de representação, pois consegue fundamentar argumentos para o estudo da cultura, de modo que podemos entender aspectos presentes nas lacunas e ausências, ou seja, quando nos apropriamos do conceito de representação, extraímos da fonte histórica o que não está dito, porém necessita ser decodificado e entendido. No universo do imaginário e do real que se trata esta dissertação, temos que considerar que tudo no mundo se constrói socialmente a partir do pensamento e, ao mesmo tempo, é transformado pela ação de representar.

³⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. RJ, Ed. Elsevier, 1997. P.155

³¹ SANTAELLA, Lucia. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008. P.15

³² BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004 P.17

“Os signos e estruturas do homem são registros porque, ou antes, na medida em que, expressam idéias separadas dos, no entanto, realizadas pelos processos de assimilação e construção. Estes registros têm, portanto a qualidade de emergir da corrente do tempo, e é precisamente neste sentido que são estudados pelo humanista. Produzir imagens é a reação do imaginário, no momento em que os indivíduos exteriorizam de forma concreta o que está nas suas faculdades mentais, ou melhor, antes de concretizarmos as imagens, elas têm origem no pensamento, a começar das vivências, experiências e crenças dos seres humanos.”³³

Perceber as imagens e os discursos que estas representam, levam ao entendimento mais amplo de determinada cultura, estes símbolos imagéticos possibilitam diálogos dentro de tal cultura. “Imagens podem ser utilizadas como meio de acesso a formas de compreensão e interpretação das visões de mundo dos sujeitos e das teias culturais em que eles estão inseridos”³⁴. Realizar um estudo com imagens faz-se necessário uma alfabetizar nossos olhos, ou melhor, uma “educação do olhar”, como explicita Mauad: “Existem regras de leitura dos textos visuais que são compartilhados pela comunidade de leitores. Tais regras não são geralmente espontaneamente; na verdade, resultam de uma disputa pelo significado adequado às representações culturais.”³⁵, assim, conclui-se que existe todo um processo de percepção e interpretação de tais ilustrações.

Cabe ressaltar que as imagens não servem apenas para ilustrar ou enfeitar, elas contribuem de modo significativo para a produção do conhecimento. Ao ler uma imagem, compreendem-se seus signos e significados, o sentido lato e o imaginável. A imagem fala, tem mensagem própria, basta saber interpretá-la. De mesma maneira que o historiador precisa ser criterioso ao ler e interpretar uma fonte escrita faz-se necessário o uso dessa metodologia nas interpretações imagéticas. O critério é o mesmo, censo crítico, metodologia de pesquisa e toda a epistemologia que o trabalho de um pesquisador exige. Seja uma narrativa textual ou imagética, todas apresentam suas especificidades.

Segundo Pesavento “o ato de ler, com seu simbolismo de códigos, analogias e convenções; a composição da imagem, com suas técnicas, regras, convenções e formas

³³ PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. SP, Ed. Perspectiva, 2002. P.24

³⁴ BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. P.53-54

³⁵ MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história, possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs). *A leitura de imagens na pesquisa social : história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004. P.24

de educação do olhar”³⁶. Decodificar uma imagem exige que estudemos seus autores ou produtores, porque, certamente suas vivências vão estar refletidas nos signos. O historiador francês Peter Burke, quando trata do estudo da imagem revela que o historiador deixa a desejar quando, em seus estudos, pouco valoriza as representações imagéticas:

“Relativamente poucos periódicos históricos trazem ilustrações e, quando o fazem, poucos colaboradores aproveitam essa oportunidade. Quando utilizam imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários”³⁷

Este trabalho pretende ir à contramão dessa realidade descrita por Burke, já que utiliza as imagens da cartografia do Brasil Colonial especificamente século XVI para compreender aspectos da conquista e ocupação de nosso território, valorizando aspectos da cultura do colonizador e dos indígenas. Porque entende como Paiva: “[...] da iconografia e das representações gráficas pelo historiador vem propiciando a apresentação de trabalhos renovadores e, também, instigando novas reflexões metodológicas”³⁸. Essas ilustrações dentro dos mapas podem nos levar à compreensão dos valores daquele momento, os desafios da convivência entre personagens tão distintos, os problemas que suscitam dessa convivência e conquista, e não menos importante, as inquietações que surgem devido à herança do mundo medieval com seus medos e incertezas.

Desse jeito, brotam inúmeras expectativas de interpretação e compreensão de tais imagens. Assim sendo, é preciso destacar que, o estudo das imagens irá além da estética, pretendemos usar o conceito de apropriação dessa linguagem, considerando o cotidiano e a história vivida dos personagens desse emaranhado histórico. Em suma, “[...] podemos saber algo sobre o pintor e sobre o seu mundo; podemos ter alguma idéia das influências que moldaram sua visão; se tivermos consciência do anacronismo, podemos ter o cuidado de não traduzir essa visão pela nossa”³⁹.

³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percurso em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008. p.109

³⁷ BURKE, Peter. *Op. Cit.* p.12

³⁸ PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. p.19

³⁹ MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.27

Analisar a humanidade no tempo e no espaço é a perspectiva dessa Nova História, que dialoga com outras ciências. O antropólogo Johannes Fabian⁴⁰, em sua metodologia de ‘Regime de memória’ olha para o passado e busca um resgate de memórias insubmissas que resistem aos valores institucionalizados dominantes e produzem uma autoconsciência sobre os valores dentro dos grupos sociais excluídos. Ou seja, a memória popular que se mantém e contrapõe a lógica vigente. Segundo Fabian, é a construção de uma ‘arquitetura da memória’.⁴¹

Utilizando o conceito de regime de memória proposto por Fabian, esta dissertação trilhou os ‘passos’ propostos por João Pacheco de Oliveira em seu livro ‘O nascimento do Brasil’⁴². Seguindo a perspectiva de Oliveria, que analisou a trajetória dos indígenas do Brasil ao longo de nossa história e montou um esquema de observação, no qual destacamos:

- Considerar os autóctones membros de ‘nações indígenas’, apresentando-as como coletividades que ocupam territórios específicos;
- Separação entre o índio colonial e o índio bravo, apontando os cenários e contextos sociais em que cada um deles pode ser encontrado;
- Imagem do indígena real, não remetida somente ao passado, àquele que precedeu o colonizador;
- Compreender a organização e o funcionamento de tais sociedades;

“[...]Não há uma só história indígena no Brasil, mas uma multiplicidade de histórias, tecidas com experiências desenvolvidas em temporalidades diversas, em ecossistemas e modos de colonização diferentes, resultando em formas de organizativas, tradições culturais e horizontes políticos também muito distintos. As estratégias para a reprodução e a continuidade da elite dirigente, sempre assentadas sobre a guerra e a missão civilizatória, nunca prediscindiram de um outro, um coletivo que pode ser objeto de domínio e exploração, mas cujos nomes e formas mudam ao longo da história de

⁴⁰ FABIAN, Joannes. Memórias da memória: uma história antropológica. In: REIS, Daniel Aarão. (Org.) Tradições e Modernidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. P.13-28; Fabian, Johannes. 1983. Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object. New York: Columbia University Press. Thomas, Nicholas.

⁴¹ OLIVEIRA, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: 'pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. Ver também: FABIAN, Johannes. *Memory Against Culture: Arguments and Reminders*. Durham: Duke University Press, 2007.

⁴² OLIVEIRA, Op. Cit.

acordo com os interesses e preocupações da elite dirigente, numa verdadeira epifania da alteridade.”⁴³

A intenção é ouvir a história de vida contada por gerações, entender o sujeito investigado com protagonista de sua própria história. Construir uma teia de significados a partir das informações extraídas, não apenas pelo olhar de um grupo, mas dando ênfase às vivências e aos valores dos grupos sociais estudados.

⁴³ *Idem*, p.39



CAPÍTULO 1 -

O DESENHO DOS MAPAS: DA IDADE MEDIA AO RENASCIMENTO

“O terreno para a renascença estava semeado, restava agora que o homem, ao se tornar a medida de todas as coisas, encontrasse também seus antípodas, novos exemplares da humanidade e arremedos do mundo natural. No alvorecer do século XVI, uma geografia inteira se agrega no campo da experiência humana.”⁴⁴

Analisar cartografia medieval e como se desenvolveu no período do Renascimento entre os séculos XV e XVI é a essência desse capítulo. A palavra *Cartografia* ser definida como “um método científico que se destina a expressar fatos e fenômenos observados na superfície da terra...”⁴⁵, já Isa Adonias exprimi um significado mais amplo à essa palavra “a ciência, a técnica e a arte de representar graficamente o conhecimento humano da superfície da terra por meio de mapas, cartas geográficas e plantas”⁴⁶. Um estudioso na ciência dos mapas, Max Guedes, afirma que o termo ‘Cartografia’ foi um neologismo criado pelo Visconde de Santarém, Francisco de Barros e Sousa e Mesquita de Macedo e Carvalhosa (1791 e 1856), ao escrever uma carta para Frâncico Adolfo Varnhagen, em 1939 escreveu o vocábulo: “Do mesmo modo a questão concernente à cartographia (invento esta palavra já que ahi se tem inventado tantas), a cartographia do século XVI he muito importante e muito difícil”,

⁴⁴ Menget, Patrick. *Entre memória e história*. In NOVAIS, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999 p.163

⁴⁵ OLIVEIRA, Ceurio. *Curso de Cartografia Moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p.11

⁴⁶ ADONIAS, Isa. *Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p.12

posteriormente a palavra começou a ser impressa em diversas obras espalhadas pela Europa e generalizou-se como uma expressão que define a elaboração dos mapas.⁴⁷

A definição de cartografia estende-se sobre muitas óticas, ela varia de acordo com autores, por vezes trataremos este tema como arte, técnica ou ciência, a fim de abranger ao máximo esse conceito. Acredita-se que a cartografia é mais antiga que a escrita e que os povos pré-históricos já utilizavam alguma técnica para descrever o território, através de símbolos em placas de argila ou pedra, que indicavam a localização de aldeias, rios etc⁴⁸. Mas, na Idade Moderna foi uma das artes mais utilizada e conceituada. Era ela que permitia às Coroas não só expandir seus domínios e conquistar novos territórios, como também de conhecer as novas terras e povos, isso porque era a melhor maneira estabelecer com mais precisão os novos territórios, mesmo que não tão precisos assim, já que tudo era muito novo, sejam as rotas marítimas, terras, populações e até mesmo, as técnicas para a elaboração dos mapas já que foram surgindo novos instrumentos para fabricar essas cartas topográficas.

No estudo da cartografia histórica, o historiador necessita complementar sua pesquisa, considerando no momento da produção do mapa: o conhecimento científico, a técnica utilizada, a cultura dominante e o histórico dessa criação. Essas considerações são relevantes para compreender a essência do documento, pois a fonte sem análise contextualizada não fornece informação e os mapas antigos representam uma parte importante no desenvolvimento de uma sociedade. Tomemos como exemplo essa pesquisa na Cartografia Portuguesa do Século XVI, período de grande produção dos mapas, resultado da Era das Navegações. Esses mapas juntavam as técnicas científicas mais modernas daquele período, os instrumentos mais precisos, a perspectiva dos portugueses sobre o território do Novo Mundo e de seus habitantes que apareciam com tanto exotismo.

Dessa forma, essa parte da pesquisa se norteou em obras de grandes expoentes na área da Cartografia Histórica, porém duas merecem destaque: 1ª *Portugaliae*

⁴⁷ Para saber mais sobre a origem e as primeiras obras que utilizaram tal vocábulo, ver a obra: GUEDES, Max Justo. A Cartografia Impressa do Brasil 1500-1922: os mapas mais influentes. Rio de Janeiro, Capirava Editora, 2012.

⁴⁸ Os mapas mais antigos encontrados, acredita-se que sejam por volta de 3 a 2 mil a.C. O mapa de origem babilônica é o mais antigo já encontrado, calcula-se por volta de 2.400 e 2.200 antes da Era Cristã, havendo afirmações que seriam por volta de 3.800 a.C Ver: BAGROW, Leo. *History of Cartography*. London. C.A. Watts e Co. LTDA, 1964.

*Monumenta Cartographica*⁴⁹ dos portugueses Armando Cortesão e Avelino T. da Mota, elaborada como um grande compêndio dos mapas portugueses no período das Grandes Navegações traz inúmeras contribuições para o entendimento sobre o desenvolvimento da Cartografia Medieval e Moderna; 2ª *La Nueva Naturaleza De Los Mapas: Ensayos Sobre La Historia De La Cartografía*⁵⁰, nesta obra Harley faz uma crítica aos estudos da Cartografia tradicional, com sua visão crítica e filosófica, explicita que produzir um mapa vai além da descrição dos lugares, uma vez que partem de um olhar intencional de quem o produz - o cartógrafo e seus mecenas. Afirma que assim como artilharia de guerra, os mapas também são armas do imperialismo, são documentos que surgem a partir de um discurso dominante.

Cabe lembrar que a produção de mapas na Antiguidade foi desenvolvida pelos gregos representada na figura de Claudio Ptolomeu. Astrônomo, matemático e geógrafo grego que viveu no século II, descobriu também o movimento lunar e foi inventor do astrolábio e podendo então, medir as latitudes e longitudes, e verificar as relações dos astros com o sol. Colocava a terra no centro do mundo, num ponto fixo, (geocentrismo), teoria que perdurou até o advento do sistema de Copérnico e Galileu (heliocentrismo). Autor de obras raras, cujas principais são: Planisfério, Composição Matemática (ou Almagesto), Óptica, Cartografia e Geografia. Estas foram traduzidas, possuem várias edições e foram publicadas em diversas partes do mundo. Esses trabalhos cartográficos conhecidos como “Cartografia de Ptolomeu”⁵¹, foi resgatado e traduzido para o latim em 1410 e no Renascimento auxiliou na elaboração de novos mapas e atlas, no qual retomaremos mais adiante.

⁴⁹ CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1960.

⁵⁰ HARLEY, John Brian . *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Madrid, S.L. Fondo de Cultura Económica de Espanha, 2006

⁵¹ Cláudio Ptolomeu, sucessor de Eratóstenes na Biblioteca de Alexandria (Egipto), preparou um atlas geográfico que permitia a qualquer pessoa familiarizada com os conceitos de coordenadas astronómicas e desenhos geométricos preparar mapas do mundo habitado conhecido. A tradição grega dos códices da *Geografia* de Ptolomeu divide-se em dois ramos: no primeiro, encontram-se oito livros, para além de vinte e seis mapas regionais e um mapa do mundo habitado conhecido; o segundo ramo continha sessenta e quatro mapas regionais e um mapa do *oikumene*. É necessário realçar que as diferenças entre as duas versões manuscritas da Geografia em grego nada têm a ver com o texto, mas sim com o número de mapas. Em contraste com o trabalho mais importante de Ptolomeu, o *Almagesto*, conhecido em todo o Ocidente devido à tradução para latim feita por Gerardo de Cremona (que, em 1172, o traduziu do árabe), o *Geographiké Uphégesis* de Ptolomeu, escrito em Alexandria no século II A.D. e conhecido na língua árabe desde o séc. IX, era praticamente desconhecido no Ocidente até ao início do séc. XV. Ver: CORTESÃO, Armando, "Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu", in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, V. XXXVI, 1964, p. 388-404.

Graças aos antigos gregos, a concepção de um planeta esférico, a percepção de pólos extremos, ‘uma subdivisão’ da Terra – Linha do Equador e Trópicos –, a inauguraram sistemas de projeção, enfim, diversas marcações específicas do planeta que facilitariam, posteriormente, na elaboração de mapas com novas marcações ⁵² O estudo da Terra e a produção cartográfica não foi exclusividade dos gregos antigos, no Oriente, os chineses fizeram mapas colocando a China como centro do mundo e demarcando o território do império, com marcações topográficas e hidrográficas.

A história da Cartografia sofreu alterações no fim da Antiguidade e durante parte da Idade Média, na medida em que as produções cartográficas possuíam caráter cristão muito preponderante, devido aos valores culturais religiosos da Europa Medieval. O imaginário medieval foi pensado no capítulo dois, mas também influenciou a produção cartográfica medieval, criando mapas com ilustrações de monstros e seres inusitados nos extremos do planeta, áreas que esses produtores desconheciam eram retratadas como terras de seres monstruosos. Sabe-se que na Idade Média o clero foi manteve esse monopólio da intelectualidade, porém, a partir do século XI as concepções do mundo foram mudando; durante a Baixa Idade Média, os mapas sofreram influência dos árabes devido às cruzadas e o desenvolvimento das cidades e do comércio. A arte de elaborar mapas sofreu um tecnicismo, já que no século XV o Renascimento aflorou na Europa e refez a percepção de homem e mundo. As transformações que esses documentos sofreram e o motivo dessas alterações é oriundo de uma mudança social, cultural, artística, científica e comercial. Ou seja, o processo histórico que levou à decadência do feudalismo e a ascensão do capitalismo comercial e do Renascimento, influenciou na elaboração de mapas e cartas geográficas.

As Grandes Navegações que se iniciam no século XV e a revolução científica, fruto do Renascimento, levaram a uma crescente elaboração de mapas com novas técnicas de desenhar o mundo. Dando crédito devido aos estudos e descobertas de Galileu Galilei sobre o movimento dos astros e a elaboração de novos instrumentos de navegação como o astrolábio; nesse contexto de inúmeras alterações vantajosas para nortear as viagens e desbravar os oceanos. A cada novidade técnica, a cartografia foi se

⁵² Adonias (Op. Cit.) ressalta a importância dos estudos gregos para o desenvolvimento da cartografia no final da idade média e primeiro século da era moderna. Ver ADONIAS, I. MAPA: imagens da formação territorial Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

tornando mais precisa e cada vez mais preciosa para os estados mercantilistas ibéricos e companhias particulares de comércio.

Os mapas produzidos no início da expansão ultramarina eram ricos em ilustrações, as descrições topográficas e geográficas foram sendo expostas na medida em que se havia conhecimento do mundo recém descoberto. Conquanto, a difícil e sutil tarefa de traçar contornos de terras até então desconhecidas, baseando-se em informações ora imprecisas e equivocadas, vai suscitar diversos problemas. Mesmo assim, essa produção só aumentou ao longo da Era Moderna, pois foi um período que houve grande necessidade dessa atualização das informações de rotas marítimas e novos territórios. Um exemplo é o *Planisfério de Cantino*, de 1502, considerado o primeiro mapa que aparece o Brasil, ilustrado com papagaios, basicamente representando apenas o que hoje corresponde ao litoral nordestino. Esse documento mostra as lacunas e imprecisões que permeavam as primeiras cartas geográficas dos Descobrimentos.



Figura 3 : Cantino – *Planisfério*, 1502.⁵³

A produção cartográfica desse período, muito se baseava nos chamados livros de viagem ou diários dos navegadores, que traziam em seus textos, as novidades e maravilhas das novas terras descobertas. Na elaboração desses documentos, salta aos

⁵³ Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/cartografia-e-cartografos/planisferio-anonimo-de-1502-dito-lde-cantinor.html#.WOPwt7jdBmQ>

olhos figuras e imagens, além da paisagem física era necessário, naquele momento de descobertas, retratar a paisagem humana. Nesse interesse, surge esta pesquisa, para analisar essas representações que foram sendo construídas por toda a extensão do século dezesseis.

Os mapas coloniais começam com descrições simples, como foi exemplificado acima. No momento que as nações Ibéricas deram início à ocupação efetiva da América e os Estados que ficaram de fora dessa divisão estabelecida no Tratado de Tordesilhas de 1494, como França e Inglaterra, demonstraram grande interesse nessas terras. Vai ocorrer um aumento na produção cartográfica, mas também na qualidade desses documentos, porque se tornam ‘armas’ valiosas na conquista. Alguns autores chegam a expressar a importância dos mapas para os Reis Modernos.

“Nos séculos XV e XVI, a cartografia era conhecida como a “ciência dos príncipes” [...] Assim, é preciso admitir que a representação cartográfica e os critérios de composição dos mapas (resultados de um processo de acúmulo de conhecimentos) podem variar de acordo com as razões que motivaram sua confecção. Os príncipes da época das grandes navegações souberam se servir de tal ciência como uma arma a seu favor. Entretanto, os mapas constituíam o resultado mais importante das expedições marítimas, frutos de grandes investimentos realizados pelos monarcas junto a companhias de navegação e a empresas comerciais, para os quais contribuíram os navegadores, geógrafos, matemáticos, astrônomos, cosmógrafos, artistas e decoradores. Desde o século XV algumas cidades europeias, como Veneza, Paris, Lisboa, Amsterdã, Antuérpia, Basileia, Sevilha e Roma, além de Mallorca, na Espanha, se estabeleceram como núcleos de construção de conhecimento cartográfico.”⁵⁴.

Refletir sobre o valor da cartografia na virada da idade média para o mundo moderno é o gênese dessa pesquisa, porém, o que antecede a isso, é fazer uma breve discussão sobre o conceito de mapa e território, de certo que dará ao leitor uma noção prévia para compreender a relevância desses documentos que estão sendo estudados.

1.1 - *O Discurso Do Mapa E A Descrição Do Território*

⁵⁴ MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no Teatro do Mundo*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012. p.32

“A História dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, lingüísticos, numéricos e temporais, como uma forma de saber espacial.”⁵⁵

Mapa pode ser definido como um tipo de documento que representa uma porção do espaço. Esta representação é constituída por um sistema de símbolos e seus significados, elaborados pelo cartógrafo ou por convenção cartográfica. Tais símbolos são inseridos com finalidade de representar informações espaciais, por vezes, econômicas, sócias e até culturais. A produção cartográfica requer conhecimento do que está sendo mapeado e também do leitor que vai absorver tais referências. “Mapear deve ser considerado mais do que simplesmente apenas interpretar o fenômeno, mas também dominar o próprio conhecimento do fenômeno que se está representando.”⁵⁶ O mapa possui objetivo de comunicar o conhecimento do espaço, que se obtém através de observação do cartógrafo ou de outro sujeito, no caso dos mapas antigos, muitos foram produzidos a partir dos diários de viagens e relatos de viajantes. Além de ser um documento que anuncia uma representação espacial, ele traz consigo um discurso de conhecimento e poder de quem o elaborou.

Na contemporaneidade, com toda a tecnologia disponível, o cartógrafo percebe a paisagem a ser delimitada e consegue obter informações sobre o mesmo através de fotos e imagens de satélite, utiliza convenções cartográficas sobre cores e símbolos. Se preferir, pode elaborar seu próprio sistema de identificação simbólica do documento.

“A Cartografia[...] como uma ferramenta de apoio, permitindo, por seu intermédio, a espacialização do todo e qualquer tipo de informação geográfica. Desta forma [...] é imprescindível o conhecimento dos aspectos básicos da cartografia bem como dos elementos básicos de projeto de mapa.”⁵⁷

⁵⁵ HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins [Online], 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html> . Acesso em 22/03/2015.

⁵⁶ MENEZES, Paulo Márcio Leal de; COELHO NETO, Ana Luiza. Escala: estudo de conceitos e aplicações. In: *Anais do XIX Congresso Brasileiro de Cartografia*, Olinda-PE, Disponível em CD-ROM. P.36

⁵⁷ MENEZES, Paulo Márcio Leal de. *Geoecologia do Município do Rio de Janeiro: cartografia ambiental sob a ótica analítico-integrativa*. Tese de Doutorado em Geografia – UFRJ, 2000. p.33

É preciso destacar que, atualmente existem inúmeras ferramentas para auxiliar a produção de um mapa, diferentemente dos períodos anteriores da história. Especificamente o período estudado nessa dissertação – século dezesseis – muitos documentos produzidos eram resultado de uma mistura de viagens marítimas, leitura de diários de bordo e carta de viajantes. Alguns cartógrafos quinhentistas elaboraram mapas de territórios sem ao menos conhecê-los como um todo, faziam uma interpretação do mundo e transcreviam nos mapas. Havia especulação no momento da produção do documento, porque pouco se conhecia dos territórios recém descobertos e dos oceanos desbravados, dessa maneira, a produção cartográfica estava permeada de imagens que remontam ao pensamento medieval e, muitas dessas ilustrações concentravam-se em áreas ainda não exploradas.

Como objeto que retrata uma superfície, ele pode ser também um instrumento de conhecimento, poder e opressão, já que é descrito como é visto ou entendido. O objetivo de um mapeamento é registrar de forma plana o espaço, mas também os objetos que o compõem. Este tipo de documento enuncia um discurso com a finalidade de se comunicar. Segundo Foucault, discurso é definido como conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação conceitual, traz consigo enunciado, conceito e escolha teórica⁵⁸, ou seja, quem elabora tem um arcabouço conceitual que utiliza no momento da produção.

Na confecção do mapa existem limites, nem tudo pode estar exposto ali, por isso, é um documento limitado, ou seja, nem toda informação está no mapa existe uma seleção de informações a serem representadas e configuradas de determinada maneira, assim, o mapeamento possui uma finalidade ou interesse. Condensa um olhar sobre o mundo, na medida em que seus executores recortam, apreendem e transpõem em uma figuração cartográfica do espaço. Nesta perspectiva, usaremos a noção de *discurso* segundo Foucault, que seria um “conjunto de enunciados que se apoiam em um mesmo sistema de formação”, dessa forma, a formação discursiva é também um “sistema de

⁵⁸ Esse debate sobre discurso e enunciado pode ser compreendido melhor na obra: FOUCAULT, Michael. A arqueologia do Saber. 7ª edição. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

formação conceitual” que se estabelece pelas relações entre objetos do discurso, modalidades enunciativas, conceitos e escolhas teóricas⁵⁹.

Na obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault ao analisar discurso, não se refere diretamente aos documentos cartográficos, entretanto, podemos nos apropriar essa definição porque analisamos os mapas como objetos que foram produzidos com um discurso definido pelo seu produtor, o cartógrafo e enunciado de conhecimento, ou seja, o que este cartógrafo sabe sobre realmente sobre o território descrito, o que colocou no documento, qual item mereceu destaque na elaboração, as cores que predominaram quais os espaços proeminentes. São muitas sutilezas que tornam o mapa um discurso manifesto e, além disso, cabe pensar que, seria um discurso de poder do dominador sobre o dominado, porque os documentos analisados nessa dissertação foram elaborados pelos portugueses, ou seja, os conquistadores que descreveram o território da América Portuguesa e representaram os indígenas nos mapas.

“O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele, graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instancias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.”⁶⁰

Percebe-se a não-neutralidade dos mapas, não existe imparcialidade, para tanto, é preciso ter a noção de que o conhecimento que é repartido entre as pessoas que utilizam os mapas, não necessariamente quer dizer que seja uma verdade de todos, mas a verdade de um grupo que detém o conhecimento do espaço traçado e possui o poder sobre ele. O mapa é um meio de conhecer intencionalmente um espaço, porém, não basta apenas conhecer, é necessário destacar o que interessa a quem produz ou a quem ele vai interessar.

⁵⁹ FOUCAULT, Michael. 2008, *Op.Cit.* p.122

⁶⁰ FOUCAULT, Michael. *A Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004. p.12

“O contexto pode ser definido como as circunstâncias nas quais os mapas foram elaborados e utilizados. [...] isto implica reconstruir os quadros físicos e sociais que determinam a produção e o consumo dos mapas os acontecimentos que conduziram a essas ações, a identidade dos produtores e dos usuários dos mapas, e a maneira como eles percebiam o ato de produzir e utilizar os mapas num mundo socialmente construído.”⁶¹

Entendendo o mapa como um discurso manifesto, cabe salientar que o *não-escrito* e *não-desenhado* também é proposital no momento da produção. O *não-dito* (o que não está no mapa) é um discurso excludente, ou seja, não cabe registrar no mapa, não é pertinente a tal discurso. Pensar no mapa como uma verdade palpável, denota uma relação de poder estabelecido. O que foi *dito* e o *não-dito* são premeditados no documento, o *dito* torna-se verdade e relevância, o *não-dito* passa por mentira ou irrelevância, como um sistema de exclusão voluntária⁶². As fontes analisadas nessa pesquisa foram elaboradas às Coroas Ibéricas, um público exigente com as informações ditas e *não-ditas*, desta forma, o que estava registrado no mapa seria o que interessava aos monarcas, o que não foi descrito seria inexistente ou desprezível.

Como já analisado, os mapas não são isentos de juízos de valor, representam interesses dos mais variados. O poder do mapa está na sua verdade construída pelo seu discurso. No caso deste estudo, que analisa a presença indígena na cartografia portuguesa do século XVI e utilizando a Historiografia Colonial, contemplamos que tais documentos estavam carregados de intenções ao serem produzidos. A carga política, econômica e cultural é muito densa nos mapas desse período, ou seja, o que colocar e como fazê-lo eram uma preocupação do cartógrafo. Nessa dissertação usamos três cartógrafos portugueses que trabalhavam para a Coroa Lusitana, dessa forma o documento foi produzido com discurso que interessava ao processo colonizador.

O monopólio do conhecimento geográfico a serem colonizados era uma necessidade dos monarcas, comerciantes e até da Igreja, pois tinham interesse em entender os espaços e também os indivíduos que pertenciam ao lugar. Por isso os mapas eram objetos de desejo para uns e de possibilidades para outros. As imagens dos

⁶¹ HARLEY, BRIAN. Mapas, saber e poder. Revista Confins n°5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>> Acesso em 25 de Abril de 2016.

⁶²FOUCAULT, Michael. A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Campinas: Editora Loyola, 5ª Edição, 1970. Disponível em: <<http://www.campusbreves.ufpa.br/ARQUIVOS/FACLETRAS/SANDRAJOB/foucault-m-a-ordem-do-discurso.pdf>>

indígenas nesses mapas fazem parte dessa idéia de conquista, de uma minoria encarregada de uma missão colonizadora em muitos aspectos, digo, dominar os espaços para extrair riquezas, estabelecer novas áreas comerciais, introduzir o catolicismo para adquirir novos fiéis.

“Mas, desde há muito, os chefes de guerra, os príncipes, sentiram necessidade de representar outros espaços, consideravelmente mais vastos, os territórios que eles dominavam ou que queriam dominar; os mercadores, também, precisam conhecer as estradas, as distâncias, em regiões distantes onde eles comercializavam com outros homens.

Para esses espaços muito vastos ou dificilmente acessíveis, a experiência pessoal, o olhar e a lembrança não eram mais suficientes. É então que o papel do geógrafo-cartógrafo se torna essencial: ele representa, em diferentes escalas, territórios mais ou menos extensos; a partir das "grandes descobertas", poder-se-á representar a terra inteira num só mapa em escala bem e este será, durante muito tempo, o orgulho dos soberanos que o detêm. Durante séculos, só os membros das classes dirigentes puderam apreender, pelo pensamento, espaços bastante amplos para tê-los sob suas vistas e essas representações do espaço eram um instrumento essencial da prática do poder sobre territórios e homens mais ou menos distantes.”⁶³

Durante as Navegações, produzir um mapa era algo dispendioso que necessitava recursos para um profissional com saber estratégico para fazê-lo, por isso atendia a uma classe dirigente que possuía interesses específicos na conclusão do documento. O mapa é reflexo de uma construção social, porque as informações explícitas possuíam caráter social, repleta de significados no momento das descobertas. Seria uma maneira de indicar os recursos que o Novo Mundo oferecia, mas, ao mesmo tempo, alguns obstáculos à essa conquista, já que na maior parte dos mapas do século dezesseis o indígena é visto como um sujeito selvagem, canibal e primitivo.

Segundo Harley “...os mapas tendem a dessocializar o território que eles representam. Eles favorecem a noção do espaço socialmente vazio”⁶⁴. Porém, entendemos que os espaços não são completamente vazios, mesmo que os portugueses não conhecessem terras a oeste da América Portuguesa, haviam inúmeros personagens nesse território, sejam planícies, rios, biomas, fauna e os nativos que eram muito numerosos nesse território. Nos ‘vazios’ do desconhecimento, os portugueses

⁶³ LACOSTE, Yves. *A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3ª Edição. Disponível em: https://geografiamb2.files.wordpress.com/2009/03/yves_lacoste_-_geografia_isto_em_primeiro_lugar_serve_para_fazer_guerra1.pdf

⁶⁴ HARLEY, BRIAN. *Op.Cit.* p.23

ilustravam, representavam iconograficamente elementos que consideravam importantes para serem levados ao conhecimento do monarca. Ilustrar e preencher os ‘vazios’ foram maneiras de justificar a ocupação do espaço, havia uma necessidade de ocupar esses ‘vazios’. Sabemos que o ‘vazio’ estava repleto de populações indígenas das mais diversas etnias, grupos lingüísticos e costumes distintos, além de toda uma geografia a ser explorada, a exótica fauna, riquíssima flora e a possibilidade de encontrarem minerais preciosos.

Dessa maneira, os mapas serviam para representar o conhecimento geográfico da terra e também comunicar esse conhecimento, mesmo que não seja tão preciso. Para isso, utilizavam diversos códigos lingüísticos, imagéticos e numéricos, todos esses códigos são importantes e complementares na leitura do documento. Nessa pesquisa nos deteremos às representações imagéticas nos mapas, especificamente, como foram retratados os primeiros habitantes do nosso território, considerando que essas ilustrações foram feitas por cartógrafos portugueses importantes no contexto da expansão marítima.

As imagens nos mapas são entendidas como uma forma de discurso faz parte de uma simbologia que precisa ficar registrada para não ser esquecida, necessita estar ali para ser eternizada ou apenas fixada, mas não podem ser excluídas. Registrar o comportamento dos nativos era algo relevante, não poderiam contar apenas com a memória ou textos escritos, o mapa como documento oficial tinha essa função de esclarecer qualquer infortúnio que pudesse ser considerado empecilho na empresa colonial. O mapeamento do território era, naquele momento, uma verdade hegemônica que devia ser descrita e pintada para tornar-se visível aos interessados, com isso, a comunicação era feita com de maneira a atender a perspectiva dos portugueses sobre o território a ser explorado.

Os mapas exprimiam o espaço a ser colonizado, áreas de interesse e os personagens proveitosos à catequese, assim, não eram apenas documentos preocupados com uma geografia física, da mesma forma, mostravam personagens que interessaria a Igreja no desafio de conseguir implementar os ideais da Companhia de Jesus nesse continente. Ou seja, a interlocução do mapa revelava a representação de um objeto de desejos coloniais, mercantis e missionários; dessa forma, o discurso manifesto no documento não é apenas o que está explícito, mas também o oculto que seria o irrelevante no processo de conquista.

Sabe-se que o discurso possui significado parcial, sem neutralidade, dessa forma, os mapas portugueses apresentavam um discurso unilateral, na perspectiva do colonizador. As representações imagéticas fazem parte desse discurso que serviu para revelar o que se pretendia dominar, nos desenhos ficavam expostos os habitantes desse território que interessavam a Coroa tanto quanto o tamanho da costa e a existência de recursos minerais. A imagem do indígena não precisaria aparecer se não houvesse um interesse concreto em mostrá-lo ao rei, pois as informações são selecionadas. No discurso que o mapa se propôs, o que foi revelado importava, mas, certamente, muitas informações foram omitidas porque não interessavam. É um exercício de poder de quem detém o conhecimento geográfico que mapeia o espaço a partir da ótica dominante, ou seja, a relação entre o conhecimento do espaço e o poder de descrevê-lo é substancial. Não é apenas uma questão de conhecimento, mas o discurso ou a intenção por trás do conhecimento.

“...as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos.”⁶⁵

Se o mapa era uma maneira dos reis conhecerem o território a ser explorado, as ilustrações contidas nele, tinham finalidade de informar também ao monarca sobre os futuros súditos da Coroa Lusitana. Tanto a linguagem escrita, quanto a imagética, tais informações eram reais e necessárias à conquista, , dessa forma, todo conteúdo do documento torna-se verossímil. “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder”.⁶⁶ Os enunciados do mapa são unidades de um discurso e o mapa possui uma série deles, como a legenda, as ilustrações, a cartela do título e até as cores são artifícios usados para fornecer uma formação discursiva. O que esses documentos fazem, de certa forma, é tornar visível o social do espaço representado. O cartógrafo filtra o que precisa descrever em uma superfície plana bidimensional, ou seja, no território ali representado vai merecer destaque o que for considerado relevante ao produtor e ao a quem se destina.

⁶⁵ FOUCAULT, Michael. *A Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004. p.90

⁶⁶ *Idem*, p.10

Partir do pressuposto que a descrição de um território no mapa faz parte de um discurso dominante, é preciso meditar o conceito de território, mesmo que de modo sucinto. Assim esbarra-se na Geografia, que utiliza amplamente esse conceito para uma descrição do espaço físico e seus topônimos, de certo que há todo um referencial teórico para debater esse assunto, indo além desta área, esse tema é discutido nas ciências sociais quando estuda sociedades e seus vínculos espaciais mais pronunciados, dessa forma, iremos nos apropriar da perspectiva geográfica acerca do conceito de território.

“Território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce domínio, através do poder gerado por acordos, coerções, ou outro instrumento de dominação. Podemos entender que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e mesmo territórios pesqueiros. Estes podem ser delimitados formal ou informalmente...”⁶⁷

O vocábulo território é oriundo do latim *territorium*, que significa pedaço de terra apropriado. Tal expressão estabelece uma conexão com a terra, mesmo que seja um fragmento do espaço onde se constroem relações de base concreta ou simbólica. Existe um caráter político nesse conceito. Haesbaert explicita:

“... podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política”⁶⁸

Pensar esse território descrito nos mapas é partir da certeza que esta produção foi feita pelos agentes hegemônicos do período. “O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação.”⁶⁹. Dessa forma, o

⁶⁷ CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Da apropriação da natureza à construção de Territórios pesqueiros*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 119 - 125, 2003.

http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Cardoso.htm

⁶⁸ HAESBAERT, R. *Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil. 2004 p.93

⁶⁹ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008 p.231

conceito de território pode ser utilizado para analisar produções do espaço, seja físico ou cultural, já que os mapas estudados nessa dissertação possuem imagens dos indígenas com seus hábitos e costumes representados dentro do espaço configurado Brasil. Resguardada sua complexidade e utilizado de maneira apropriada, o conceito de território viabiliza nosso debate acerca das representações imagéticas dos ameríndios nos documentos cartográficos do século XVI.

“...o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas. Podemos dizer que essa noção mais ampla de território, passível de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente se confundida com a noção de espaço geográfico. [...] O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder.”⁷⁰

Cabe ressaltar que uma análise conceitual para *território* fundamenta-se em sua historicidade, ou seja, para estudarmos esse espaço físico é preciso considerar os fatores históricos (sociais, econômicos, culturais e políticos) que estavam presentes. O contexto histórico é essencial para entendermos a concepção dos cartógrafos portugueses na descrição do Novo Mundo.

“Do mesmo modo que num processo de apropriação do território se observam margens de exclusão mais ou menos profundas, também a cartografia pode funcionar como um indicador muito sugestivo dos desequilíbrios verificados no acesso às formas de que os indivíduos e os grupos dispõem para intervir no espaço e dar a ele imagem pretendida.”⁷¹

Uma perspectiva importante acerca desse conceito é pensar que território é um espaço delimitado por fronteiras materiais ou imateriais, ou seja, o que será parte de tal espaço é determinado a partir da perspectiva de quem faz esse recorte. Aqueles que integram o território e os que não fazem parte. Entendemos que os mapas estudados

⁷⁰ SANTOS, Milton. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ªed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007 p.54

⁷¹ OLIVEIRA, Francisco Roque e VARGAS, Héctor Mendonza. *Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos, séculos XVI a XIX*. Lisboa/Ciudad de México, 2010. p.8

definem o território, mas também determinam um domínio político, econômico e cultural dos colonizadores sobre as populações nativas do América Portuguesa.

“O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo...”⁷²

O território chamado de Brasil, retratado nos mapas do século XVI era um espaço ainda em construção, na medida em que os europeus desconheciam os limites a serem explorados, dessa forma, a produção cartográfica estava ligada a identidade lusitana, no sentido de perceber e ambicionar estas terras, conseqüentemente obter total controle dele e dos grupos ameríndios aqui inseridos. De certa forma, o que se percebe é uma relação de poder estabelecido, tanto na descrição do território, como na produção dos mapas.

1.2 – A Produção Cartográfica Medieval

Antes de tratarmos da produção cartográfica medieval, é interessante pensar brevemente na necessidade que o ser humano teve de produzir algo concreto que marcasse seus espaços. Frente à necessidade de sobreviver os primeiros seres humanos, utilizaram as pinturas rupestres, dentre suas muitas significações, como uma maneira de delimitar e ou localizar alimentos e locais mais adequados para sua permanência. Dessa forma, essa arte pré-histórica se constituiu como uma das formas de demarcar frutos para a coleta, animais para caça e, não menos importante, abrigo para a proteção nas mudanças climáticas. Certamente eram desenhos rudimentares, mas a intenção de mapear nos chamar atenção. O mapa abaixo, intitulado *Mapa de Ga-sur* é considerado uma das mais antigas representações espaciais:

⁷² HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e Identidade*. Niterói: EDUFF, 1997. p.41

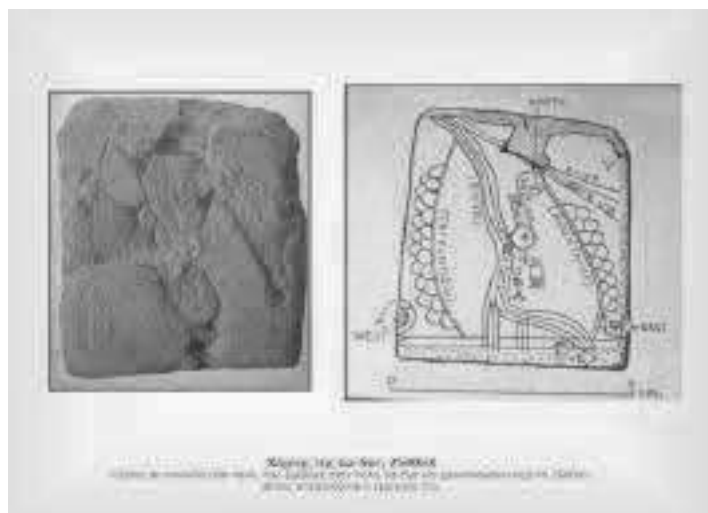


Figura 4: Mapa de Ga-sur, de 2500a.C.⁷³

“Uma das representações artísticas mais antigas, foi confeccionado pelos Babilônios ha alguns milhares de anos, por volta de 4.500a 2.500 a.C. E tratasse de uma pequena placa de barro cozido encontrada na mesopotâmia, provavelmente representando essa região, mostrando o rio Eufrates e a área circunvizinha, com montanhas e pontos cardeais.”⁷⁴

Com o passar dos anos surgiram novas técnicas, fruto de um desenvolvimento natural da humanidade e de cada civilização⁷⁵. Durante a Antiguidade os gregos tiveram uma significativa importância no desenvolvimento da Cartografia Ocidental, atribuindo-se a eles as bases científicas da Cartografia moderna. Como explicito no início do capítulo, os estudos do grego Ptolomeu.

Os estudos elaborados pelos antigos gregos foram fundamentais no aprimoramento das práticas cartográficas no mundo ocidental, atribuindo-se a eles as bases científicas da Cartografia moderna. A concepção de uma Terra esférica, o formato como o Elipsóide e partir desse princípio, originou-se algumas simbologias, como traços e linhas imaginárias visando uma representação espacial terrestre, como as linhas do Equador, Trópicos e Meridianos. Graças aos gregos, inúmeras convenções tornaram-se possíveis e os mapas tornaram-se mais precisos e realistas⁷⁶. Esses estudos foram utilizados pelos gregos e romanos na Antiguidade, porém, com o fim do Império

⁷³ Fonte: <http://123-op.blogspot.com.br/2010/09/1.html>

⁷⁴ DUARTE, P. A. *Fundamentos de Cartografia*. 3a Ed. Florianópolis. Editora da UFSC, 2006. p.26

⁷⁵ Um histórico sobre a origem da Cartografia é destaque na obra de DUARTE, P. A. *Idem*.

⁷⁶ Ver: DUARTE, P. A. *Idem*. p.30

Romano e a ruralização, grande parte da população passou a viver nos feudos, num cotidiano que tinha influência de valores religiosos cristãos, diminuindo a importância de estudos técnico-científicos, dessa forma, os mapas produzidos durante a Alta Idade Média (século V ao X) tinham um significado dúbio, natural e espiritual.

No período medieval, a população de grande parte da Europa teve pouco acesso ao conhecimento, a maior parte dos livros e mapas eram atribuições dos monges. Nos mosteiros a produção de conhecimento era contínua, dessa forma, as obras que eram elaboradas traziam um discurso carregado de religiosidade cristã. Observa-se que, em muitos desses documentos, e tratando especificamente dos mapas, os enunciados tinham duplo significado, ou seja, ao lado das informações sobre a sua natureza física do espaço, havia um outro conhecimento simbólico, que apontava para a relação do homem com o mundo divino, como explicita Mircea Eliade “... para o homem religioso essa não homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real que existe realmente – e todo o resto, a extensão informe, que o cerca”⁷⁷.

A conexão entre textos e ilustrações seguia a uma conjuntura que abrangia o sagrado e o profano num mesmo documento. Os mapas feitos durante a idade média tinham primazia visual, num período de grande analfabetismo, tornou-se um instrumento pedagógico de grande relevância. A produção cartográfica apresentava uma realidade social, religiosa e cultural, refletida em ilustrações e descrições, portanto, além de informar o conhecimento espacial que tinham naquele momento, os mapas serviam para expressar a religiosidade do mundo medieval ocidental.

Durante o período medieval, os mapas produzidos no ocidente, geralmente traziam representações imagéticas com finalidade dogmática, eram capazes de educar pela imagem, estabelecendo discursos e verdades próprias, demonstrando e consolidando os limites de um mundo em construção. As ilustrações nesses mapas não eram apenas do que se via ou poderia tocar, elas não evidenciavam somente o palpável, mas expunham realidades fictícias de um imaginário construído culturalmente ao longo do período medieval.

⁷⁷ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. SP: Editora Martins Fontes, 2010. p. 25

“Lembrando que estes documentos foram escritos no mundo de clausura dos mosteiros, representando assim, todo um olhar voltado para a universalidade de uma crença que se estendera a vários cantos da terra. Suas representações iconográficas estão voltadas para uma realidade plenamente espiritual, assumindo uma visão e uma descrição singular de visão de mundo clássica e eclesíastica.”⁷⁸

Esse mundo representado na cartografia medievalista era repleto de simbolismos com sentidos dogmáticos, vistos que eram produzidos por servos da igreja católica. Toda essa produção visual trazia uma série de representações simbólicas, que seriam explicações de uma realidade vivida no cotidiano medieval⁷⁹. Ao longo da idade média o cristianismo foi se espalhando e tornando-se muito influente na cultura medieval, assim, as produções artísticas e culturais possuíam esse cunho religioso, mesmo que indiretamente. Os mapas carregavam descrições geográficas e possuíam também sistemas de representações⁸⁰ que identificavam a fé cristã em muitos desses documentos. Vejamos o manuscrito *mapa-mundi do Baeto de Liébano*⁸¹, cujo original desapareceu e existem cópias de séculos posteriores⁸².

⁷⁸ LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas. *Um Mapa Múndi-Medieval E A Imagem Dialética*. Revista Diálogos. Vol. 3, nº. 2, JUL.,-DEZ.,2015. p.120-134.

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/viewFile/3354/2359>

⁷⁹Ver: LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 11-12

⁸⁰ Utilizaremos o conceito de representações utilizado proposto por Roger Chartier, em que “esquemas intelectuais criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987 p. 17

⁸¹ “‘El Beato de Liébana’, como é conhecido pelos estudiosos na Europa, foi um monge espanhol que faleceu no ano de 798, escreveu o manuscrito intitulado ‘Comentário ao Apocalipse’. Durante os séculos posteriores (IX, X, XI), esta obra foi copiada e ilustrada em estilo moçárabe. As cópias, conhecidas como ‘Beatos’, se destacam pelo valor artístico de suas iluminuras, estas, por sua vez, se caracterizam pelos fortes contrastes de cores e pela disposição em que se encontram no decorrer da obra, ora em posições horizontais, ora em diferentes ângulos, hoje se conservam mais de 20 cópias deste manuscrito.” Ver: LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas. *UM MAPA MÚNDI-MEDIEVAL E A IMAGEM DIALÉTICA*. Revista Diálogos (RevDia) V. 3, N. 2, JUL.,-DEZ.,2015. p.120-134. <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/viewFile/3354/2359>

⁸² BETHENCOURT, Francisco. *Op. Cit.* P.30

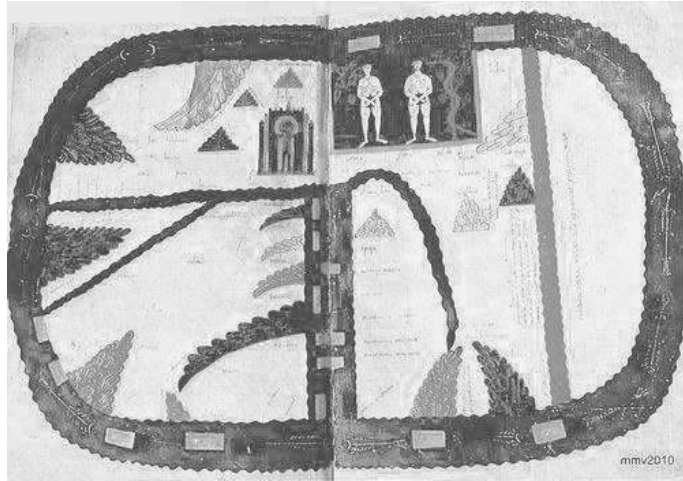


Figura 5: Mapa-mundi do Baeto de Liébano, Século XI.⁸³

No mapa aparece um casal na parte superior, representando a narrativa bíblica de Adão e Eva, a árvore e a serpente, o que corresponde passagem descrita no gênesis. No alto, bem majestosa, está representada a cidade sagrada de Jerusalém. Neste momento histórico a influência da igreja é preponderante e tudo que não fosse espiritualizado, corria-se o risco de ser desprezado.

“...não se pode negar que esta constante e contrastante oscilação entre esferas de realidade ambivalentes, que na Idade Média confrontara o real e o possível, o sagrado e o profano ou o visível e o invisível ainda hoje provoca em nós, observadores contemporâneos, um estranho e por vezes, anacrônico olhar sobre o universo medieval”⁸⁴

Assim como este mapa do Baeto, outros tantos documentos cartográficos da idade média, colocavam Jerusalém, a Terra Santa, no centro do mundo ou numa posição magnificente, o que evidenciava a forte influência da cristandade na ciência cartográfica. Para exemplificar esse comportamento, temos o mapa conhecido como “OrbisTerrarum” produzido entre os séculos VI e VII.

⁸³ Facsímile digital, disponível on-line na página da Biblioteca Digital Hispânica.
<http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es>

⁸⁴ BORGES, T. J. Do texto ao traçado cartográfico: as representações das Sortes Apostolarum nos mapas-múndi dos Beatos(séc. X-XIII). Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2010. p.15

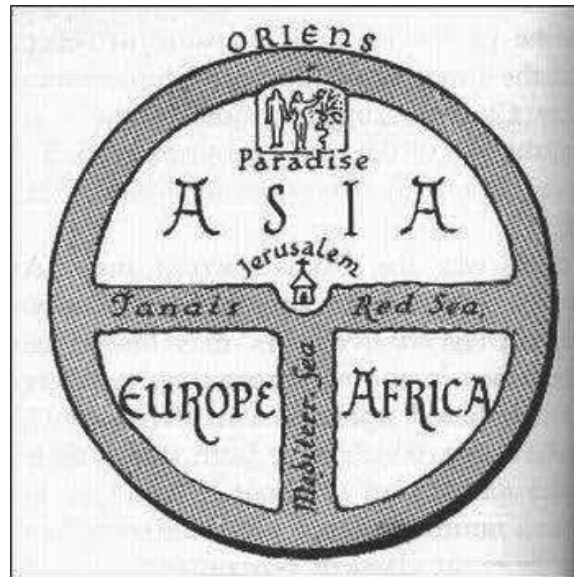


Figura 6: Orbis Terrarum, [séculos VI e VII] ⁸⁵

Neste período já existe uma importante produção de mapas feita pelos árabes, que construíram equipamentos e representações cartográficas de grande parte do mediterrâneo que influenciou a cartografia ocidental. O contato com os estudos árabes ocorreu em dois momentos, primeiro com a ocupação da Península Ibérica e a Guerra da Reconquista entre os séculos VIII e XV, e também nas Cruzadas dos séculos XI ao XIII. As relações comerciais entre árabes e cristãos gerou um somatório de conhecimento e conseqüentemente, avanços para a Cartografia.

Independente da época que foi produzido, o mapa é uma linguagem integrada a um sistema de comunicação, cuja finalidade é registrar um território em uma escala própria. De acordo como Jacob⁸⁶, estes documentos possuem uma ordem do mundo integrando-se a uma lógica racional. Na História Medieval, os mapas tinham um significado amplo, não apenas descrever o mundo conhecido, mas também desenhar o desconhecido, ou seja, muitas informações que estavam inseridas nesses documentos eram fruto de uma tradição religiosa, que influenciava a cultura e sociedade daquela época.

Os mapas medievais possuem um design conhecido com T-O, pois eram divididos três partes pelo 'T', imersos numa circunferência, que seria o 'O'. Nesse formato, a metade superior era ocupada pela Ásia enquanto que a metade inferior era dividida entre a Europa (à esquerda) e a África (à direita). Esta tripartição é oriunda do

⁸⁵ Bagrow, Leo. Op. Cit

⁸⁶ Ver: JACOB, Christian, "Histoire de cartes" In: Préfaces, n.5, Paris, déc-1987-janv.1988.

conhecimento que os europeus tinham do mundo naquele momento e também de acordo como a concepção bíblica ao narrar à trajetória de Noé e seus filhos (Gênesis), no qual Noé abençoou seus filhos mais velhos (Sem e Jafé) e amaldiçoou o caçula (Cam) por ter zombado da embriagada nudez paterna (Gn 9, 24-27)⁸⁷.



Figura 7: Mapa-Mundi, Santo Isidoro de Sevilha, Século XII⁸⁸

O mapa de São Isidoro de Sevilha, do final do século XII indica a Ásia, Europa e África, através de pontos cardeais escrito em latim, o que nos permite perceber qual público era destinado, pois clérigos, reis e alguns nobres tinham acesso ao ensino desta língua. O mundo desenhado nesse formato é separado pelos rios Tanais (centro-esquerda), Nilo (centro-direita) e verticalmente no meio, aparece o Mar Mediterrâneo. O que fecha esse mapa, num formato da letra ‘O’ é o *Oceanum Mare*, ou seja, o oceano que até então era conhecido.

⁸⁷ Para mais informações, ver: KIMBLE, George H.T. *A Geografia na Idade Média*. Londrina: Ed.UEL, 2005; também EDSON, Evelyn. *Mapping time and space: How medieval mapmakers viewed their world*. Londres: The British Library, 1997.

⁸⁸ A Biblioteca Nacional-RJ possui um exemplar do século XV no acervo do Setor de Documentos Cartográficos. Já digitalizado em: <http://bndigital.bn.br/wp-content/uploads/2015/08/Cat%C3%A1logo-Exposi%C3%A7%C3%A3o-Historica-Cartographica-Brasilis-in-Biblioteca-Nacional.pdf>

O melhor exemplo dos mapas medievais é intitulado *The Ebstorf World*, do século XIII (ca.1234), com a representação plana do mundo com o ‘Cristo’ representado para traçar os limites do mapa.

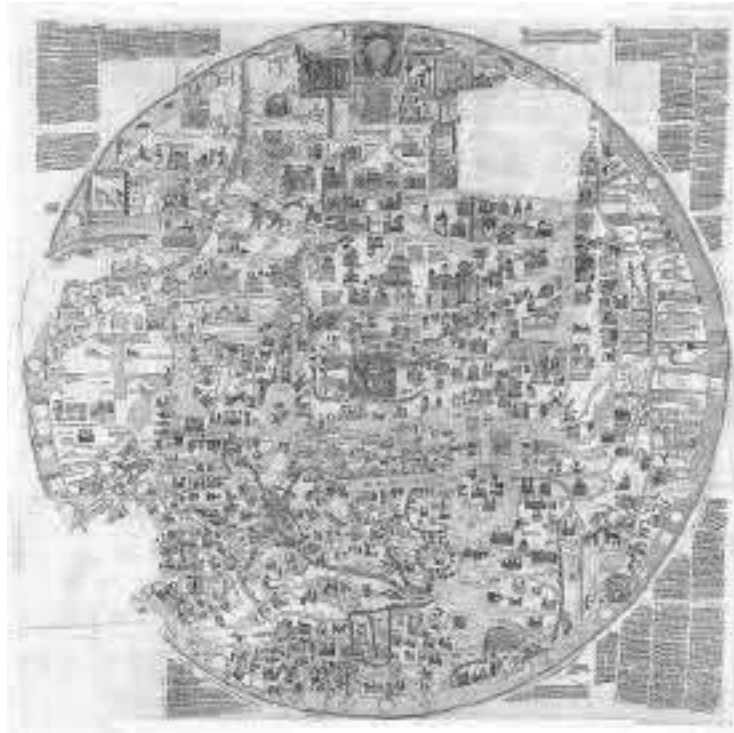


Figura 8: Mapa de Ebstorf, de 1235.⁸⁹

No alto, ao lado direito da cabeça, no interior de uma moldura desenhada cuidadosamente, situou o Paraíso. Ao lado, aparecem duas legendas em consonância com o texto bíblico de Gênesis 2-8, que trata sobre o Jardim do Éden, dialogando com a imagem. Mais abaixo, em capitais maiores, na parte superior da linha, vê-se a palavra Índia, já empregada em outros mapas medievais. Prolongando-se abaixo do braço direito, situou a Europa; no esquerdo, identificou a África. No centro, no umbigo do mundo, encontra-se Jerusalém. Este documento medieval retrata não só a religiosidade dessa época, mas toda essa mentalidade do desconhecido, monstruoso. Pelos três continentes, personagens e animais, reais e imaginários, perambulam em um espaço

⁸⁹ BAGROW, Leo. *History of Cartography*. London. C.A. Watts e Co. LTDA, 1964. Ver também, HASSIG, Debra. The iconography of rejection: jews and other monstrous races. In: *Image and Belief*. Princeton: Ed. Colum Hourihane, 1999.

geográfico real. Ainda à extrema esquerda, delineando a curvatura da terra, localizou os Antípodas.



Figura 8a: Detalhe Mapa-mundi de Ebstorf (cabeça do Cristo e o Éden)

Na parte representando o sul da África, encontramos uma variedade criaturas estranhas, raça que não tem nem nariz nem boca e pode conversar apenas com gestos, gigantes, pessoas com quatro olhos, pessoas cujos lábios superiores são tão grandes que eles podem puxar-los sobre suas cabeças para servir como guarda-sóis, gigantes das cavernas e assim por diante. Bakhtin comenta essas descrições humano-geográficas: “Aqui as fronteiras entre o corpo e o mundo são reduzidas num outro sentido, o do parentesco e da semelhança concretas do homem e da paisagem atual do relevo terrestre. [...] Cada parte geográfica da terra, cada região corresponde a uma certa parte do corpo...”⁹⁰

⁹⁰ BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular Na Idade Média e No Renascimento: O Contexto de François Rabelais* P.313



Figura 8b: Detalhe Mapa-mundi de Ebstorf (África)

A influência da Igreja é marcante e incontestável, o conhecimento teológico que dita o desenho das imagens e a escrita das legendas ordenam um discurso peculiar, no qual, a imagem e a escrita formavam uma só linguagem. Não existem fronteiras entre real e imaginário, céu e terra, homem e natureza. Ao contrário, era necessário, naquele momento, incluir nos mapas um tipo de mensagem religiosa que dava e afirmava o discurso desta instituição. Na Europa medieval, para cada coisa havia informação sobre a sua natureza física e outra que mergulhava no sentido simbólico, estabelecendo relação do homem natural com o mundo espiritual. Este duplo sentido simbólico tornou o mundo medieval mais complexo porque cada fenômeno poderia, e deveria ser interpretado e compreendido de uma outra maneira, ou poderia e deveria ver, além do envelope visível, uma essência escondida ao olhar físico. Essa conexão entre as imagens e as legendas era feita de modo proposital, estabelecendo um significado simbólico entre o sagrado e profano.

O mapa-múndi na idade média era um documento visual por excelência, mas podemos afirmar que também possuía um caráter instrutivo no sentido de informar idéias predominantes, tais como as referências bíblicas. Dessa forma, os mapas medievais nos apontam para a visão teocêntrica de mundo, durante esse período histórico. Os avanços desta técnica e conseqüentemente sua evolução foram retomados, paulatinamente no fim da Idade Média, com as navegações e os descobrimentos de novas terras. Os relatos de viajantes e navegadores fizeram surgir uma nova produção cartográfica, conhecidos como Mapas Portulanos.

A atribuição *Portulano* é oriunda dos portos ao longo da costa do Mediterrâneo e o litoral adjacente, soma-se a isso, o Mar Negro e a parte conhecida do Oceano

Atlântico. Naquele momento, tais documentos passaram a conter ilustração detalhada da Rosa dos Ventos, que era um facilitador nas viagens por indicar pontos cardeais. Geralmente eram feitos em pele de carneiro, por isso tinham grande durabilidade; outro aspecto observado nesses mapas é a preocupação em marcar o litoral com mais detalhes possíveis, já que eram locais de comércio mais intenso. Essas cartas não possuíam projeção matemática, nem um conjunto de coordenadas geográficas (latitude e longitude), mas continham as informações que um viajante precisava para navegar pelo Mediterrâneo, Mar Negro e costas do Atlântico, até as ilhas britânicas ⁹¹.

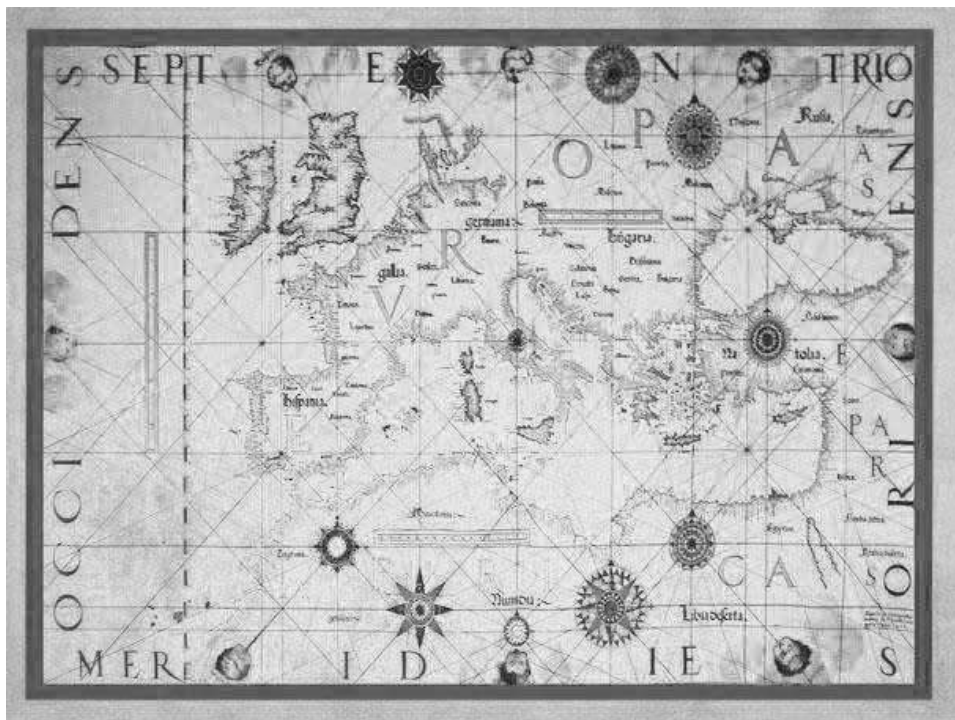


Figura 9: Carta náutica - Diego Homem, 1570 ⁹²

Os estudos de Ptolomeu foram resgatados no final da idade média, com o Movimento Renascentista entre os séculos XV e XVI, dessa forma, entre o fim do período medievalista e o início da era moderna já é perceptível a mudança na arte de traçar mapas e a valorização de um estudo científico para tal produção. As Navegações foram acontecendo e redesenhando o mundo através da Cartografia, levantando uma

⁹¹ Ver BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. História da Expansão Portuguesa. Vol.I: A Formação do Império (1415-1570). Círculo de Leitores. Lisboa, 1998.p.33-41

⁹² Disponível em http://www.mast.br/multimedia_instrumentos/bussola_historico.html ou no catálogo on-line da Library of Congress: <https://www.wdl.org/pt/>

série de questões acerca do desconhecido mar que torna-se um grande oceano, a circunferência da Terra que partindo do Mediterrâneo em direção a Leste, levaria os navegantes ao Oriente. Dessa forma navegou Cristóvão Colombo e deparou-se com um mundo novo imenso (América) povoado de exotismo.

1.3 – *Os Mapas No Contexto Do Renascimento*

“No mundo ocidental, os séculos XIV e XV constituem um período de transição na história da cartografia (como o são noutros campos da História), uma vez que os mapas deixam de ter características medievais para passarem a incluir aspectos renascentistas [...] Falar de transição do ponto de vista histórico significa que se vive um processo de mudança, de passagem de algo que aconteceu antes, para um depois, em princípio diferente.”⁹³

O Renascimento é a grande chave dessa mudança, já que apresenta uma nova percepção de homem e mundo, resgate da cultura greco-romana, o antropocentrismo, o cientificismo, o naturalismo e o racionalismo, são conceitos que permeavam a mentalidade desses intelectuais renascentistas. Esse movimento atingiu as áreas: artística, ciência, política, literária, econômica e religiosa, atingindo também os estudos cartográficos. Nesse momento a Europa passou por grandes mudanças entre os séculos XV e XVI, a burguesia crescente, a igreja e os monarcas tinham interesse em explorar os oceanos, em busca de novas rotas comerciais, riquezas, terras e novos fiéis para a fé cristã, dessa forma iniciaram as explorações marítimas e conseqüentemente territoriais, que resultaram num intercâmbio com outros povos, marcando o início da Idade Moderna.

A historiografia define a Tomada de Constantinopla em 1453 como o marco divisor da Idade Média para a Moderna, embora haja esta data precisa, sabemos que as mudanças socioculturais não se rompem rapidamente, ocorrem num processo contínuo. Então, o homem da Idade Moderna ainda carregava valores e concepções medievais

⁹³ BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)*. Vol.I Círculo de Leitores. Lisboa, 1998.p. 26

que, de certa forma, foram reproduzidos nos mapas através de imagens. Nas primeiras décadas do século XV, ocorre uma mudança na produção cartográfica, ou seja, nas representações do mundo, graças aos novos conhecimentos sobre a Terra e novos estudos de astronomia.

As navegações entre o final do século XV e início do XVI foram exploratórias da costa ocidental e o contorno da África, o que condicionou o acesso ao Oceano Índico. O pioneirismo Ibérico e propriamente português levou ao domínio de rotas de navegação, no Atlântico; a descoberta de um novo continente, a América e o reconhecimento de toda a extensão da África. Essa passagem do século XV para o XVI foi marcada por mudanças nos campos do conhecimento, ou seja, o homem do Renascimento começou a romper com as tradições medievais, dessa maneira, foi capaz de redesenhar o mundo através da cartografia.

A expansão marítima permitiu essa nova visão de mundo, relembrando questões colocadas ainda nos tempos dos gregos antigos quanto como as feições sua superfície terrestre (continentes, oceanos e mares), a forma da Terra e suas dimensões, não menos importante, tornou conhecido uma diversidade de povos, de culturas e de recursos em diversas partes do planeta.

A relação entre o Renascimento e às navegações é notória quando houve uma preocupação racional em aprimorar instrumentos para facilitar tal técnica. A bússola, o astrolábio, o quadrante e a sonda contribuíram significativamente aos viajantes; colhiam-se dados de navegação como correntes de ventos e marítimas, detalhes das costas, áreas rochosas, com corais e áreas de tormentas; preocupavam-se com marcações latitudinais e longitudinais, ou seja, havia preocupação com a precisão no globo terrestre; pontuavam locais portuários para abastecimento, pontos de interesse comercial e indicações sobre os povos e regiões alcançados.

Toda a informação recolhida era registrada em documentos oficiais, como roteiros e diários de bordo, relatórios de cronistas ou observadores nomeados pelas cortes. Essa produção auxiliou na construção de novos mapas, mas também atendia interesses de monarcas e companhias de comércio, todos que estivessem envolvidos com navegações. Exemplo desse interesse em recolher informações e gerar conhecimento para a navegação e o comércio ultramarino, foi à criação da Casa da Índia de Lisboa, criada em 1501, e a Casa de Contratación de Sevilha, criada em 1503,

exerciam a coordenação desses assuntos nos respectivos reinos. Documentos como relatórios escritos por Colombo, Américo Vespúcio, Pero Vaz de Caminha mostram o tipo de documentação que interessava tais instituições.

Os mapas produzidos no período do Renascimento eram mercadorias valiosas, já estamos falando também da Era dos Descobrimentos. Não se preocupavam apenas com a estética, mas também com sua funcionalidade. Independentemente dos conteúdos representados, a cartografia renascentista se caracterizou pela objetividade, praticidade e funcionalidade. Harvey reafirma a importância dessa objetividade nos mapas “... objetividade na representação espacial veio a ser um atributo valorizado porque a precisão da navegação [...] as fronteiras políticas, os direitos de passagem e de transporte etc. passaram a ser um imperativo econômico e político”⁹⁴.

Nem todos Estados divulgavam seus mapas e descobertas. A produção na Península Ibérica, colonizadores da América, preocupavam-se em espalhar informações que pudessem facilitar as investidas de França e Inglaterra no Novo Mundo, por isso a Casa da Índia de Lisboa, criada em 1501, e a Casa de Contratación de Sevilha tinham papel fundamental. Ambas controlavam a produção cartográfica acerca dos Descobrimentos. Os portugueses, por sua vez, continuaram a produzir as Cartas Náuticas necessárias à navegação oceânica e, para ajudar nas rotas marítimas.

Antes da invenção da imprensa, os mapas eram manuscritos. Um processo de elaboração dispendioso e lento, muitas vezes os mapas não ficavam bem reproduzidos, e com acesso ao público limitado (soberanos, grandes senhores e companhias de navegação), que conseguia pagar os altos preços por estes documentos. A invenção da imprensa por Gutemberg no século XV que vai ocorrer a propagação desses documentos, já que a gravação possibilitou inúmeras cópias de uma só lâmina e rapidamente divulga-la. Consequentemente diminuiram o preço e o tempo de elaboração, houve mais precisão e o acesso ao público aumentou⁹⁵.

Diferente das Cartas Portulanas feitas em pele de animal, esses mapas impressos foram gravados em madeira (xilografia) e mais tarde, passaram a ser feitos sobre cobre, num processo que perdurou por mais de três séculos. A partir da segunda metade

⁹⁴ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2000. p.223

⁹⁵ Darton escreve sobre os meios de comunicação na História. Ver: DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

do século XVI, a técnica de xilogravura foi muito comum na produção de mapas, isso permitiu a impressão de grande número de exemplares a partir de um original, de modo que ampliou o acesso e sociabilizou a informação suscitou a formação de um mercado consumidor.

Se durante o século XV e a primeira parte do século XVI os grandes centros de produção cartográfica se deslocaram de Itália e da Catalunha para Lisboa e Sevilha, a partir de meados de Quinhentos aparecem novos concorrentes como a Alemanha, a Flandres e a Holanda. É graças à sua habilidade comercial para interessar um público cada vez mais vasto pelas representações cartográficas do planeta, através da imprensa, que hoje temos a sorte de poder admirar alguns dos mais antigos mapas portugueses.⁹⁶

Segundo Isa Adonias, “o aumento da procura de mapas, antes quase inexistente, fez surgir o cartógrafo, como profissão, e o comércio de mapas, com o aparecimento de editores e negociantes especializados na sua produção e venda.”⁹⁷ Dessa forma, se desenvolve um campo de conhecimento cartográfico, porque havia uma demanda, um público ávido a consumir tais produções, setores das elites encontravam nos mapas uma maneira de conhecer o mundo descoberto. Devido a esse consumo, gerou uma especialização dos produtores de mapas e dos editores respectivamente.

A cartografia se tornou um hobby de estadistas e artistas do Renascimento, chega a ser descrita como a ‘ciência dos príncipes’. Prática comum de muitos governantes era financiar produções cartográficas de suas próprias cidades, mapas com lindas ilustrações que predominam sobre os traçados. Muitos desses mapas são das regiões da Itália, Alemanha e Países Baixos. De acordo com Knauss⁹⁸, os monarcas investiam muito nessas produções e descobriram uma maneira de tirar proveito, na medida em que esses documentos serviam para convencer e persuadir tornava-se um instrumento de poder, como discutido anteriormente.

Um mapa que sintetiza os avanços científicos e a influência do Renascimento na Cartografia, desencadeando uma nova fase dessas produções é o *Nova et aucta orbis Terrae descriptio ad usam navigantium emendate accomodata* (Nova aumentada

⁹⁶ BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *Op. Cit.* p.26

⁹⁷ ADONIAS, I. Olhando o mundo através de símbolos, cores e palavras. In: MICELI, P. (Org). O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. p.37

⁹⁸ KNAUSS, Paulo. Brasil: uma cartografia. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2010. p. 51

descrição da Terra com correções para o uso de navegação) produzido em 1569 pelo cartógrafo flamengo Gerard Mercator⁹⁹.



Figura 10: *Nova et aucta orbis Terrae descriptio ad usam navigantium emendate accomodata* – Mercator, 1569.¹⁰⁰

Esse mapa contribuiu muito nas navegações devido suas projeções, informações mais detalhadas e fundamentais aos reis e comerciantes. Nessa projeção os meridianos, o Equador e paralelos são linhas retas que se cruzam. Assim, a compreensão do mundo foi simplificada, essas informações com o uso da bússola ajudaram navegadores a chegarem aos seus destinos.

Outra influência importante na Cartografia do Renascimento ocorreu no século XV em Portugal, graças aos dedicados esforços de D. Henrique e suas atividades relacionada às navegações portuguesas na primeira metade do século XV¹⁰¹. Motivou avanços em técnicas astronômicas e instrumentos de navegação, que facilitaram

⁹⁹ VELOSO FILHO, F. A forma, dimensões e feições gerais da Terra: da antiguidade ao renascimento. Mercator, Fortaleza, volume 9, número 18, p. 183 a 194, janeiro/abril, 2010. Disponível em: http://www.lethist.lautre.net/img_cartes/mercator_1569.

¹⁰⁰ http://cartographic-images.net/Cartographic_Images/407_Mercator_polar.html

¹⁰¹ As contribuições do Infante D. Henrique estão descritas na obra: ALBUQUERQUE, Luís de, «Escola de Sagres», *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971; ver também: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol.I: A Formação do Império (1415-1570). Círculo de Leitores. Lisboa, 1998.

inúmeros navegadores durante a Expansão Marítima. Podemos destacar o pioneirismo português nas Grandes Navegações, a exploração do Atlântico rumo ao sul, percorrendo a costa Africana com objetivo de contornar o continente e atingir as Índias Orientais, mérito do navegador Vasco da Gama em 1498; também nas viagens a sudoeste rumo a explorar o território recebido pelo Tratado de Tordesilhas 1494, posteriormente chamado de Brasil.

A expansão ultramarina portuguesa influenciou o desenvolvimento do comércio, na medida em que as primeiras descobertas foram as Ilhas do Oceano Atlântico, próximo à costa africana (Ilha da Madeira, Cabo Verde e Açores). Navegar era possível e a descoberta por novos territórios tornava-se plausível.

“... a experiência acumulada em séculos de navegação costeira, e a partir do século XIV, em alto mar, permitiu a elaboração de mapas e roteiros nos quais registravam-se acidentes geográficos, correntes marinhas e regimes de ventos ao largo da costa portuguesa e no litoral africano.”¹⁰².

O pioneirismo português dá início às navegações pelo oceano Atlântico, objetivando atingir o Oriente contornando a África. Alcançando esta rota, eles se colocariam em contato direto com as Índias das pedras preciosas e especiarias, cujo comércio tinha enriquecido as repúblicas italianas e mouras, que transitavam no Mediterrâneo e Vasco da Gama conseguiu contornar a parte sul do continente africano, concretizando a ligação direta à fonte das especiarias, a Índia. Os espanhóis haviam escolhido uma rota pelo Ocidente, embora não tivessem certeza de que chegariam ou retornariam à América em 1492, com a esquadra liderada por Cristóvão Colombo, que desembarcou na parte central da América (Antilhas), Colombo aportou nas ilhas de São Salvador, Cuba e São Domingos, acreditando ter chegado ao Oriente. Em 1500, ocorreu a chegada dos portugueses na parte sul da América como consequência da Expansão Ultramarina.

Analisando os mapas dos séculos XV e XVI, percebe-se que foram documentos que somavam informações gráficas, científicas e também um contexto político cultural da época, que vinculou Expansão Marítima e o Renascimento. Deste modo, concluiu-se

¹⁰² WEHLING, Arno e WEHLING, M^a José C. de M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994. p.37

que os mapas renascentistas não são meros documentos de informações oriundas da tradição e da experiência, muito mais, eles acumularam esses dois conceitos. Navegar e desbravar os oceanos contribuiu para a construção para uma nova visão de mundo habitado.

Esse tipo de documento foi um artifício legitimador de conquistas e possessões. A produção cartográfica nesse período histórico, utilizava as novidades dos viajantes e os dados fornecidos com suas navegações. Durante o Renascimento, os mapas-múndi foram se distanciando cada vez mais da produção medieval, em todas as suas caracterizações da Terra. Havia um olhar mais apurado e detalhado nas técnicas de produção cartográfica. É o período do cientificismo e valorização do conhecimento, tudo isso aplicado à construção de mapas, ainda assim, sabe-se que foi uma técnica aprimorada ao longo dos séculos.

Não podemos deixar de destacar, as ambições das coroas, mercadores nestas produções, que representavam em forma bidimensional os caminhos e locais de interesses políticos, econômicos e até religiosos. O mapa tinha função ser um instrumento de comunicação entre o que se via e o que se ambicionava e essa finalidade foi atingida na medida em que serviram de base nas Navegações e conquistas de territórios.

Cabe destacar que as transformações sociais são gradativas, fruto de um processo de construção de conhecimento, seja de mundo, seja do outro. Por isso, os mapas do século XVI que estamos estudando ainda carregavam frutos de um pensamento medievalista materializado nas imagens presentes nestes documentos.

Nossa pesquisa concentra-se na área da cartografia histórica e nas representações imagéticas dos nativos da América, feita pelos portugueses durante o período quinhentista, mas, sabemos que desde os tempos mais remotos, o ser humano se comunica através de imagens. As iluminuras nos mapas, não são exclusividades da história medieval ou do renascimento, somos naturalmente tendenciosos ao visual.



“Não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais”¹⁰³

A Expansão Marítima foi um fato revolucionário no momento que descortinou um mundo mais amplo que muitos imaginavam, levou os europeus a terem contato com o novo continente, denominado Novo Mundo (América) e de certa forma, redescobrir o Oriente através de novas rotas. A partir da segunda metade do século XV foram produzidas inúmeras narrativas de viajantes que se aventuraram por mares e terras até então desconhecidas. Diários de viagem, cartas portulanas e inúmeros documentos que descreviam as navegações e as novas descobertas.

O novo tinha de ser registrado “... seria de fato de estranhar se encontrássemos uma pessoa de juízo que não tivesse vontade e prazer de se informar a respeito dessas paisagens longínquas, de povos bárbaros, de seus costumes, suas vidas, religião e policiamento.”¹⁰⁴ Saber sobre as novidades das viagens marítimas tornou-se um hábito de muitos nobres, monarcas e burgueses a partir da segunda metade do século quinze e ao longo do dezesseis.

Como toda novidade, o impacto visual e a repercussão foram enormes, já que muitos desses documentos tratavam de temas polêmicos como canibalismo, idolatria, monstrosidades, paraísos, demônios, entre outros assuntos exóticos. Cabe ressaltar, que a invenção da imprensa por Gutemberg em 1455 facilitou essa produção e

¹⁰³ SANTAELLA, Lucia. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008. p.15

¹⁰⁴ ZIEBELL, Zinka. *Terra de Canibais*. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 2002. p.120

divulgação dessas obras e influenciou as posteriores¹⁰⁵, pois o ritmo acelerado nas reproduções desses documentos possibilitou uma divulgação mais ampla das descobertas feitas através das navegações pelos oceanos.

De acordo com Belluzo, essa produção gráfica “... marca o momento em que o argumento visual toma proeminência e conquista autonomia com relação ao texto, do qual se desgarra...”¹⁰⁶, mesmo sendo um período com grande número de analfabetos, o consumo destas obras vai aumentar consideravelmente, já que muitas delas tinham riqueza visual e de certa forma, traziam novas referências de mundo, desde seres inusitados e míticos a terras desconhecidas e utópicas.

Pensando na riqueza dessa cultura visual, nosso objeto de estudo são as imagens de indígenas que aparecem em mapas da América Portuguesa no século XVI feitos por cartógrafos lusitanos. Essas produções foram amplamente absorvidas pelo europeu nesse período, já que para entender uma cena de guerra ou antropofagia não precisava de muito intelecto, nem quando apareciam monstros nas regiões recém-descobertas, não havia necessidade de o indivíduo ter lido sobre mitologia grega; a imagem torna perceptível a mensagem.

Usemos as palavras de Gruzinski¹⁰⁷ para explicitar melhor esse avanço derivado da prensa, narra que esse fato representou uma “revolução midiática” sem precedente, ou seja, uma invenção que impulsionou as publicações e conseqüentemente, as novas visões de mundo, ou seja, a imprensa foi relevante para a divulgação das conquistas quinhentistas, mesmo que se tratasse de mapas manuscritos, haviam produções feitas a partir desses documentos e dos relatos das viagens.

Para analisar esta problemática, é necessário seguir um caminho de rastros e pistas que nos levarão a conclusões acerca dos mapas coloniais e suas ilustrações. Nesse capítulo partimos para um estudo sobre a imagem e as relações humanas e o imaginário presente no pensamento medieval que, de certa forma, se estendeu ao momento das

¹⁰⁵ . Flavia Tatsch explica que a obra de Theodor de Bry difundiu um “vocabulário iconográfico” e vai inspirar outros autores. Ver: TATSCH, Flavia Galli, *Da palavra à imagem: a alegoria da América no imaginário europeu*. Ideias, vol. 13, n. 2, Campinas, 2006, pp. 46-51

¹⁰⁶ Belluzo, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. vol. I, São Paulo, Metalivros, 1999, p. 53

¹⁰⁷ Serge Gruzinski, *A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

navegações. Assim, torna-se essencial compreendermos: A importância de uma imagem e como ela ‘fala’ ao leitor; O imaginário que permeava a sociedade pós medievalismo.

Ao analisar imagens e seus discursos visuais, é preciso compreender que estes símbolos foram produzidos em determinada cultura, e, que, de certa forma, permite diálogo com as regras e os códigos dessa mesma cultura. Podemos utilizar Barbosa e Cunha para explicitar esse conceito: “Imagens podem ser utilizadas como meio de acesso a formas de compreensão e interpretação das visões de mundo dos sujeitos e das teias culturais em que eles estão inseridos”¹⁰⁸.

As imagens se inserem no contexto de ‘representação’¹⁰⁹, elas revelam o que não dito, mas que precisa ser lido e decifrado. Seguindo pelo conceito de representação sobrevém o de ‘imaginário’ que, de acordo com Pesavento pode ser explicado como “sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história, para dar significado às coisas”¹¹⁰. Seguindo pelo campo das representações, sabemos que a cultura é o eixo de toda essa engrenagem e por isso também surge o conceito de memória como uma maneira de recuperar aspectos culturais, ou seja, evocar o que foi vivido; “É a propriedade evocativa da memória que permite a recriação mental de um objeto, pessoa ou acontecimento ausente”¹¹¹. Mesmo que seja uma memória recontada a partir de informações de outros viajantes (no caso dos mapas), ainda sim, a memória auxilia na construção das imagens. Não podemos nos desgarrar desses conceitos importantes para estudar a iconográfica nas cartas marítimas e assim perceber como tais imagens interferiram nas ações humanas durante o primeiro século da colonização do Brasil.

Algumas imagens que aparecem nestes documentos do século dezesseis, são resultado de um imaginário que possui construiu uma relação entre o real e o irreal, consciente e inconsciente, racional e irracional. Elas se constroem pela visão simbólica de uma reconstrução de uma realidade sentida e vivenciada, ou seja, as ilustrações conseqüentes de uma evocação do real que procurava dar sentido a vida social. É claro

¹⁰⁸ BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 53-54

¹⁰⁹ Na visão de Chartier, a relação de representação pode ser entendida “como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente”. E a apropriação enfatiza uma história social das interpretações, que remetem a determinações sociais, institucionais e culturais. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.20

¹¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia M^a Weber; ROSSINI, Miriam de S. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percurso em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008, p.13

¹¹¹ *Idem*, p.15

que, essas imagens tinham que ter algum indício do mundo real para que tivessem aceitação, uma crença plausível. Por mais utópicas e excepcionais que fossem, eram críveis entre muitos lusitanos do século dezesseis, uma vez que esse período estava repleto dessas representações imagéticas. “Se o imaginário é o cerne da propriedade realmente humana – a capacidade de representar a si própria, a sua vida e ao mundo -, ele é, por excelência, o campo privilegiado da história”.¹¹²

2.1 - A Imagem fala

“Da mesma maneira que a palavra e o texto, a imagem pode, a seu modo, ser o veículo de todos os poderes e de todas as resistências. O pensamento que ela desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa como o texto, mas que costuma ser irreduzível a ele, o que não facilita nada a tarefa do historiador obrigado a atribuir palavras ao indizível.”¹¹³

Os seres humanos, no decorrer da história, em diferentes sociedades, utilizaram-se da linguagem imagética para representar suas vivências sociais. Esta pesquisa investiga as imagens dos índios na cartografia colonial do século dezesseis, para isso, procuramos delinear um caminho sobre alguns conceitos que estão ligados diretamente a este tema. É preciso levantar uma questão: o que é uma imagem e que relação nossa sociedade estabelece com as representações imagéticas.

Julgando que as imagens não servem apenas para ilustrar, já que nos possibilita conhecer tal cultura. A imagem é entendida como signo que contém uma diversidade de códigos culturais, dessa forma, a ‘leitura’ destas precisam ser feitas a partir da compreensão desses signos, ou seja, considerar aspectos reais e figurados.

O mundo é constituído socialmente pelo pensamento e ao mesmo tempo transformado pela ação de representar. Ao verificarmos que estamos ligados a muitas imagens e que estas sejam relevantes ao ser humano, poderemos entender que, de certa forma tais poderiam ter influenciado aos europeus no processo de colonização.

¹¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma Outra História: Imaginando o imaginário*. Revista Brasileira de História. SP, vol.15, nº 29, 1995. p.17

¹¹³GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P.15

Voltemos no tempo, aos primórdios da humanidade, quando o homem Pré-histórico fazia arte e produzia as pinturas rupestres, feitas em rochas nas cavernas para emitir uma mensagem. Vestígios tão antigos da humanidade, que procurava se comunicar entre si e com os outros. O registro visual naquele período histórico representava a condição humana, pois surge a partir do convívio social, de modo que o homem sentiu a necessidade de comunicar-se, exprimir crenças ou sentimentos, de modo que ficasse o registro e também pudesse passar a outrem. Não podemos datar com precisão o momento em que surgiu a comunicação, mas é certo que ela se desenvolveu com e acompanhou a evolução da humanidade. Isto é, a comunicação neste processo evolutivo funcionou como um meio de sobrevivência, que ao contrário de lanças e confecções de roupas serviam para passar de um homem ao outro o conhecimento de técnicas, para que assim tal descoberta não morresse. Também era necessário registrar esse cotidiano e podemos ver a importância que essas histórias tinham, quando observamos as pinturas rupestres, porque transmitiram costumes, permanências, tradições e invenções.



Figura 11: Pintura de Lacroix, França.¹¹⁴

“O homem é, na verdade, o único animal que deixa registros, atrás de si, pois é o único animal cujos produtos ‘chamam a mente’ uma idéia que se

¹¹⁴ GOMBRICH, E.H. *Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia e representação pictórica*. 4ª Edição, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. P.92

distingue da existência material destes. Outros animais empregam signos e idéias estruturas, mas usam signos sem perceber a ‘relação de significação’ e idéias estruturas sem perceber a relação da construção.”¹¹⁵

Como um trabalho no campo da História Cultural, utilizamos o conceito de representação para refletir sobre as imagens, não só pela sua produção, mas também pelo seu consumo, ou seja, a iconografia, como objeto e fonte de pesquisa. Para isso, é necessário partir da cultura, já que classificamos as imagens como artefatos culturais, pois estas exprimem os padrões sociais que nos leva a entender o imaginário social daquele grupo de indivíduos num determinado momento histórico. Nesse viés, Chartier fortalece esse campo de conhecimento quando afirma: “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” ¹¹⁶.

As imagens carregam consigo diversas teias culturais do tempo e espaço estudados. Segundo Barbosa e Cunha, “Cultura não estaria apenas nos artefatos, mas também em hábitos, valores e comportamentos que precisavam ser apreendidos pela observação e registrados”¹¹⁷, dessa forma, acontece um diálogo constante entre a História e a Antropologia. “... muitos historiadores aproximaram-se dos sujeitos e objetos de investigação da Antropologia”¹¹⁸

Mesmo hoje, na era da tecnologia e de informações rápidas, para onde nossos olhos se voltem, existem imagens. Nessa perspectiva, entendemos que a imagem é atemporal, Martine Joly, em sua obra *Introdução à análise da imagem*, escreve “Por toda parte no mundo o homem deixou vestígios de suas faculdades imaginativas sob a forma de desenhos, nas pedras, dos tempos mais remotos do paleolítico à época moderna...” ¹¹⁹

¹¹⁵ PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. SP: Editora Perspectiva, 2002. p. 23

¹¹⁶ CHARTIER, 2002. p.16

¹¹⁷ BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 12

¹¹⁸ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.149

¹¹⁹ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996, p. 17-18

Ao descrever sobre a importância das imagens às sociedades, Pesavento¹²⁰ reforça a ideia que os indivíduos outorgam significado ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade das suas experiências vividas. A partir das observações de Chartier e Pesavento, conclui-se que representar seria uma maneira de presentificar o ausente, por isso necessita de um olhar cauteloso do pesquisador no momento de sua identificação, classificação, legitimação e, em alguns casos, exclusão.

Foi muito comum, ao longo da história da humanidade, o uso de imagens para representar determinada sociedade. Podemos citar neste trabalho alguns exemplos do uso de imagens por civilizações que já possuíam a escrita, ainda assim, não desprezaram a cultura visual. Os gregos da Antiguidade embora tivessem uma tradição oral e escrita, como se vê nas obras do poeta Homero, também faziam desenhos nos potes (ânforas) para retratar suas histórias, mitos e cotidiano social. As mais diversas aventuras, personagens e pessoas comuns foram ilustrados naqueles simples objetos e até os dias de hoje, servem como referência para os historiadores dessa sociedade clássica.

“Imagens nos permitem imaginar o passado de forma mais vivida [...] Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas”¹²¹

Outro exemplo pertinente da importância e uso de imagens nas sociedades que tinham conhecimento da escrita, é a grande quantidade de ilustrações na Idade Média. Essas representações imagéticas, geralmente eram tendenciosas à religião dominante na Europa, o catolicismo, até mesmo cenas que representassem o cotidiano nos feudos, guerras etc. Numa sociedade ‘iletrada’, os ‘letrados’ da Idade Média eram os representantes autorizados da Igreja e do Estado. Eles usavam uma estratégia para ensinar a população, para além da escrita, eram representações imagéticas em pinturas, vitrais, livros ilustrados, ícones de santos, tapeçaria etc. O objetivo era causar impacto à população em geral, que, em sua maioria, era analfabeta e a imagem não tinha só a finalidade de representar, mas servia para ensinar e doutrinar pessoas.

¹²⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádya M^a Weber; ROSSINI, Miriam de S. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percurso em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008, p.11-18.

¹²¹ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004 p.17



Figura 12: O mês de julho, ca.1400¹²²



Figura 13: Purificação da Virgem, ca. 1410 ¹²³

Citando Giovanni de Gênova do final do século XIII, Baxandal resume em três funções nas imagens durante o Medievo

“Sabeis que três razões têm presidido a instituição de imagens nas igrejas. Em primeiro lugar, para a instrução de pessoas simples, pois são instruídas por elas como pelos livros. Em segundo lugar, para que o ministério da

¹²² _____ *Idem.* p.107

¹²³ _____ *Idem.* p.105

encarnação e os exemplos dos santos pudessem melhor agir em nossa memória, estando expostos diariamente aos nossos olhos. Em terceiro lugar, para suscitar sentimentos de devoção, que são eficazmente despertados por meio de coisas vistas que coisas ouvidas”.¹²⁴

A historiografia marca o fim da Idade Média em 1453, com a Tomada de Constantinopla, iniciando a Idade Moderna, mas essa transição é factual quando consideramos a questão do cotidiano, hábitos e pensamentos. As imagens do início do século XVI estão carregadas de características da cultura medieval. Destacamos aqui um grande expoente desse período para exemplificar essa produção artística, François Rabelais.



Figura 14: François Rabelais - *Pantagruel*¹²⁵

Na imagem, vemos criatura característica de textos e documentos do medievo. Em *Pantagruel*, aparece uma serpente marinha gigantesca, capaz de envolver toda a embarcação, fazendo com que a tripulação tenha que enfrentar o monstro para sobreviver ao ataque. Esse tipo de representação aparece também em mapas quinhentistas.

¹²⁴ BAXANDAL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência na Itália da renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.49

¹²⁵ *François Rabelais [1494-1553] foi escritor, sacerdote franciscano e humanista. Autor da obra prima cômica “Gargântua e Pantagruel”, relatando o cotidiano, romances e sátiras, temática conhecida como *Realismo Grotesco*.



Figura 15: Carta Marina et descriptio septemtrionalium terrarum ac mirabilium (Carta Náutica e Descrição do Norte Terras e Maravilhas), Olaus Magnus, 1539.¹²⁶

Outros dois exemplos importantes dessas representações com monstros marinhos gigantes estão presentes em dois mapas do século XVI, elaborados pelo cartógrafo Sebastian Munster.



Figura 16: Typus orbis universalis, Sebastian Münster, 1552.¹²⁷

¹²⁶ Duzer, Chet Van. *Sea Monsters on Medieval and Renaissance Maps*. Editora: British Library, UK, 2005.

¹²⁷ Em torno do mapa estão representadas doze cabeças dos ventos com os seus nomes e nos oceanos, ilustrados com monstros marinhos, que são reminiscências do período medieval. Faz parte do acervo ao acervo do Setor de Documentos Cartográficos da Biblioteca Nacional - BR.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart354234/cart354234.htm

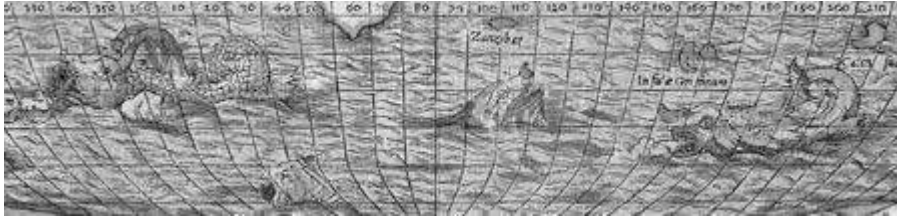


Figura 16a: Detalhe do mapa de Munster (criaturas gigantes)



Figura 17: Typus Cosmographicus Universalis, Sebastian Munster, 1532.¹²⁸

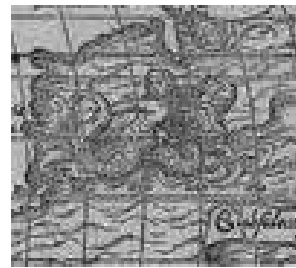


Figura17a: Detalhe do mapa de Munster (serpentes marinhas e sereia)

Somos seres visuais, mesmo a invenção da escrita não apagou o ato de nos comunicarmos através de ilustrações, essas linguagens caminharam juntas. Os códigos visuais ultrapassam idiomas, culturas, línguas e lugares, como por exemplo, placas de

¹²⁸As fronteiras elaboradas são reforçadas com cenas imaginárias de canibais, serpentes aladas, elefantes, e monstros; em ambos os pólos aparecem anjos alados transformando o mundo em seu eixo. O mapa é um dos mais decorativo e procurados de todos os mapas do mundo. Faz parte do acervo ao acervo do Setor de Documentos Cartográficos da Biblioteca Nacional - BR.

trânsito, logomarcas, cartazes, fotos entre tantos outros que ainda hoje nos conectam em diversos locais do planeta. Estamos cruzando séculos de história para explicitar o quanto às imagens são relevantes na construção de uma sociedade.

No mundo contemporâneo, surgiram novas imagens consideradas símbolos universais, para que identifiquemos seu significado em qualquer parte do planeta. Sem palavras, a imagem fala por si só, basta que o receptor esteja com um olhar atento para decodificar esses signos.

“Ao longo da história das civilizações, são inúmeros os exemplos em que se percebe como os registros escritos acompanham os registros visuais. Velhas formas de escrita, como os hieróglifos, demonstram essa proximidade. Isso equivale a dizer que a história da imagem se confunde com um capítulo da história da escrita e que seu distanciamento pode significar um prejuízo para o entendimento de ambas. Reconhecer isso implica admitir que imagem e escrita sempre conviveram.”¹²⁹

Por estarmos rodeados de imagens, nossos olhos, vêem, mas não enxergam os signos visuais, é tão rotineiro que passam despercebidas. Se a imagem pode falar, precisamos aprender a ler, alfabetizar nosso olhar e aprimorar nosso conhecimento. Ler uma imagem é olhar além dos traços e cores, é preciso considerar que ela é resultado de uma construção histórico-cultural de determinada sociedade no tempo e no espaço.

“Essa postura, que compreende o processo social como dinâmico e com múltiplas dimensões, abre espaço para que a História tome como objeto de estudo as formas de produção de sentido. O pressuposto de seu tratamento é compreender os processos de produção de sentido como processos sociais. Os significados não são tomados como dados, mas como construção cultural. É nesse terreno que se estabelecem as disputas simbólicas como disputas sociais. Conforme adverte Georges Ballandier, “o poder só se realiza e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos”, pois, simplesmente pela força, sua existência seria sempre ameaçada.”¹³⁰

¹²⁹ KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com Imagens: arte e cultura visual. ARTCULTURA, Uberlândia, v.3 n.12 p. 99

¹³⁰ _____ KNAUSS, Paulo. *Op. Cit.* P.100

Ela pode ser objetiva ou subjetiva, representar a realidade ou ser mera construção forjada da realidade, algumas ilustrações são carregadas de ambigüidades e especulações. Sendo assim, cabe ao historiador um estudo detalhado para além da superfície, de modo que consiga discernir o conteúdo representado através de linhas e tons, buscando um cruzamento com outras fontes para não cair num anacronismo, subestimando o impacto das imagens nas sociedades ao longo de séculos.

“... a imagem não é somente reprodução do real, ou uma simples representação calcada em modelos exteriores a ela. Imagem é também criação, e isso traz a possibilidade de construção de outras cadeias de significação, superando uma definição parcial de imagem como descrição de algo exterior. Algumas das imagens mais contundentes da história foram criadas por fotógrafos que não faziam da sua arte apenas um documento da realidade, mas levavam o espectador a outros mundos, onde ele poderia criar ficção a partir do real.”¹³¹

Na perspectiva de Meirelles,

“a imagem enquanto representação do real estabelece identidade, distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, instala modelos formadores, delimita territórios, aponta para os que são amigos e os que se deve combater”¹³².

Existe uma relação direta entre imagem e imaginário, trazer a existência o que está na mentalidade. A representação do real e do fictício traz significado para nossa pesquisa, porque entende o valor simbólico de uma imagem: “[...] As imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as modalidades mais secretas do ser.”¹³³

¹³¹ BELMIRO, Célia. Palavras, Imagens, discursos na educação. In: PEREIRA, Júnia Sales; RICCI, Cláudia Sapag (Orgs.). Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória – uma perspectiva interdisciplinar. Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG-Caed UFMG/Secad/MEC, 2010. Vol. 1, p.15.

¹³² MEIRELLES, William Reis. História das imagens: uma abordagem, múltiplas facetas. *Pós-História*, n.3, 1995, p. 101.

¹³³ ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 9.

A semiótica é uma ciência recente, ela analisa linguagens particulares, dentre elas, a imagem. Nesse sentido, pode ser descrito como o modo de produção de sentido nas representações imagéticas, isto é, compreender o que a imagem quer expressar¹³⁴

Para alfabetizarmos nosso olhar às imagens, é importante considerar seu enunciado, ou seja, o contexto temporal e histórico-cultural. Muitas dessas produções imagéticas não são verossímeis, podem ter sido ilustradas a partir de um ‘ouvir falar’ ou um superlativo dos fatos, dessa forma, evocamos o imaginário para explicar algumas dessas representações imagéticas feitas na cartografia medieval e nos mapas modernos. Partindo desse prisma, a veracidade é importante, mas também, cabe ao historiador dar credibilidade ao que foi desenhado. Enfim, o ato de produzir um elemento de grande repercussão naquele momento mostra que tal sociedade aceita como realidade¹³⁵. O francês Michel de Montaigne, quando relata os atos antropofágicos dos nativos questiona, a idoneidade do discurso de muitos desses viajantes que vieram ao Brasil, observaram os costumes dos nativos e escreveram sobre eles. Quando se reporta aos cronistas, afirma:

“Eles nunca apresentam as coisas como elas realmente são e sim as distorcem e as disfarçam a fim de conformá-las ao ponto de vista do qual eles as viram; e para ganhar credibilidade em suas opiniões e torná-las atrativas, eles não se importam em adicionar à elas algo a partir deles próprios ou estender e amplificá-las.”¹³⁶

O mapa tinha função de descrever o Novo Mundo para os europeus, sejam mercadores, monarcas, clérigos, entre outros. Essa descrição territorial e social feita pelo cartógrafo contempla a perspectiva de uma cultura cristã ocidental, sendo assim, consideremos que as imagens produzidas nos mapas foram fortemente influenciadas pelo caráter religioso, com finalidade de dominação política e ideológica.

No século XVI não havia uma produção real e concreta do Novo Mundo, eram descobertas gradativas tanto das terras, quanto dos povos ameríndios. Por isso, os mapas

¹³⁴ JOLY, M. _____ *Op. Cit.* p.29

¹³⁵ Para mais informações sobre, ver TODOROV, T. *A Conquista da América: A questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.74-75

¹³⁶ MONTAIGNE, Michel de. *Essays*(1580). Tradução e introdução de J. M. Cohen. Londres: Penguin Books, 1993, p.108

estavam carregados de ilustrações do que via e do que não via, foi comum a representação segundo o que pensavam existir na América¹³⁷.

Pensemos na intencionalidade dessa produção, Chartier levanta uma questão interessante, “as próprias estruturas do livro são dirigidas pelo modo de leitura que os editores pensam ser o da clientela almejada”¹³⁸, podemos nos apropriar dessa perspectiva utilizar na produção cartográfica, que era feita, muitas vezes, através de relatos, como já foi levantado, mas temos que considerar a formação do cartógrafo, sua posição político-religiosa, qual interesse estava inserido naquela obra. Avaliou essas questões como ‘luta de representações’, “têm tanta importância como às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”¹³⁹.

A representação imagética carrega consigo uma série de significações que precisam ser consideradas, os seres humanos, de modo geral, são extremamente visuais. Dentro dessa cultura visual, percebe-se que desde a Pré-história, período anterior a escrita, o homem usa a imagem como forma de comunicação e essa intenção de ilustrar o que pensa ou quer comunicar, levou os seres humanos ao desenvolvimento dessas representações imagéticas até a contemporaneidade. No mundo da conectividade, as imagens invadem nosso cotidiano e trazem consigo significados que por si só já se fazem entender.

Somos seres visuais, a visão humana é cheia de recursos e possibilidades, isso torna muito natural que o início de nossa comunicação ocorra através dele¹⁴⁰. O visual e as primeiras impressões são importantíssimos para a construção de conceitos posteriores, e, é por isso que me ateno a essas representações na cartografia colonial. Essas imagens serão analisadas como documento dentro do documento, pois reconhecemos sua importância no estudo de tal sociedade ameríndia.

¹³⁷ Ronald Raminelli, *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1996, p. 9.

¹³⁸ Roger Chartier, *A ordem dos livros – leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Brasília, Editora da UNB, 1994, pp. 19-20.

¹³⁹ Roger Chartier, *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990, p. 17

¹⁴⁰ Para melhor compreensão, buscar: KNAUSS, Paulo. *Aproximações disciplinares: historia, arte e imagem*. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre: UFRS, v.15, p.151-168, dez.2008. Outro artigo, do mesmo autor, também apresenta a importância das imagens no contexto histórico. Veja: KNAUSS, Paulo. *O Desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. In: *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n.12, p.97-115, jan-jun.2006

Para além das imagens, cabe analisar o pensamento medievalista que partia de um imaginário influenciado por medos, valores religiosos e incertezas. O mundo do século XV e XVI é repleto de novidades, mas carregado de medos antigos. Dentro de um enorme grupo de criaturas fantásticas, presentes no imaginário medieval, o arquétipo do homem selvagem que já despertava interesse e medo dos homens na Grécia antiga, apresenta-se como uma realidade. Essa representação lendária de uma criatura violenta, quase irracional, metade homem/metade animal e até, por vezes, incapaz até de falar, que utilizava seus instintos para sobreviver, esse ser, desconhecia Deus.

Devemos enfatizar que o ser humano é extremamente visual, pois faz uso de iconografia ao longo de sua própria história e também, destacamos, a seguir, um outro ponto importante desta pesquisa, que vai além do universo imagético, parte para descortinar as representações como integrante de uma cultura medieval rica em mitos, fábulas, histórias fantásticas, repletas de personagens exóticos e únicos, pertencentes a um imaginário que não se restringe apenas à mentalidade, mas a diversas práticas do homem do Velho Mundo desde a Idade Média e avançando pela Idade Moderna.

2.2 – Partindo do Imaginário

“... pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, um segundo mundo e uma segunda vida aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles viviam em ocasiões determinadas. Isso criava uma espécie de dualidade do mundo e cremos que, sem levá-la em consideração, não poderia compreender nem a consciência cultural da Idade Média nem a civilização renascentista.”¹⁴¹

Consideremos que o homem do século XV teve de se aventurar pelos oceanos, territórios completamente desconhecidos e as dificuldades que enfrentou para realizar tão árdua tarefa. Nesse primeiro tópico, exploro algo que vai além dos obstáculos que enfrentou, a reflexão deve ser sobre algo mais subjetivo, o imaginário que estava

¹⁴¹ Bakhtin, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010. p.4-5

presente nas mentes dos desbravadores e se refletiam nos documentos elaborados na Era das Navegações. Imaginar por si só não bastaria para esta pesquisa, é necessário que analisemos fontes que descrevam e ou representem o imaginário como integrante dos costumes desse período histórico que foi fortemente influenciada pela cultura e valores medieval. Para o homem contemporâneo são construções imaginativas de indivíduos da Idade Média e a posterior na Idade Moderna, porém, esse material manifestava atitude e comportamento dessas pessoas em seu cotidiano. De acordo com Pesavento,

“O imaginário faz parte de um campo de representações e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discurso que pretendiam dar uma definição da realidade. [...] no domínio da representação as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações), processo este que envolve uma dimensão simbólica”.¹⁴²

Nossa concepção de demônios, feitiçeras, bruxas e seres monstruosos, é a expressão da concepção cristã-medieval que influenciou grande parte da sociedade europeia por séculos. Dessa forma, as imagens desses arquétipos vão ocorrer frequentemente em relação ao Novo Mundo e seus habitantes. Antes das imagens serem concretizadas, elas passam pelo pensamento, pelas formações imaginárias dos seres humanos. Perceber essas particularidades nos leva a buscar nas representações imagéticas o significado desse imaginário. Logo, podemos perceber que as obras produzidas no período das navegações originam-se de um imaginário.

“O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam [...] o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto território atravessado por esse limite, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal: a curiosidade dos horizontes demasiados distantes do espaço e do tempo, terras desconhecidas, origens dos homens e das nações; a

¹⁴² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: Imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História. SP, Vol.15 n}29, 1995. p.15-16

angústia inesperada pelas incógnitas inquietantes do futuro e do presente...”¹⁴³

As imagens vão surgir, frutos de um imaginário comum, podemos considerar como uma personificação dos fenômenos sociais e da maneira como e a realidade é entendida. Os mapas medievais e modernos são documentos que demonstram um universo cultural e visão de mundo que podem ser analisados como frutos da rica imaginação da sociedade européia. Vejamos a *Charta cosmographica ventorum própria natura et operatione*, de Pedro Apiano, de 1551.



Figura 18: Charta cosmographica ventorum própria natura et operatione - Pedro Apiano, 1551¹⁴⁴

Percebe-se que as imagens e símbolos no mapa retratam um pensamento carregado de misticismo. Em formato cordiforme (formato de coração) esse documento retrata elementos do zodíaco na margem do planisfério; nos oceanos os monstros marinhos são do tamanho das embarcações; a parte portuguesa da América apresenta a seguinte descrição ‘*canibales*’ (canibais); dois homens imponentes aparecem no topo do

¹⁴³ PATAGLEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF. *A Nova História*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. p.291

¹⁴⁴ Faz parte do acervo do Setor de Documentos Cartográficos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

documento, um está sobre uma águia e pode ser atribuído a Zeus, o deus mais poderoso da mitologia Grega e o outro aparece com um símbolo do mesmo animal no peito, talvez se referindo a Julio César e suas conquistas no Império Romano; a parte norte da América está completamente disforme e não aparece a Oceania, sabemos que ainda era território desconhecido pelos europeus. Na parte inferior aparecem três caveiras soprando ventos, que nos remontam a Rabelais:

“O sopro chama-se vento nos corpos, ar fora do corpo. O ar é o mais poderoso agente de tudo e em tudo; vale a pena considerar a sua força. O vento é um fluxo de corrente de ar; quando o ar acumulado se torna uma corrente violenta, as árvores tombam desenraizadas pela impetuosidade do sopro, o mar eleva-se e navios de tamanho desmesurado são lançados ao alto [...] Todo intervalo entre a terra e o céu está preenchido pelo sopro. [...] Tal é, portanto, a razão da sua força em todo o resto; quanto aos seres mortais, ele é a causa da vida nele e as doenças nos doentes...”¹⁴⁵

Este mapa representa muito desse imaginário místico, num mundo influenciado por forças sobrenaturais que regulam os acontecimentos. Toda essa produção documental representa o ambiente cultural que ultrapassou as fronteiras da Idade Média e fez parte da percepção de mundo dos viajantes dos séculos XV e XVI.

Um exemplo desse riquíssimo imaginário herdado do mundo medieval, pode ser visto no exemplar de Hartmann Schedel, denominado *Secunda eras mundi: [mapa-mundi]*, de 1493. Esse documento faz parte da conhecida Crônica de Nuremberg, uma versão dos mapas italianos gravados em metal nas edições da *Geographia de Ptolomeu*¹⁴⁶, nele vê-se ilustrações em torno do mapa, que representa os três filhos de Noé que, segundo a teoria cristã, se espalharam pelo mundo e foram responsáveis por um novo povoamento. Na margem esquerda, aparecem figuras bizarras, monstros, seres antropomórficos. Embora esse mapa seja datado do início da Era Moderna, é nítido perceber representações influenciadas pela concepção medieval.

¹⁴⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.* p.312

¹⁴⁶ Claudio Ptolomeu era um astrônomo, matemático e geógrafo grego que viveu no século II, descobriu também o movimento lunar e foi inventor do astrolábio e podendo então, medir as latitudes e longitudes, e verificar as relações dos astros com o sol. Colocava a terra no centro do mundo, num ponto fixo, (geocentrismo), teoria que perdurou até o advento do sistema de Copérnico e Galileu (heliocentrismo). Autor de obras raras, cujas principais são: Planisfério, Composição Matemática (ou Almagesto), Óptica, Cartografia e Geografia. Estas foram traduzidas, possuem várias edições e foram publicadas em diversas partes do mundo. Esses trabalhos cartográficos conhecidos como “Cartografia de Ptolomeu”, foi resgatado e traduzido para o latim em 1410 e no Renascimento auxiliou na elaboração mais precisa dos novos mapas e atlas. Ver: BAGROW, *Op. Cit.*



Figura 19: Secunda eras mund - Hartmann Schedel, 1493.¹⁴⁷

As imagens podem ser entendidas como representação de fenômenos históricos, ou seja, foram séculos construindo uma mentalidade de medo do sobrenatural e do desconhecido. Esse pensamento que atravessou oceanos e chegou as terras recém descobertas da América, retrata aspectos significativos que a sociedade europeia nos legou. É importante ressaltar que nem toda Europa era unânime no pensamento, entendemos que haviam particularidades em relação às novas terras e seus habitantes nativos; consideramos que em partes do Velho Mundo, a Idade Média havia ficado para trás e o homem era a medida de todas as coisas, o Renascimento vai movimentar uma nova consciência social, porém, em uma pesquisa nos documentos cartográficos principalmente do século XVI essa tradição medievalista estava retratada em muitas ilustrações.

Voltemos a Baixa Idade Media, quando o europeu conhecia pouco mais de 30% da superfície de terra e uma media de 5% dos mares ¹⁴⁸, tudo isso mudou em menos de dois séculos de Expansão Marítima, protagonizados pelos Países Ibéricos.

¹⁴⁷ Este documento faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁴⁸ Mais informações, ver: Chaunu, Pierre. *Expansão europeia do século XIII ao XV*. MG, Editora: Pioneira, 1978



Figura 20: Mapa mundi – Hereford, [séc.XIII]¹⁴⁹

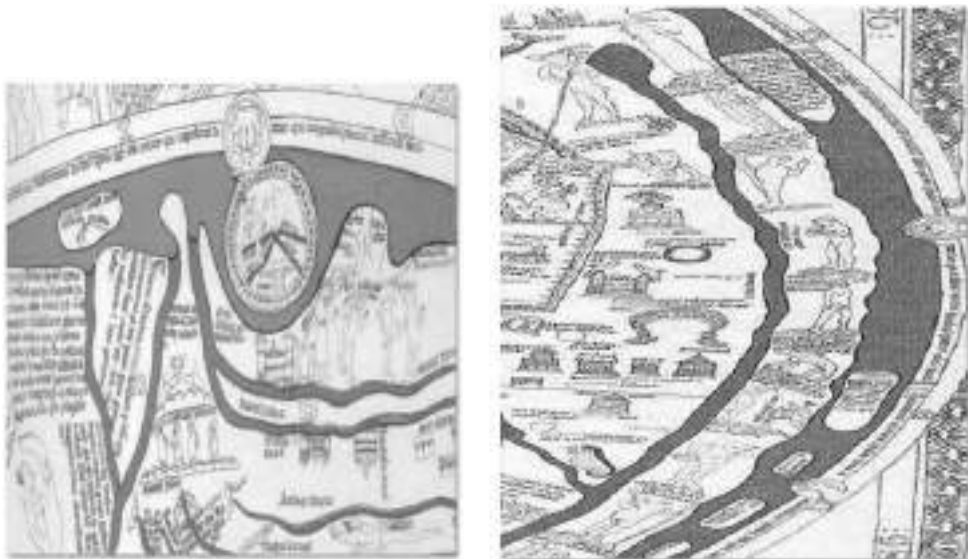


Figura 20a: Detalhes do mapa de Hereford

Tomemos esse mapa para ampliar nosso debate em torno do imaginário medieval na cartografia. Esse documento, conhecido como *Mapa mundi* de Hereford, feito por volta do século XIII. Na parte da Índia (a direita) e Etiópia (na parte inferior),

¹⁴⁹ Acesso: <http://cartographic-images.net/Cartographic Images/226 The Hereford Mappamundi.html>

aparecem homens sem boca ou sem cabeça, com orelhas alongadas e imagens de seres míticos (faunos, sátiros, unicórnios...). Essas ilustrações fazem parte do imaginário daquela época.

Segundo Bakhtin seria o *Realismo Grotesco*, oriundo da cultura popular medieval. Nessas tradições, aparecem seres com características exageradas, antropomórficos, monstruosidades e até demônios, nas aventuras do herói Pantagruel, ele narra:

“Não foi Rabelais quem inventou o nome de Pantagruel, nem mesmo a personagem. Esse nome pertencia antes dele na literatura a um dos demônios das diabruras e, na linguagem corrente, designava a afonia que se segue a um excesso de bebida. [...] as imagens do corpo revestiam-se aí de um caráter grotesco nitidamente afirmado. É, pois, na atmosfera do corpo grotesco que preside às diabruras, que surge a personagem de Pantagruel.”¹⁵⁰

Jacques Le Goff faz um estudo sobre os limites geográficos do homem medieval e afirma que até meados do século XIII o domicílio das próximas gerações, por vezes não passava das fronteiras das aldeias e das cidades, mas, em outras ocasiões essas fronteiras foram recuperadas nas mais diversas formas de expressões culturais daquele momento histórico. Segundo ele, os sonhos expõem a mentalidade do homem diante dessa ‘geografia’ desconhecida, que não se limita ao espaço físico-territorial, o que nos possibilita perceber a maneira como a sociedade medieval percebia o mundo.¹⁵¹ Sabemos que relatos de viajantes do medievo, por vezes se confundiam o real e o imaginário de forma tão homogênea que se tornava difícil fazer dissociação dos elementos. Realidade e ficção se entrelaçavam de modo tão intenso que forneceram um riquíssimo material para os cartógrafos dos séculos posteriores incluírem toda essa diversidade nas suas produções.

Durante o período medieval, a mentalidade da maioria da população européia era assombrada por esses seres sobrenaturais e essa imaginação fantasiosa será responsável pela produção dos Bestiários, que escreviam sobre várias espécies de

¹⁵⁰ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.* p.284

¹⁵¹ Para um estudo mais detalhado, ver: Le Goff, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Portugal Edições 70-Brasil, 1990.

animais (reais ou imaginários), seres da mitologia, demônio, entre outros monstros. Então, durante as Grandes Navegações, os viajantes chegaram a novos territórios esperando encontrar com algumas dessas criaturas, aquelas histórias narradas durante séculos, característica da mentalidade medieval, assumiria uma forma concreta nas terras recém-descobertas, prestes a serem exploradas. Sejam crônicas de viajantes, relatos de viagens ou imagens nos mapas, podemos perceber que esse momento histórico reafirmou a presença de seres que ainda estavam na mentalidade do homem moderno.

“... os homens, ao descreverem as imagens do mundo físico conhecido e habitado, não deixavam de preencher em seus relatos o mundo periférico com seres imaginários. Nessa construção, quanto mais os homens se distanciavam do seu lugar de convívio, mais eles criavam um universo de conjunturas fantásticas e fabulosas.”¹⁵²

Nosso marco temporal abrange os séculos XVI-XVII, sabemos que durante esse período a produção literária e cartográfica foi muito influenciada pelos bestiários medievais, lapidários e herbários. Obras que faziam menção a terras paradisíacas, ricas de ouro (Eldorado), fonte da juventude em local de natureza exuberante. Características que, de certo modo, aproximavam-se do Novo Mundo.

A historiografia delimitou 1453 como o fim da Idade Média, porém, o que observamos é que, as transformações culturais não se rompem como as mudanças políticas e institucionais, eles perduram por tempos que podem ir além das convenções estabelecidas. As idéias do homem medieval ainda estavam entranhadas em muitos personagens da Era Moderna, Jacques Le Goff afirmou que essas transformações aconteceram de modo gradativo, num tempo de longa duração,

“É uma Idade Média longa na qual todos seus aspectos se estruturam num sistema que, no essencial, funciona desde o Baixo Império Romano até à Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX. É uma Idade Média profunda que o recurso aos métodos etnológicos permite alcançar nos seus hábitos cotidianos, nas suas crenças, nos seus comportamentos, nas suas mentalidades. Este é o período que nos permite melhor compreender nas

¹⁵² GIMENEZ, J. C. *A presença do imaginário medieval no Brasil colonial: descrição dos viajantes*. Disponível em: <http://periodicos.uem.br>. Acesso em: 10/03/ 2016

nossas raízes e nossas rupturas, na nossa modernidade sobressaltada, na nossa necessidade de compreender a mudança, a transformação que é o fundo da história enquanto ciência e enquanto experiência vivida.”¹⁵³

Como já foi explicitado nesta pesquisa, compreendemos que dentro de toda a Europa, haviam especificidades, devido às diversidades de povos que compõem este continente e também porque a Idade Média corresponde a um milênio de história, generalizar conceitos torna-se perigoso, porém, Laura de Melo e Souza em sua obra clássica sobre a História das Mentalidades, nos fornece um olhar sobre o imaginário medieval.

“... o novo mundo deveria muito aos elementos do imaginário europeu, sob cujo signo se constituiu. [...] o aventureiro intrépido de uma nova era – a das navegações e das descobertas (...). Colocado a serviço da descoberta do novo mundo, o olhar começa a crescer sobre os outros sentidos, captando e aprisionando o raro, o estranho, o singular que, anteriormente, também haviam cativado o homem medieval.”¹⁵⁴

Entretanto, é perceptível que grande parte da cultura medieval estava impregnada desses pavores, que, de certa maneira, chegou à América. Podemos constatar em diversas fontes que faziam relação entre céu e inferno, bem e mal. As terras longínquas e misteriosas, habitadas por criaturas estranhas poderia ser o Brasil. Os mapas já demonstrados, haviam representações de monstros nos extremos da terra e, naquele momento, o distante foi alcançado, então o encontro desses seres tornava-se inevitável. Ao deparar-se com os nativos surgiu o espanto e o medo do ‘outro’, o europeu tinha incertezas: bons ou maus, criaturas selvagens ou personagens oriundos da narrativa bíblica?

O imaginário já era rico e diverso, então Cristóvão Colombo chega a América e se depara com o cenário propício a tais crenças, nas palavras do próprio navegador, esses seres mágicos e estranhos seriam reais: “... restam em direção ao poente, duas províncias que não percorri, das quais uma que eles [nativos] chamam de Avan, onde as

¹⁵³ LE GOFF, Jacques. *Para outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Editora: Vozes, 2013 p.10

¹⁵⁴ SOUZA, Laura de Melo e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P.22-23

peças nascem com uma calda”¹⁵⁵. Pensar em todos esses seres que assombravam o imaginário da população européia durante séculos, nos faz entender o tamanho do impacto no momento da conquista do Novo Mundo.

Com a chegada à América, a partir de 1492, este homem silvestre emerge do imaginário e passa a ter um sentido real, graças às Navegações. Sabe-se que, já século XVI havia estudos sobre as inúmeras etnias indígenas em território brasileiro, feitas, principalmente pelos jesuítas, que buscaram se aproximar dos índios a fim de introduzir o cristianismo em suas vidas, ao mesmo tempo devastando gradativamente suas crenças e costumes.

As primeiras cartas se fundamentavam em idéias propagadas pelos diários de viagens de Colombo e outros navegadores, sendo estes, muito influenciados pelos de Marco Pólo¹⁵⁶. Idéias de paraíso terreno e fonte da juventude e tesouros, povoavam o imaginário dos navegadores, escritores e cartógrafos que se debruçavam no imaginário para concluir o real. Na Antiguidade, os gregos, acreditavam em raças monstruosas fora do mundo grego. Essa idéia perpetuou-se, de que haviam pessoas que viviam em condições meteorológicas extremas e não poderiam ter um corpo perfeito, ou até mesmo serem humanas.

Jean de Léry em seu livro *Viagem À terra do Brasil*,¹⁵⁷ produzido no século XVI depois de ficar quase duas décadas em nossas terras é sobre um híbrido, chamado **hay**. Descreve tal ser com rosto humano, alimentava-se do vento para sobreviver.

“O maior, chamado hay pelos selvagens é do tamanho de um cão-d’água grande e sua cara de bugio se assemelha a um rosto humano; tem o ventre pendurado como o da porca prenhe, o pêlo pardo-escuro como a lã do carneiro preto, a cauda curtíssima, as pernas cabeludas como as do urso e as unhas muito longas. Embora seja muito feroz, no mato, facilmente se

¹⁵⁵ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone-Moises. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P.21 Disponível em: <http://www.ufscar.br/~igor/wp-content/uploads/tod.pdf>

¹⁵⁶ Marco Pólo foi um mercador, embaixador e explorador veneziano do século XIII. Foi um dos primeiros ocidentais a percorrer a Rota da Seda e escrever sobre suas aventuras no Oriente, na obra: *As viagens de Marco Polo*. Ed. Nova Fronteira.

¹⁵⁷ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. Para saber mais, acesse: FRANCA, V. G. *O imaginário medieval bestiário em “Viagem à terra do Brasil” de Jean de Léry*. Em: <http://www.ucm.es.html>.

amansa. Mas é verdade que, por causa das unhas [...] O que parece fabuloso [...] que ele vive de vento.”¹⁵⁸

Podemos perceber o clima de insegurança de quem estava desbravando a colônia portuguesa, na obra de Lery aparecem inúmeras narrativas de monstros marinhos, como esse descrito acima, e de aberrações que viviam em terra, como cobra de duas cabeças e presenças demoníacas, faz uma narrativa fantástica de um nativo assombrado por uma lembrança, conta que:

“... estando certa vez com outros em uma de suas canoas de pau, por tempo calmo em alto mar, surgiu um grande peixe que segurou a embarcação com as garras, procurando virá-la ou meter-se dentro dela. Vendo isso, continuou o selvagem, decepei-lhe a mão com uma foice e a mão caiu dentro do barco; e vimos que ela tinha cinco dedos como a de um homem. E o monstro, excitado pela dor pôs a cabeça fora d’água e a cabeça, que era de forma humana...”¹⁵⁹

Além do francês, existem muitas outras narrativas de viajantes sobre seres bizarros, outro exemplo é do português Gândavo em seu livro *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*¹⁶⁰. O jesuíta Fernão Cardim em sua obra *Tratados da Terra e Gente do Brasil* de escreveu, no fim do século XVI, escreveu sobre monstros marinhos:

“Estes homens marinhos se chamam na língua Igpupiara; tem-lhe os naturais tão grande medo que só de cuidarem nele morrem muitos, e nenhum que o vê escapa; alguns morreram já, e perguntando-lhes a causa, diziam que tinham visto este monstro; parecem-se com homens propriamente de boa estatura, mas têm os olhos muito encovados. As fêmeas parecem mulheres, têm os cabelos compridos, e são formosas; acham-se esses monstros nas barras dos rios doces. [...] e se levam alguns comem-lhes somente os olhos, narizes e pontas dos dedos dos pés e mão, e as genitálias, e assim os acham de ordinário pelas praias com estes cousas menos”¹⁶¹.

¹⁵⁸ LÉRY, Jean de. *Op. Cit.* p.144

¹⁵⁹ _____ *Idem.* p.164

¹⁶⁰ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira História do Brasil: História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

¹⁶¹ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009. P.151-152

Sabe-se que muitas dessas histórias foram transmitidas através dos nativos aos colonizadores, muitas lendas faziam parte do universo das culturas ameríndias, somado ao medo que já estava naturalizado nos viajantes, formava-se então, um caldeirão de narrativas que misturavam resquícios do imaginário medieval, mitos indígenas e perigos até então desconhecidos.

“Os cronistas e viajantes afirmavam, mão sobre o coração, ser verdade o que diziam. Em nome de sua experiência pessoal? Raramente. Com frequência, em nome da experiência de outrem, de alguém digno de fé, de quem se ouvira uma história “de verdade” sobre monstros e monstregos. Vivia-se num mundo de “mais ou menos”, de ouvir dizer.”¹⁶²

Precisamos lembrar que no contexto epistemológico, o imaginário não pode ser pensado em algo paralisado, como evoca as Mentalidades, é preciso incluir nesse cenário as representações visuais, verbais e mentais de tal momento histórico. É importante considerar o imaginário como um universo amplo que abraça diversos signos, sendo que em determinada sociedade possui significado específico, ou seja, possui um valor simbólico. Consideramos que o mundo medieval é complexo e específico ao mesmo tempo, mas nesta pesquisa, quando usamos algumas laudas para debater sobre o imaginário que se refletiu nas ilustrações dentro dos mapas dos séculos quinze e dezesseis, não esgotaremos toda a discussão dentro dessa linha de pensamento. Obviamente que a amplitude da Idade Media foi pensada e repensada, mas procuro delinear os valores de tal contexto histórico sem cair na armadilha da análise a partir do presente, com os olhos do presente.

O imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas. [...] é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade do visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de

¹⁶² DEL PRIORE, Mary. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história dos monstros do Velho e do Novo Mundo (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.15

estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer.”¹⁶³

Uma parcela das representações iconográficas dos fins da idade média e parte da moderna é resultante de um imaginário medieval. Dessa forma, valorizo as ilustrações feitas nos mapas e destaco a presença dos nativos em mapas quinhentistas. Nesse aspecto, podemos utilizar o mapa de Pierre Descelliers de 1546 para refletir sobre esses personagens e como foram retratados nos mapas.



Figura 21: [Mapa mundi] - Pierre Descelliers, 1546¹⁶⁴



Figura 21a: Detalhe do mapa de Descelliers (América do Sul)

¹⁶³ PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia M^a Weber; ROSSINI, Miriam de S. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percurso em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008, p.24

¹⁶⁴ Produção francesa, rico em ilustrações nos continentes e informações de riquezas e características das terras recém-descobertas. Ver: <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/mapsviews/desceliers/large17690.html>

Embora seja uma produção francesa, este documento revela a influência da cartografia portuguesa na descrição topográfica, nas coordenadas e nas ilustrações de monstros e nativos. Esta produção francesa mostra a parte sul-americana do planisfério, nas águas do Oceano e no sul do Continente aparecem os monstros, seres fantásticos; no centro da América do Sul, temos uma cena de ritual, com um homem de joelhos aparentemente sendo morto. Na parte oeste, já existe uma fortaleza de madeira e homens com canhões apontando para os nativos que vem ao seu encontro, dessa forma, podemos entender que representa uma disputa por território e conquista sobre os nativos.



Figura 21b: Detalhe do mapa de Descelliers (Nativos e colonizadores)

Existe referência ao Rio da Prata, ao sul e na região que hoje é o nordeste brasileiro, aparecem dois índios sob um corpo como se estivessem esquartejando. Esse documento tão rico em ilustrações, também mostra cena de nativos carregando madeira, dentro de cabana, com seus arcos e flechas, ou seja, a idéia era retratar um cotidiano nesse Novo Mundo, procurando exemplificar ou explicitar aos europeus, como seriam e como se comportavam esses habitantes. É claro que, para muitos era assombroso a idéia de ter contato com esse ‘outro’.

Sabemos que muitas outras imagens poderiam ser retratadas nos mapas, mas optavam pelos atos mais assustadores, como monstros, canibalismo e guerras. Isso criou provavelmente um estereótipo do indígena com os europeus. Principalmente, aqueles que nunca haviam chegado à América e não haviam tido nenhum contato com os habitantes daqui. O estereótipo é formado pelo desconhecimento dos costumes dos

ameríndios, pela concepção etnocêntrica e eurocêntrica do conquistador naquele momento.

“O etnocentrismo pode ser manifestado no comportamento agressivo ou em atitudes de superioridade e até hostilidade. A discriminação, o proselitismo, a violência, a agressividade verbal são outras formas de expressar o etnocentrismo.”¹⁶⁵

Os padres da Companhia de Jesus, incumbidos da missão civilizadora e salvadora aqui na Colônia Portuguesa, acreditavam que esses comportamentos selvagens eram frutos de uma vida sem Deus, acontecia pela falta de conhecimento do pecado e da salvação. Mas, como religiosos, também se preocupavam em não se deixar enganar por esse comportamento pensando ser inocente, mas que fosse uma ação estratégica do diabo. Seria um embate entre desconhecimento de Deus ou possessão demoníaca.

A narrativa bíblica apostólica relata histórias de personagens que foram mortos em nome de Cristo, porque não negaram a sua fé, foram os chamados Mártires do Cristianismo. Esse martírio, que vinha junto de dor e sofrimento era encarado por religiosos como algo muito positivo, pois aproximaria ainda mais a pessoa de Deus. Assim, na América, em meio aos selvagens e canibais, a morte era sensação ou pensamento recorrente entre os padres missionários.

Essa presença mortífera não era encarada como algo ruim, mas valiosa diante da sagrada missão que lhes havia sido conferida. Pero Correia e João de Souza foram dois padres missionários que estiveram aqui em 1554 e foram mortos a flechadas por um grupo de índios. Tiveram uma morte martirizada pelos seus pares, os jesuítas, que afirmavam ser uma espécie de honraria morrer aqui no trabalho de conversão dos nativos. A concepção cristã do sacrifício em nome de Cristo, tornava muito mais valioso a estada aqui no Brasil, pois não era somente catequizar que agradaria a Deus, mas morrer em nome dele, era algo valoroso. O padre José de Anchieta escreve sobre a morte dos irmãos. “A consolação que recebemos da morte tão gloriosa, desejando todos

¹⁶⁵ MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTO, Zélia M^a Neves. Antropologia. Uma introdução. São Paulo: Ed. Atlas, 2006, 6ª edição. P.32

ardentemente e pedindo a Deus com oração continuas morrer deste modo”¹⁶⁶. Honraria morrer no trabalho do Senhor, pregando a da Palavra de Deus àqueles que, até então, já estavam condenados ao inferno.

Já havia esse tipo de relatos e ainda os mapas que surgiram apresentavam esse comportamento selvagem dos habitantes deste território, fazendo um somatório de conceitos e preconceitos sobre os indígenas. Para o jesuíta, faltava ‘lei’ que os tornaria uma sociedade civilizada e somente o cristianismo seria capaz de gerar essa transformação social, pois tiraria toda a bestialidade em que viviam. Na verdade, hoje entendemos que, a intenção era que o ‘outro’ fosse incluído na cultura dominante, ou seja, o correto é ter hábitos, costumes, organização social e fé como a dos europeus.

“[...] quantas lágrimas derramariam vossos olhos se vissem essas criaturas vivas de Deus, vivendo quase à maneira de bestas, sem lei, sem rei e sem razão, encarniçados em comer carne humana e tão embutidos nessa bruteza que não aceitam perder quando decidem dar a um contrário tal destino. Entre eles não há amor nem lealdade. Vendem-se uns aos outros [...]. Não têm a quem obedecer senão às suas próprias vontades.”¹⁶⁷

Esse tipo de descrição macabra não é unânime, haviam outros viajantes que comparavam as crenças cristãs aos ritos dos nativos, pensar em curas e milagres, remete-nos aos pajés e xamãs que prometiam rezas, curandeirismo e magias, no entanto, toda essa feitiçaria seria obra do demônio. Sabemos que os indígenas acreditavam em espíritos maus, como retrata Theodor de Bry, em obras como *America para Quarta*, de 1592, suas ilustrações da América, com demônios atormentando os nativos e na outra imagem um ser bestial e monstruoso sendo reverenciados por indígenas¹⁶⁸.

¹⁶⁶ ANCHIETA, Jose de. *Cartas: Correspondência ativa e passiva. Obras completas*. Vol.6 Org. H. Viotti. Loyola. São Paulo, 1984. p.98

¹⁶⁷CUNHA, *Op. cit.*, 1994

¹⁶⁸ _____, *Op. cit.*, 1994



Figura 22: Grands Voyages - Theodor de Bry, 1592

É um universo carregado de misticismo, incertezas e medo, que aparecem nos relatos de viajantes, padres e em documentos cartográficos. O colonizador vai tentar buscar alguma semelhança com sua cultura, ou algo que os faça parecer possíveis de conviver. Porém, o que acontece é que, a América é realmente um Mundo novo e possui uma nova idéia de civilização. Os paradigmas começam a se desfazer, o conceito de verdade entra em conflito e o outro pode ser humano também. Os jesuítas vão buscar referências bíblicas para explicar tais comportamentos; sobre a nudez, Manuel da Nóbrega explica serem eles filhos de Cam¹⁶⁹, descendentes amaldiçoados de patriarca Noé¹⁷⁰. Havia entre os nativos relatos de uma grande chuva e inundação, sendo assim, os padres conseguiam, por assimilação, explicar a realidade dos habitantes Brasil a partir de teorias cristãs. Bartolomeu de Las Casas escreveu: “É uma maravilha ver como, quando um homem deseja muito algo e se agarra firmemente a isso em sua imaginação, tem a impressão, a todo o momento, de que tudo aquilo que ouve e vê testemunha favor dessa coisa”¹⁷¹. O retrato dos indígenas nos mapas do século XVI foi um reflexo da perspectiva construída sobre a visão do colonizador sobre os colonizados.

¹⁶⁹ NÓBREGA, Manoel da. Cartas do Brasil, Cartas Jesuíticas I. São Paulo: Iatiaia e Edusp, 1988, p.91

¹⁷⁰ Narrativa Bíblica de Gênesis 9:18-27, após o dilúvio o filho de Noé, Cam, viu a nudez de seu pai e foi amaldiçoado por ele, para servir aos seus irmãos.

¹⁷¹ CASAS, Bartolomeu de Las. *História de Las Índias*, 3 Vol. México: Fondo de Cultura Econômica, 1951 vol. I p.

CAPÍTULO 3 – OS HABITANTES DA TERRA BRASILIS



“A extrema diversidade das sociedades humanas raramente apareceu aos homens como um fato, e sim como uma aberração exigindo uma justificação.”¹⁷²

Neste capítulo pretendemos investigar sobre os povos ameríndios que habitavam nesta parte da América no momento da chegada dos portugueses, para isso, analiso algumas obras de cronistas e missionários para entender como se deu o encontro entre povos tão diferentes e quais descrições essas cartas, livros, mapas, entre outros tipos de documentos faziam dos nativos. Os conteúdos desses documentos ora apresentavam um caráter de admiração, ora de repulsa ou de inquietação. Dentro desses inúmeros e distintos comentários, buscamos compreender como se deu a convivência entre culturas tão distintas. De acordo com Raminelli, “A ‘descoberta é, antes, um conhecimento das partes até então dobradas, ocultas, de um mesmo mapa já há muito desenhado por uma só mão”¹⁷³.

A população ameríndia que se fixou e desenvolveu em território brasileiro caracterizou-se pela diversificação, tanto no aspecto físico quanto no lingüístico e nos costumes. A diferenciação físico-cultural ainda hoje é evidente entre os ameríndios, remanescentes como já o era na época da chegada dos europeus, no século XV. “Na colonização, a administração colonial deu origem a um processo de conquista e

¹⁷² LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Trad. Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003. P.29

¹⁷³ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: as representações do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p.32

destruição das populações indígenas, por não compreender a grande heterogeneidade cultural e lingüística, uma acentuada heterogeneidade racial”¹⁷⁴. Por não entender essa heterogeneidade dos povos indígenas houve um confronto cultural, pois os costumes indígenas eram diferentes entre si e também do europeu. Segundo pesquisas feitas por Curt Nimuendaju, pode se estimar cerca de 1400 povos indígenas na América Portuguesa, no período do descobrimento.



Figura 23: Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju¹⁷⁵

“Em princípio, indígena é visto como um grupo homogêneo, se diferenças significativas quer quanto à ‘raça’, cultura, origem ou qualquer outro traço distinto. Portanto, não há ‘índios’ no sentido da pluralidade e especificidade culturais ou históricas. Quando se fala de ‘índio’, o plural é relativo a uma coleção de indivíduos [...] O colonizador português – ou, pelo menos o catequista jesuíta – tende, coerentemente, a nominar os locais por um coletivo: *gentio*.”¹⁷⁶

¹⁷⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de (Coord.). *Os Primeiros Brasileiros*. MN/UFRJ, LACED. p.19

¹⁷⁵ IBGE. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória . -Rio de Janeiro : IBGE, 1981.

http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg

¹⁷⁶ NEVES, Luis Felipe Baeta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. RJ: Forense-Universitária, 1978. p.45

Compreender toda essa diversidade descrita por Nimuendaju, no momento em que os primeiros contatos se estabeleceram, era algo impensável. Essa ‘classificação’ ou distinção entre algumas comunidades se deu com o convívio e a partir de relatos de algumas pessoas que tiveram contato com estes povos. O colonizador, ao deparar-se com estes povos procurou classificá-los de alguma forma. As mais comuns, devido ao choque cultural, foi: primitivo, devido seu nomadismo e técnicas de cultivo rudimentares, bárbaro, segundo costume de alguns povos cometerem a antropofagia.¹⁷⁷ “O repúdio ao indígena – à sua animalidade – centraliza-se em três formas de comportamento qualificadas de repugnantes e que seriam comuns a todos os nativos. São o incesto, o canibalismo e a nudez.”¹⁷⁸ Os colonizadores deparam-se com uma nova face da humanidade, investigaram semelhanças com sua própria cultura. Porém, havia o problema de que os costumes desses nativos não se enquadravam na cultura dominante.



Figura 24: Habitação dos Apicáká sobre o Arinos - Hercules Florence¹⁷⁹

“A constatação da diferença cultural só serviu para estimular a atribuição ao outro de características negativas, justificando inclusive atitudes repressivas e o desencadeamento imediato de violências. Deve-se atentar que a atualização de antigas crenças medievais e renascentistas não se resumiu àquela do paraíso terrenal. Outras

¹⁷⁷ A antropofagia foi um dos motivos mais retratados nos documentos cartográficos e até discutidos por cronistas como Lery, Thevet, Staden, entre outros. Para saber mais sobre o assunto ver VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Índias, 1995.

¹⁷⁸ NEVES, Luis Felipe Baeta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. RJ: Forense-Universitária, 1978. p.56

¹⁷⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. P.25

crenças foram atualizadas em uma constante associação com o imaginário europeu.”¹⁸⁰

Esse choque de visões de mundo gerou uma série de indagações sobre estes povos. Inúmeros documentos foram produzidos por europeus sobre os povos indígenas, viajantes de nacionalidades distintas. Estes relatos descreviam perspectivas sobre como esses personagens se posicionavam dentro do processo colonizador. Sabe-se que havia um dos objetivos dos conquistadores, era garantir a colonização do território, mas também dominar os nativos com auxílio da igreja na evangelização e conseguir mantê-lo obediente e escravizado.

“[...] a ‘civilização’ do índio (entenda-se aqui sua submissão política, sua utilização como trabalhador e a salvação da sua alma pela catequese) era vista como um valor e uma necessidade. A convergência de interesses entre jesuítas e colonos levou a uma aparente unidade das fontes quanto à caracterização dos indígenas, que passaram a ser vistos como ‘naturalmente’ refratários ao trabalho, virtualmente perigosos, e necessitando de tutela e de civilização.”¹⁸¹

A produção bibliográfica e os relatos de viajantes em torno dos índios levavam diversas compreensões, dentre elas, a de longevidade, pois desfrutavam de bons ares e boas águas, solo generoso, os mais saborosos frutos, ao mesmo tempo em que não estavam sujeitos a enfermidades que foram introduzidas na região pelos conquistadores, povos isentos de cobiça. Por vezes, foram retratados como parte da paisagem, inseridos entre a fauna e a flora deste território. Seria uma idéia de um paraíso terrenal que estava presente em muitos textos medievais podia ser contemplado por aqueles que se aventurassem por esse Novo Mundo.

“(…) terra amena, de arvores infinitas e muito grandes, que não perdem folha, aromáticas, carregadas de saborosos frutos, e salutíferos para o corpo; campos de muita erva, cheios de flores, que maravilham pelo odor delicioso; imensa cópia de pássaros de várias

¹⁸⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de (Coord.). *Os Primeiros Brasileiros*. MN/UFRJ, LACED. p.20

¹⁸¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P.68

castas, com suas plumagens, cores e cantares, que desafiavam qualquer descrição”¹⁸² .

Dentro desse imaginário, os europeus passaram, cada vez mais, a procurar o paraíso terreno¹⁸³, o que parecia muito palpável, dentro dos valores transportados pelos europeus em direção à América, buscando uma terra na qual não havia doenças. Somado ainda, à busca por metais preciosos, os europeus viam nos índios de início, um povo que ocupava o paraíso terrestre, descrito nas narrativas européias. Porém, o tempo foi passando e chegando cada vez mais colonizadores, missionários e cronistas, os povos nativos ganharam outros olhares, descrições e novos significados, foram então chamados de gentios, selvagens e bárbaros¹⁸⁴, que necessitavam estar sob as mãos do colonizador, que os levariam a salvação e a civilização.



Figura 25: Johan Froschauer – Cena de cerimônia canibal, c.1589¹⁸⁵

¹⁸² Carta Bartolozzi, de 1502, citada por HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. SP: Brasiliense: Publifolha, 2000. p:342-343.

¹⁸³ Ugarte ressalta que o Padre Alonso de Rojas foi o primeiro cronista a usar explicitamente, metáforas do Paraíso, quando se referia ao vale do Amazonas. Desse modo, não foi difícil para ele encontrar alguns sinais, nos depoimentos de expedicionários sobre as condições climáticas sentidas e observadas, que ajudavam na confirmação de suas expectativas paradisíacas no rio Amazonas. UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI e XVII*. Manaus: Valer, 2009. p.239

¹⁸⁴ Interessante observar que Putoni, analisa a questão das guerras a partir de uma forma resistência empreendida pelos nativos: “(...) ‘as frequentes hostilidades dos selvagens contra os primeiros povoadores’ eram compreensíveis, dado que para com estes intrusos os índios ‘não podiam ter senão má vontade, visto que os olhavam como usurpadores de suas terras’” PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. São Paulo, Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002. p.45

¹⁸⁵ NOVAIS, Adauto (Org.). *A Descoberta do Homem e do mundo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Apossar-se das terras na América Portuguesa era não só um ato político-econômico, mas também humanitário. As visões são diacrônicas, não podiam precisar a extensão da barbárie, mas as informações que se transmitiam eram de um território povoado por indivíduos com comportamentos distantes da civilidade. Surgiram os questionamentos sobre a compreensão da fé cristã, se seriam capazes de conceber os dogmas do cristianismo. Neves afirma que, “A proximidade com a animalidade ou com a desordem faz com que não haja uma permanente unanimidade de opinião quanto à possibilidade da conversão”.¹⁸⁶

Observando o mapa de Girolamo Ruscelli, de 1574, percebe-se que no centro do documento surge uma ilustração com cena de antropofagia, acima da imagem há uma descrição ‘*Gli indi natij paesi mangiano carne humana*’, que significa ‘Os índios nativos destes países comem carne humana’. As cenas sobre a América que chegavam em várias partes da Europa são assombrosas. Os ávidos leitores que tinham interesse no Novo Mundo esbarravam em notícias que geravam deslumbramento pela sua natureza *sui generis*.



Figura 26: Brasil Nuova Tavola - Girolamo Ruscelli, 1574¹⁸⁷

¹⁸⁶ NEVES, Luis Felipe Baeta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. RJ: Forense-Universitária, 1978. p.58

¹⁸⁷ Este documento faz parte do acervo da Biblioteca Nacional – BR. Disponível em: [Phttp://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart395874/cart395874.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart395874/cart395874.pdf)



Figura 26a: Detalhe do mapa de Ruscelli (Canibalismo)

Segundo a concepção cristã, os atos de selvageria dos indígenas demonstravam que estavam distantes da própria essência que nos faz ser humano, distantes de Deus. Para muitos, eram selvagens, nus, com deméritos e bestas ferozes. O que é paradoxal, porque as ações de conquista eram tão selvagens quanto àquelas que se dizia combater. O padre José de Anchieta em 1560, escreve “De Gestis Mendi de Saa” e faz um relato que demonstra a violência contra os indígenas e todo um discurso que demonstrava a necessidade do extermínio desses povos.

“[...] na praia o soldado matando e enterrando vitorioso na areia, corpos aos montes, no inferno vidas que cevavam as carnes em carnes humanas e empenoavam os ventres com o sangue dos homens. [...] diz o chefe, vossa espada valente, armas e destras estão tintas ainda do sangue maldito; Vedes quantos aí estão prostrados a gemer moribundos, quantos outros na fuga receberam mortais ferimentos. Ou exterminar de vez esta raça felina com a ajuda de Deus, ou sepultar-nos na areia gloriosamente. [...] esse dia marcaria a ruína desses ferros selvagens, atirando-os para as sombras eternas do inferno.”¹⁸⁸

Os conflitos na América portuguesa eram mais do que físicos, eram também ideológicos. As lutas entre o colonizador e o colonizado não eram apenas objetivas, mas também subjetivas, na medida em que os nativos tinham que se submeter à catequese e, sobretudo, ao processo de aculturação. Cabia a estes personagens discernir quais métodos deveriam ser empregados nesse processo de colonização.

¹⁸⁸ ANCHIETA, Pe. Joseph de. De Gestis Mendi de Saa - Poema Épico. Ed: São Paulo, 1º Volume, 1970, p. 11-12, versos 513- 558.

3. 1 – O Processo colonizador

“A rigor, seria um anacronismo falar dos indígenas como os primeiros brasileiros, pois quando do Descobrimento nada existia de semelhante ao que chamamos Brasil. O que veio a ser constituído foi de início uma colônia portuguesa, até mesmo com outros nomes (Terra de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz), e que não incluía sequer a região Amazônica, o Sul e o Centro-Oeste. O Brasil que conhecemos como unidade territorial e política é sobretudo uma criação do século XIX.”¹⁸⁹



Figura 27: “América” [Américo Vespúcio redescobre a América] -Theodor Galle, Philippe Galé e Jan Collaert, 1580¹⁹⁰

Ocupar e explorar um território com milhões¹⁹¹ de pessoas tornava-se difícil na medida em que essas populações se obstruíam a conquista. Comportamento distinto do português, tais como a resistência ante a fé católica, a insistência em permanecer nas terras que deveriam servir para práticas agrícolas, construção de vilas e cidades, aberturas de estradas, entre outros. “Constituía-se porém em razão suficiente a mera

¹⁸⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de (Coord). *Os Primeiros Brasileiros*. Museu Nacional UFRJ, LACED. P.7

¹⁹⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

¹⁹¹ “Em 1527, D.João III, rei de Portugal, ordenou o primeiro levantamento da população do país, anotando-se a presença de cerca de 1,2 milhões de almas. Segundo os cálculos da demografia histórica, a população nativa do futuro território do Brasil estaria dentro de um parâmetro de 5 milhões (máxima) e 1,5 milhões (mínima), em qualquer caso, superior a metrópole”. OLIVEIRA, João Pacheco de (Coord.). *Os Primeiros Brasileiros*. MN/UFRJ, LACED. p.9

recusa em aceitar a formação religiosa (católica)”¹⁹² Dessa forma, havia a necessidade de escravização para garantir o domínio do civilizado sobre os selvagens. A concepção era de que a submissão forçada deveria acontecer, já que esses nativos não teriam noção do bem que lhes seria feito, ou seja, inseri-los na cultura ocidental era transformá-los em pessoas civilizadas. “O pressuposto básico da missão é o de que a cristandade tem uma dimensão social que deve ser cumprida” ¹⁹³. Os parâmetros para compreender o comportamento dos indígenas, são fundamentados na doutrina católica que permeava os valores morais dos habitantes da metrópole.

Colonizar, dominar, civilizar, são verbos apropriados para pensar no papel da igreja e do Estado português na questão indígena do século XVI. De acordo com a política mercantilista cabia a colônia fornecer todo tipo de material produtivo que gerasse lucro a metrópole. Dessa forma, a exploração deveria ser feita de seus recursos naturais, minerais e até de sua mão de obra, que num primeiro momento foi dos povos nativos. Se esse habitante autóctone não fosse cooperativo seria um obstáculo ao ‘progresso’ dessa relação colonial, pior seria se, esses povos fossem arredios, selvagens, avesso à idéia de civilidade. Havia a necessidade de resolver a questão com esses indivíduos que não se submetiam ao colonizador e, em muitos casos, nem a presença maciça da igreja dava conta de frear a resistência desses povos. Como fazer diante dessa situação que impedia o avanço dos colonizadores em áreas consideradas essenciais à conquista? Retratar a barbárie desses grupos, de forma que justificasse todo e qualquer ato extremo para promover a paz. Segundo Raminelli,

“O colonialismo não é apenas um conjunto de fatores econômicos que se conjugam a políticas monárquicas específicas. É um universo muito mais amplo de agentes de ataque-e-transformação de situações ecológicas e culturais. Tais agentes têm formas peculiares de exercer sua violência, necessária à expansão e à integração coloniais nos séculos XVI e XVII. Se excluirmos formas não estritamente econômicas de dominação ou formas de dominação não oriundas do Poder Central, estaremos incapacitados para analisar diversas ordens de fenômenos e falaríamos, em última instância, a partir de uma posição euro-cêntrica e ... colonialista.”¹⁹⁴

¹⁹² OLIVEIRA, João Pacheco de (Coord.). *Os Primeiros Brasileiros*. MN/UFRJ, LACED. p. 32

¹⁹³ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: as representações do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p.27

¹⁹⁴ _____ RAMINELLI, *Idem* p.106

Sabe-se que nos primeiros trinta anos, a coexistência entre portugueses e indígenas foi mais esporádico, tornando-se mais intenso com o processo de colonização a partir de 1530. Porém, é o Regimento de Tomé de Souza, de 1548 (ANEXO 1) que dá um novo significado para a convivência entre os lusitanos e os nativos. Esse documento foi uma espécie de legalização aos ataques contra os nativos, na medida em que atribuía a Tomé de Souza responsabilidades de resolver os incômodos causados pelos gentios. Cabia ao governador-geral, representante da coroa portuguesa aqui na América, algumas atribuições para manter o equilíbrio social e a ordem na colônia, nesse sentido ele deveria: *‘conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil’*; *‘ministrar justiça’*; *‘fazendo guerra a quem quer que vos resistir, destruindo-lhes suas aldeias e povoações, e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que abasta para seu castigo e exemplo de todos, e daí em diante, pedindo-vos paz’*; *‘demarcar’*; *‘lançar fora’*, *‘povoar’* *‘defender a terra’*¹⁹⁵.

Pensemos que a criminalização das populações nativas seria uma forma de combater àqueles que seriam os entraves do processo colonizador. No momento em que Portugal toma posse da terra, ou seja, 22 de Abril de 1500, tudo nesse espaço territorial pertence a coroa lusitana. Caberia às estas populações autóctones contribuir com os colonizadores, caso não colaborassem, não poderiam atrapalhar. Atrapalhar significava resistir a dominação e a cristianização, entendia-se que a catequese seria a única maneira de pacificar esses ‘gentios’ e transformá-los em vassallos do rei, já que estes submissos não impediriam o progresso. Segundo João Pacheco de Oliveira, “os indígenas começam a ser representados ou de forma negativa e criminalizante em função do canibalismo, ou como uma população vencida, o lugar de destaque cabendo aos colonizadores.”¹⁹⁶

Havia portanto um entrave, muitos indígenas representavam uma ameaça até mesmo aos padres missionários que se aproximavam de suas aldeias, eram avessos a esse contato, portanto foram considerados pessoas cruéis. Uma estratégia importante seria afastar alguns desses indivíduos de suas aldeias para tratá-los e convertê-los, “... pensado não como coletivo mas como individualidade, o índio, desde que afastado de

¹⁹⁵ Trechos extraídos do Regimento de Tomé de Souza – Anexo 1

¹⁹⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de (Coord.). *Os Primeiros Brasileiros*. MN/UFRJ, LACED. P. 16

sua comunidade de origem e adequadamente socializado, é tido como inteiramente solúvel na colonização”¹⁹⁷.

“Extermínio e tutela são nomes de dois aspectos da colonização, que nas autorrepresentações nacionais aparecem como antagônicos, mas que na prática constituem aspectos alternados e solidários da ação colonial. A expansão do sistema econômico e político e a formação da nação não prescindiram jamais de um discurso civilizatório e da criminalização do outro, inclusive com a inculcação de narrativas e imagens que permitiram justificar ações repressivas e, no, limite, genocidas.”¹⁹⁸

Sabe-se que num primeiro momento, os portugueses generalizavam os nativos, colocando-os como uma nação unânime, porém, o decorrer dos anos e o contato entre eles, perceberam que haviam povos com costumes e língua diferentes. Dessa forma, cabia aos colonizadores determinar quais seriam ‘amigos’ e ‘inimigos’ da coroa. Após a colonização, os indígenas passaram a ter outras denominações, como Tupis, Tapuias e até como bugres. Os jesuítas chamavam de gentios, posteriormente cristãos e pagãos, também como negros da terra¹⁹⁹, diferenciando-os dos negros africanos. Havia necessidade de diferenciar os índios dos negros, já que o processo da escravidão tornou-se diferente, devido a resistência indígena à escravidão, os portugueses iniciaram o tráfico negreiro e os jesuítas tornaram-se os “guardiões” dos negros da terra. Essa designação diferenciava negros e índios, porém colocava-os como inferiores social e culturalmente aos europeus.

Um tema importante nesse processo é a ‘conversão’ desses povos, a Igreja comungava das aspirações do Império Português, no sentido de extrair da terra todo e qualquer recurso que pudesse gerar lucro a metrópole, o papel dos missionários era cooperativo à esse esquema colonial, mas, ao mesmo tempo, ela precisava captar novos seguidores a fé católica, desde que Martinho Lutero havia feito a Reforma Protestante o catolicismo havia perdido milhares de fiéis e aqui na América, o contingente de populações autóctones, era a possibilidade de aumentar o números de fiéis. A evangelização do Novo Mundo nasceu sob o signo profético e gradualmente, passou por

¹⁹⁷ _____, OLIVEIRA. P. 22

¹⁹⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P.19

¹⁹⁹ MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*.

mudanças, deixando de priorizar a conversão para pensar a mesma evangelização como um projeto civilizador, um projeto cultural global de reconquista religiosa e civil. Sendo assim, a conversão do gentio era útil às esferas política, econômica e religiosa. Caso percebessem resistência a esse processo, se apoiavam na tese de que alguns indígenas possuíam maldade tamanha que não existia possibilidade de transformação. Nesses casos, as matanças tornavam-se fundamentais na colonização.

“A violência que acompanhava os atos de ‘conversão’ (os ‘descimentos’, as ‘tropas de resgate’, as ‘guerras justas’) só pode ser minimizada e esquecida porque segue – narrativamente – os relatos sobre a antropofagia, os prisioneiros destinados à morte, os ataques e mortes dos colonos e a descrição do martírio dos missionários. Para ser esquecido, o genocídio tem que figurar como uma simples e merecida reação a atos de uma maldade desmedida e inexplicável, que legitimam a hipótese de uma natureza má daquelas populações autóctones, que assim precisariam ser vencidas e subjugadas, para depois serem domesticadas e transformadas.”²⁰⁰

Para os europeus, os costumes dos nativos eram primitivos, cabia uma intervenção civilizatória a fim de gerar uma mudança de hábito, desse modo, os indígenas faziam parte do cotidiano colonial, realizando alguns tipos de tarefas, em especial, os trabalhos manuais, como o corte madeira, os serviços domésticos e demais atividades nas fazendas, nas lavouras de cana de açúcar.

“A escravidão foi adotada pelos colonos em larga escala, usando extensivamente as terras da cultura canavieira e os “negros da terra” (os índios) para a produção comercial e de subsistência. Como a produção açucareira precisava de grande força de trabalho, um dos artifícios para conseguir essa mão-de-obra era a “guerra justa”, permitida contra índios inimigos, que podiam ser escravizados. Entre 1540 e 1570, em São Vicente, no sul, e Pernambuco, no nordeste, foram instalados cerca de 30 engenhos movimentados por milhares de escravos indígenas.”²⁰¹

²⁰⁰ _____ p.19

²⁰¹ OLIVEIRA, João Pacheco de e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. P.39

A utilização dos indígenas enquanto mão-de-obra foi reforçada pela transferência dos nativos para as aldeias, sendo uma espécie de controle do governo colonial. A mão de obra dos ameríndios foi importante ao longo do século dezesseis, até que a escravidão africana se estabelecesse aqui na América portuguesa, era dos indígenas que se extraía o trabalho braçal. Os portugueses colocaram nativos que não se submetiam no mesmo patamar dos franceses invasores, ou seja, ambos eram inimigos da coroa.

“A expansão de fazendas e de engenhos sobre os terrenos habitados pelos indígenas é viabilizado pelos ‘descimentos’ e pela criação de aldeias, que os re-territorializam em espaços mais limitados e sob a supervisão dos missionários. É dessas aldeias que irá sair a reserva de trabalhadores que permite o nascimento econômico da Colônia. Daí procede igualmente uma parte substancial das tropas que irão combater tanto os indígenas que se rebelam contra o domínio português quanto os invasores franceses.”²⁰²

A dominação de todo este território e população nativa foi complexa, houve uma intensa resistência por parte dos indígenas, que realizaram batalhas para impedir a escravização dos mesmos e além da obrigatoriedade de seguir a religião do dominador. A conquista seria física e ideológica. Na perspectiva jesuíta, a fé católica era essencial na vida dos indígenas e para o desenvolvimento da colônia, sendo esse, o argumento necessário para que Portugal garantisse a dominação a todo custo, dando início à ‘guerra justa’. Nos aldeamentos missionários estava a possibilidade de transformar os gentios em cristãos e súditos do rei.

“Realmente, ao passo que os colonos não se mostravam unívocos a favor da escravidão como forma singular do trabalho indígena, nem todos os jesuítas se opunham ao cativo. Afinal de contas, todos – excluindo os índios, é claro – concordavam que a dominação nua e crua proporcionaria a única maneira de garantir, de uma vez por todas, o controle social e a exploração econômica dos indígenas. [...] Nóbrega sustentava a simples noção de que o Brasil só prosperaria a

²⁰² OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P.63

partir da dominação dos índios e, no caso de grupos particularmente resistentes, seria necessária a execução de guerras justas nas quais o inimigo seria reduzido ao cativeiro”.²⁰³



Figura 28: O caçador de escravos - Jean Baptiste Debret²⁰⁴

Um ponto importante no processo colonizador é no que se refere a ótica dos colonos em relação às atividades religiosas dos indígenas. Segundo os missionários, essas práticas eram uma espécie de feitiçaria, relacionada com os demônios. Para Raminelli²⁰⁵, a demonização desses costumes tinha um peso importante na colonização, porque embutia uma necessidade da presença da igreja neste território. A idéia de haver um ambiente infestado de espíritos maus, deixava claro que somente os missionários poderiam solucionar essa situação. As índias mais velhas eram retratadas com seus corpos enrugados como um reflexo de uma alma impura, outras vezes, os nativos foram ilustrados com semblantes demoníacos, possuídos.

²⁰³ MONTEIRO, John Manuel. “Jesuítas e Colonos na ocupação do planalto”. In: *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p.40.

²⁰⁴ Debret, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

²⁰⁵ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: as representações do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.



Figura 29: Mêlée de guerriers nus - Etienne Delaune²⁰⁶

O século dezesseis e até mesmo o dezessete constituíram-se sobre transformações de costumes e práticas culturais. A mudança também foi espacial, devido à ocupação de áreas para cultivo e exploração de produtos. Os colonizadores estabeleceram parâmetros para a convivência com os nativos, estas normas seriam de pacificação (submissão) ou conquista (guerra justa). Sendo assim, as representações acerca destes habitantes coloniais tinham que causar espanto ou admiração no mundo civilizado, ou seja, os discursos a cerca dessas populações autóctones precisavam explicar os mecanismos da conquista. Na medida em que a ocupação foi ocorrendo o contato foi se intensificando, o olhar parcial que os exploradores tinham sobre os nativos descrevia traços comportamentais discrepantes aos dos colonos. As narrativas são diversas e ambíguas, em viajantes, missionários e cartógrafos; interpretar essa idiossincrasia era difícil, já que o ponto de vista mudava, de acordo com os interesses de seus narradores. Precisamos analisar algumas destas narrativas para perceber os discursos ambivalentes referentes às estas populações.

3.2 – *Os Múltiplos Olhares*

“[...] Os mundos indígenas da América são e foram múltiplos, por muito tempo eles constituíram sociedades complexas, hierarquizadas, com formas de poder e de organização extremamente sofisticadas. Por isso, as reações à colonização européia sempre foram

²⁰⁶ Este Documento faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de Paris. Disponível em: http://www.culture.gouv.fr/Wave/image/joconde/0774/m001302_0053077_1.jpg

surpreendentemente diversas e não poderiam se reduzir a atitudes de abandono passivo ou de resistência inabalável.”²⁰⁷

Na América Portuguesa, além dos lusitanos, pessoas de outros locais do Velho mundo estiveram por aqui e estabeleceram contato com os nativos, escreveram sobre eles e até mesmo os descreveram em pinturas e mapas. Dessa forma, temos narrativas importantes acerca dos indígenas, nas quais temos que extrair as subjetividades dos textos, ou seja, consideremos o autor e sua intencionalidade no discurso. Independente de serem espantosos ou maravilhados, estes discursos nos ajudam a entender as relações sociais entre indivíduos tão distintos na colônia.

Nesta pesquisa iremos nos ater ao século XVI, pois é o período que estamos analisando. Selecionamos alguns trechos para perceber os silogismos por trás destes discursos. Sabemos que surgiram inúmeros relatos ao longo de toda a colonização, porém, precisamos considerar também que uns foram feitos a partir de um contato imediato, como no caso de Pero Vaz de Caminha, com a convivência, nascem novas perspectivas, como no caso do jesuíta Manuel da Nóbrega, do próprio Hans Staden no seu período de cativo entre os tupinambás. Documentos correspondentes apareceram através de relatos orais ou do que leu a respeito, como o mapa do cartógrafo Giacomo Gastaldi, que produziu este documento a partir da viagem do piloto francês Jean Parmentier pela costa da América Portuguesa.

²⁰⁷ GRUZINSKI, Serge. O Renascimento ameríndio. In, NOVAIS, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.283-284.



Figura 30: Brasil – Giacomo Gastaldi, 1556²⁰⁸



Figura 30a: Detalhe do mapa (escambo)

Analisando o mapa de Gastaldi, da metade do dezesseis, os nativos aparecem de maneira bucólica, entre a paisagem (fauna e flora), está mais e semelhante ao paraíso edênico do que um local de barbárie. Há um contato amigável entre os indígenas e os europeus (detalhe do mapa), que trocam madeira por objeto simples, representando a prática do escambo. O documento da metade do século retrata um local povoado com indivíduos em seu cotidiano, deitados em rede, caçando, que se relacionavam ‘entre si’ e com os ‘estrangeiros’. À vista disso, a imagem traz um discurso de passividade, assistência e certa inocência das populações autóctones diante da colonização.

²⁰⁸ Este documento faz parte do acervo da Biblioteca Nacional

Foram inúmeros os relatos sobre os indígenas no século XVI, aqui, reservamos um espaço para refletir sobre alguns desses documentos. O objetivo é procurar problematizar como o nativo era visto, pensado e descrito; conseqüentemente essas observações corroboram para a análise das imagens na cartografia quinhentista. Primeiro documento dessa terra, a carta de Pero Vaz de Caminha (ANEXO2) é nosso ponto de partida. Dentre inúmeras informações sobre a chegada às terras da América e o contato com os nativos, Caminha explicita “[...] porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”²⁰⁹.

O relato de Caminha é o gênese desse processo colonizador. Narra o encontro do português com as populações autóctones na América, nele, explicita características físicas do território, aspectos da paisagem, o solo, as águas; além de expor a aparência e comportamento dos nativos e o comportamento diante dos ‘visitantes’.

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber. Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepenete, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas.”²¹⁰

Era o ‘achamento’ do novo, novas realidades humanas e geográficas. Além de destacar certa admiração pelos indígenas, o autor salienta as possíveis vantagens materiais a serem exploradas nestas terras, incluindo a oportunidade de levar a mensagem da fé cristã a esses indivíduos.

²⁰⁹ Considerando a relevância desse documento nesta pesquisa, a transcrição da carta está no ANEXO 2. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf

²¹⁰ Trecho retirado da *Carta a El-Rei Dom Manuel Sobre o Achamento do Brasil* (ANEXO 2)

“Caminha, em sua famosa carta, não falava em descobrimento, mas em ‘achamaneto’ (algo que não inclui a intencionalidade), não considerava os autóctones perigosos, improdutivos ou incapazes. Os cronistas do século XVI, mesmo quando com interesses diretamente antagônicos aos indígenas, não deixaram de dar conta da extensão numérica e da diversidade dos autóctones. [...] em seus relatos, ocuparam-se extensamente de muitas ‘nações de gentios’, e deixaram bastante claro que a colônia seria inviável sem estabelecer com eles um *modus vivendi*, fosse para catequiza-los ou para exterminá-los.”²¹¹

Em 1549, a chegada da Companhia de Jesus pôs em práticas as aspirações da cristandade em relação aos nativos, era o momento de aproximar essas almas de seu Criador. O papel dos padres missionários foi extremamente relevante, na medida que levavam o desenvolvimento humano e social desses povos, ocorria a aculturação dos mesmos, já que os padrões de civilidade foram estabelecidos pelos portugueses.

O padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) foi o responsável pela primeira missão jesuíta às terras da América. Escreveu cartas sobre as atividades dos missionários na colônia, o sacerdote analisa a cultura dos nativos, com a finalidade de levá-los a salvação. Em 1549, já na colônia, relata sobre a importância apresentar a fé cristã aos nativos porque viviam em ‘pecado mortal’. Ao passo que, descreve que estes estão acessíveis à conversão, podem ser redimidos.

“[...]parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, mostram grandes desejos. Desta maneira, ir-lhe-ei ensinando as orações e doutrinando-os na fé até serem hábeis para o batismo. Todos estes que tratam conosco dizem que querem ser como nós[...].”²¹²

Nos primeiros contatos, o missionário avaliou o quão trabalhoso seria levar a religião católica aos nativos, que tinham práticas consideradas pagãs. O que interessava nesta análise jesuíta era o fato dos nativos não erguerem monumentos de veneração aos ídolos ou deuses. A ausência de entidades não era a falta de religiosidade, era o desconhecimento do Deus único e verdadeiro.

²¹¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P. 48

²¹² NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil e Mais Escritos*. Introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. p.140

“É gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos, fazem tudo quanto lhe dizem. [...] Temos determinado irmos viver com as aldeias como [quando] estivermos mais assentados e seguros, e aprender com eles a língua, e -los doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua que me saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos têm.”²¹³

Nóbrega relata cenas de rituais nas aldeias e utiliza termos diligentes para explicar as práticas, como por exemplo, o responsável pelo ritual era o ‘feiticeiro’, o local da cerimônia era a ‘casa escura’, o ícone seria a ‘cabeça em figura humana’. Chega a comparar os pajés às bruxas do imaginário europeu, àquelas que invocavam espíritos maus em rituais de magia negra. Dessa forma, ele expõe a necessidade de conversão desses gentios como à única maneira de por fim aos ritos pagãos.

“[...] Acabando de falar o feiticeiro, começam a tremer, principalmente as mulheres, com grandes tremores em seu corpo, que parecem endemoninhadas (como de certo o são), deitando-se em terra, e escumando pelas bocas, e nisto lhes persuade o feiticeiro que então lhes entra a santidade [...]”²¹⁴

Em suma, tanto Nóbrega como Caminha tinham um olhar singelo sobre os nativos, apontando para a salvação dessas almas através do cristianismo, que substituiria gradativamente aqueles costumes. Esse discurso de uma ‘missão civilizadora’, é subjetivamente, um discurso de dominação, considerando o olhar eurocêntrico sobre as populações autóctones e suas práticas culturais. Se o catolicismo funcionasse na colônia, a igreja passaria ter milhares de novos seguidores e a coroa portuguesa milhares de súditos.

²¹³ NÓBREGA, *op. cit.*, 1955, p.141-142

²¹⁴ NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil (1549-1560): Cartas Jesuíticas I*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1931, p. 100



Figura 31: Epifania – Vasco Fernandes, c.1505²¹⁵

A imagem do nativo não foi construída apenas de aspectos inocentes, assim como na ilustração acima. Nela o índio está entre os três reis magos, na cena que representa o nascimento de Cristo, segundo Oliveira, seriam “narrativas e representações simpáticas quantos aos indígenas do Brasil”.²¹⁶ Na contramão dessas imagens, existem outras produções que desmontam essa inocência e sobrepõe uma representação de selvageria e barbárie. Textos e ilustrações que expõem os indígenas como bestas. Esse tipo de configuração pode ser analisada na obra ‘O Inferno’ atribuída ao português Afonso Pena, cuja máxima da pintura é o diabo-mor ser um índio de cocar na cabeça, que observa a degradação de pessoas que sofrem martírios impostos por outros demônios.

²¹⁵ Vasco Fernandes, Francisco Henriques e colaboradores. Epifania “Adoração dos Reis Magos”, c.1505. Altar-mor da capela do Santíssimo da Sé. Museu Grão Vasco, Viseu.

²¹⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P.50



Figura 32: O Inferno – Afonso Pena, século XVI²¹⁷

Esse tipo de representação demoníaca reflete uma perspectiva divergente da que apresentamos anteriormente. Atribuída à primeira metade do século²¹⁸ e considerando os contatos iniciais entre portugueses e ameríndios, pouco se sabia sobre essas populações nativas, no entanto esta obra conduz a demonização do indígena. Assim como nesta pintura, existem narrativas que vislumbravam negativamente os nativos. Podemos analisar trechos do cronista Pero Magalhães Gândavo (1540-1570), sobre o tempo que viveu na colônia e sua perspectiva sobre os indígenas.

Em seu livro *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, de 1576, ele escreveu a partir de seus contatos com os nativos, dedicando alguns capítulos para explicitar sobre os hábitos desses habitantes autóctones. Observa que há diferença entre as populações nativas, traços físicos e comportamentais, além de aspectos espaciais, pois alguns viviam na costa (litoral) e outros no sertão (interior). Sobre alguns indígenas ele cita,

“gente temerária na guerra e de muito pouca consideração. São desagradecidos [ingratos] em grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar e vingativos ao extremo. Vivem todos mui descansados sem terem outros pensamentos senão comer, beber e matar gente [...] São mui inconstantes e mudáveis; crêm de ligeiro tudo aquilo que lhes persuadem, por dificultoso e impossível que seja, e com qualquer dissuasão facilmente o tornam logo a negar. São mui

²¹⁷ Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.

²¹⁸ MARKL, Dagoberto. *Inferno*. In: *Grão Vasco e a Pintura Europeia do Renascimento*. Lisboa: CNCDP, 1992, p.394

desonestos e dados à sensualidade, e assim se entregam aos vícios como se neles não houvera razão de homens [...]”²¹⁹

Gândavo observa diferença na língua de povos da costa (de origem Tupi), embora o que mais nos chama a atenção neste sentido é sua percepção na ausência das letras “Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela [língua] F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.”²²⁰ O que causa espanto ao escritor, o modo de organização social, padrões e normas desses povos, que tanto se distanciavam dos parâmetros europeus. Neste trecho, há certa indignação de Gândavo, o que configura um acentuado choque cultural, quando relata sobre as mortes dos inimigos, os rituais de execução, de mulheres que se comportam como homens, entre outros temas polêmicos na perspectiva da cultura portuguesa.

Outra visão importante sobre os indígenas, encontramos na obra *Notícia do Brasil ou Tratado Descritivo do Brasil* de 1587, escrito por Gabriel Soares de Sousa (c.1540 – 1591). Português e senhor de engenho na capitania da Bahia, Gabriel S. de Sousa foi uma personalidade importante na colônia. Este livro possui descrições sobre os indígenas e as diferenças entre eles. Sousa narra costumes dos potiguares, caetés, tabajaras, entre outros. Destaca as guerras intertribais e hábitos de antropofagia, que, segundo ele, levaria o castigo de Deus a estes povos.

“muitos e muitos navios e caravelões que se perderam nesta costa, dos quais não escapou pessoa nenhuma que não matassem e comessem, cujos danos Deus não permitiu que durassem muito tempo; mas ordenou Deus destruir esta maneira confederando-se os tupinambás, seus vizinhos, com os tupinais pelo sertão e juntarem-se uns com os outros pela banda de cima, donde os tapuias também apertavam estes caetés e deram-lhe nas costas e de tal feição os apertaram que os fizeram descer todos para baixo, junto do mar onde os acabaram de desbaratar e os que não puderam fugir para a serra do Aquetiba não escaparam de mortos ou feridos e cativos [...] e desta maneira se consumiu este gentio, do qual não há agora senão o que se lançou muito pela terra”²²¹

²¹⁹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* (1576). Introdução, modernização do texto e notas de Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p.98

²²⁰ GÂNDAVO, op. cit., 2004, p.98-99

²²¹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil* (1587). Dir. Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p.22-23

Na obra de Sousa, fica clara a preocupação de destacar as habilidades dos nativos, as especificidades que o observa nos grupos étnicos indígenas, mas procura deixar claro um discurso ameno quando se refere aos aliados dos portugueses, os tupiniquins. Expressa: “mais doméstico e verdadeiro que todo o outro da costa deste estado [Bahia] e gente de grande trabalho e serviço [...]”²²². De certa forma, as produções que foram feitas sobre os autóctones, influenciavam na perspectiva de muitos portugueses e estrangeiros sobre como perceber esses nativos, gerando uma reprodução de um discurso dualista sobre o ‘outro’. Dependendo de quem escrevesse, os povos indígenas eram vistos como o ‘*bom selvagem*’ ou o ‘*mal selvagem*’²²³. Raminelli afirma,

“Gabriel Soares de Sousa dedicou uma parte de sua crônica aos desvios sexuais comuns entre os nativos e considerou os tupinambás excessivamente luxuriosos, cometendo todas as modalidades de pecados da carne. [...] Os índios, por conseguinte, ora são vítimas, ora são perversos.”²²⁴

É um mais que um encontro, a chegada dos portugueses na parte sul da América é um confronto de visões de mundo, que prevaleceu a do colonizador. Quando se estuda a Europa durante a antiguidade e a idade média, encontram-se inúmeras histórias guerras, selvageria, paganismo, bruxaria, monstros etc. Morte, mito, imaginário e exótico não eram conceitos inéditos no século dezesseis aos viajantes do velho mundo. A descoberta do índio foi barbarizada por uma sociedade que, diversas vezes na sua história, vislumbrou e praticou atos violentos dentro do continente, porém, ao sair de seu território e olhar o outro na América, consideravam medonho o comportamento dos nativos, deixando-os perplexos.

“Quando descobrem os ameríndios das terras baixas da América do Sul, os europeus ficam mais espantados com a selvageria dos homens do que com a selvageria do lugar. Guerras incessantes e sem motivos aparentes, o canibalismo ritual, a poligamia, tudo isso impressiona os observadores desconcertados [...]”²²⁵

²²² *Ibidem*, p.44

²²³ O antropólogo François Laplantine faz um debate acerca do conceito do “Do Mau Selvagem E Do Bom Civilizado” e “Do Bom Selvagem E Do Mau Civilizado”. Ver: LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

²²⁴ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: as representações do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p.120

²²⁵ DESCOLLA, Philippe. *A Selvageria Culta*. In: NOVAIS, ADAUTO. *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.107

Escreveram muitas informações sobre os habitantes da colônia portuguesa na América. A cartografia também acompanhou essa produção, o que veremos no próximo capítulo. No entanto, cabe ainda neste debate, analisarmos outro ponto de vista importante, a visão de Hans Staden (c.1525 – c.1579), que narrou o tempo que viveu nove meses como prisioneiro dos Tupinambás. Staden, natural de Homberg, atual Alemanha, lutou durante anos junto aos portugueses contra invasores franceses. Escreveu em 1557 a obra intitulada *‘História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria e agora a Traz a Público com essa Impressão’*. Que se popularizou com o título *‘Duas Viagens ao Brasil’*. A popularidade da obra deveu-se a todo exotismo descrito a respeito do novo mundo e seus habitantes. Explicitou características de animais, plantas e o mais extravagante, os rituais antropofágicos dos nativos. A notícia exposta por Staden e ilustrada posteriormente por Theodor de Bry, criou um imaginário de selvageria na colônia portuguesa e repulsa na sociedade do velho mundo. Imagine o impacto de um expectador cristão, ao ver homens e mulheres cozinhando partes humanas.



Figura 33: Hans Staden (Cenas de Antropofagia) ²²⁶

²²⁶ STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*(1557). Tradução de Angel Bojadsen e introdução de Eduardo Bueno. Porto Alegre: L&PM Pocket, vol.674, 2008,

Evidencia-se nesta obra um valioso testemunho de quem narrou suas experiências dentro do universo do povo tupinambá. Considerando que, a perspectiva de Staden não é imparcial, ele explana os fatos sob uma ótica cristã e de um prisioneiro que já lutava contra esses povos. Foi capturado em 1554 na região de Bertioga (SP) e, ao longo do seu cativeiro sentiu a permanente ameaça de morte, além de ter seu corpo esquartejado e ser devorado pelos membros da aldeia.

As guerras intertribais causavam assombro e eram narradas como selvageria. Ao explanar sobre os índios da etnia guaianás, Staden indica-os como ‘selvagens nômades’, que vivem fazendo guerras contra os outros indígenas. Ao capturar seus inimigos, também os devoravam, assim como os tupinambás.

“Frequentemente, empreendem excursões contra seus inimigos. Quando querem capturar inimigos, escondem-se atrás de galhos secos perto das cabanas inimigas. Quando vem gente a apanhar a madeira, tentam capturá-los. Tratam seus inimigos de forma muito mais cruel que estes o fazem, pois muitas vezes cortam, cheios de ódio, braços e pernas de seres vivos. Os outros, no entanto, primeiro matam a golpes seus inimigos antes de os despedaçar e comer.”²²⁷



Figura 34: Hans Staden (Guerra intertribal)²²⁸

Sabe-se que a religiosidade é um item importante para compreender a cultura de um povo. Esse costume dos tupinambás foi descrita por Staden como distante do

²²⁷ Idem, p.135.

²²⁸ STADEN, op. cit.

‘verdadeiro Deus’, o Deus do cristianismo. Procurou analisar as narrativas míticas dos nativos a partir de seus conceitos religiosos. O prisioneiro Hans Staden, ao ter contato com histórias sobrenaturais, procurava dar significado a partir de suas próprias crenças, como fica evidenciado no trecho:

“Quanto ao verdadeiro Deus, que criou o céu e a terra, eles não dão atenção. Eles crêem, de acordo com tradições antigas, que o céu e a terra sempre existiram. Tampouco sabem qualquer coisa sobre o início do mundo, apenas contam que certa vez houve um grande mar onde todos os antepassados se afogaram. Somente alguns deles teriam se salvado numa grande barca e outros em grandes árvores. Penso que devia se tratar do dilúvio.”²²⁹

O ritual de antropofagia que tanto assombro causava aos europeus fazia parte das crenças dos nativos. Acreditavam que comer seus inimigos os tornariam mais fortes. Era algo tão importante que os homens assumiam nomes de seus rivais capturados, na frente de suas cabanas haviam cabeças fincadas sobre estacas. Mas deixa claro sobre o ato de comer carne humana, ele apresenta o significado para além da carne ou da fome. Devido sua convivência pôde compreender o sentido de um ser humano comer outro, isto é, não era uma questão alimentícia nem religiosa, era uma celebração de vingança.

“Não fazem isto [comer carne humana] para saciar a sua fome, mas por hostilidade e muito ódio, e, quando estão guerreando uns contra os outros, gritam cheios de ódio: ‘debe marã pá, xe remiu ram begué’, sobre você abata-se toda desgraça, você será minha comida. ‘Nde akanga juká aipotá kurine’, eu ainda quero esmagar a tua cabeça hoje. ‘Xe anama poepika re xe aju’, estou aqui para vingar em você a morte de meu amigo. ‘Nde rôo, xe mokaen será kuarasy ar eya riré’, tua carne será, ainda hoje, antes que o sol se ponha, o meu assado. Tudo isso, fazem-no por grande inimizade.”²³⁰

Cabe destacar que em sua obra, Staden refere-se aos indígenas de diversas etnias diferentes, como ‘selvagens’, deixando nítida a diferença entre estes selvagens e outros

²²⁹ Idem, 135

²³⁰ STADEN, op. cit., 2008, p.157

que conviveu junto aos portugueses. A visão do alemão é bem diferente da visão de Caminha e Nóbrega, sua narrativa aproxima-se mais a de Gândavo e Gabriel Soares de Sousa. Foram visões distintas acerca dos nativos, bom ou mal era apenas uma questão de ponto de vista. Essas descrições, embora ambivalentes, em alguns momentos elas se cruzam.

Neste capítulo, separamos algumas páginas para levantar trechos de cinco homens, com posições diferentes na colônia, mas que escreveram sobre os nativos. Caminha relata a inocência da população nativa, eram ‘tábulas rasas’ prontas a serem preenchidas pela religião; Nóbrega corrobora com o escritor Pero Vaz de Caminha sobre a importância da salvação dessas almas perdidas, por também serem filhos de Deus, que se encontravam distantes de seu Criador. De acordo com Gândavo, Gabriel Soares de Souza e Hans Staden, as populações autóctones eram diversas, mas no geral, belicosos, porque viviam fazendo guerras, suas crenças eram pagãs, faltavam-lhes civilidade e governo instituído. Teríamos outros autores do século dezesseis que utilizaram parte de suas obras para tratar sobre os nativos, dentre eles podemos citar Jean de Lery, André Thevet, José de Anchieta e Serafim Leite. Analisamos apenas cinco, conscientes que novos debates podem ser feitos. Nosso objetivo maior foi mostrar discursos antagônicos dos colonizadores acerca dos habitantes da América, que se refletiu e perpetuou na cartografia lusitana do mesmo período.

3.3 – A Imagem Construída

Cenas de canibalismo e guerra integram uma paisagem paradisíaca, é o que aparecera em diversos documentos do século XVI. Theodor de Bry, em sua coleção “Grandes Viagens”, dedica páginas para ilustrar as guerras que os nativos travavam com seus inimigos. De Bry, natural da França, seguia o protestantismo e foi perseguido. Deixou sua terra e exilou-se em Estrasburgo (Alemanha), um local de grande produção editorial que atraiu protestantes perseguidos. Trabalhou e produziu inúmeras imagens sobre os costumes dos nativos do Novo Mundo que merecem destaque nesse capítulo.

“Na coleção ‘Grandes Viagens’ os europeus poucas vezes tomam parte nas ilustrações; as atrocidades da conquista não merecem destaque do artista. Hans Staden, por exemplo, foi retratado junto aos tupinambás em diversas gravuras, porém a sua figura expressa a

submissão aos antropófagos. Em raros momentos, os portugueses, os franceses e os holandeses aparecem como cruéis invasores, como senhores das terras do Novo Mundo.”²³¹

Mesmo no século dezesseis com a ascensão do Renascimento, ainda haviam milhões de analfabetos e a exposição visual causava grande impacto na sociedade. A imprensa gerou uma “revolução midiática sem precedentes” ²³² O impacto era maior que o próprio texto e também influenciava a produção de outros artistas.

Faz-se necessário considerar que editores e artistas, muitas vezes, tinham contato com os indígenas apenas através das narrativas de viajantes, influenciados não apenas por estes relatos, mas também por sua formação artística e pela conflituosa situação política e religiosa por que passava a Europa dividida entre católicos e protestantes. Em meio a essas questões, surgiram as imagens das novas terras e seus habitantes. A divulgação dessas iconografias pode ser compreendida como “luta de representações” denominadas por Chartier, ao afirmar, “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” ²³³



Figura 35: Theodor de Bry - Cenas de Canibalismo “Conviviorum apparatus” , sobre Hans Staden²³⁴

²³¹ RAMINELI, Op. Cit. P.59

²³² Serge Gruzinski, *A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 101-108

²³³ CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990, p. 123

²³⁴ De Bry, Theodor. *América tercia pars*. Clichê da Biblioteca Nacional de Paris. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or824616/or824616.pdf

“De Bry traduziu o prazer das mulheres frente à morte e ao esquartejamento do ‘contrário’ através de gestos, dos movimentos das índias e das posturas contidas dos guerreiros. As belas índias, de corpo escultural e vastas cabeleiras, desfilam nuas pela aldeia exibindo braços e pernas decepados, demonstrando a satisfação da vingança.”²³⁵

As representações imagéticas foram preponderantes na construção de um ‘perfil’ sobre os nativos, porque as ilustrações mostravam uma ‘realidade’ do que acontecia na América, ou seja, as imagens não eram apenas artísticas, elas carregavam um sentido de veracidade. A idéia de um território com clima, fauna e flora diferentes do que havia na Europa, era aprazível. Saborear alimentos e observar animais nunca antes imaginados despertava interesse de muitos habitantes do velho mundo, porém, os selvagens e seus hábitos eram mais atrativos, tinham um público ávido para ter acesso a essas imagens. A antropofagia, as guerras, as armas, os corpos nus, o comportamento, ou seja, todo e qualquer aspecto que representasse os autóctones tinham expectadores desejosos de saber. As cenas de selvageria tinham um grande público interessado.

Observando o frontispício do livro ‘*América*’, temos cenas de antropofagia como ornamento da obra.



Figura 36: América tercia pars – Theodor de Bry, 1597²³⁶

²³⁵ RAMINELLI, op.cit. p.94

²³⁶ Bry, Theodor de, 1528-1598. [América]. Das VII. Theil America. Warhafftige unnd liebriche Beschreibung etlicher furnemmen indianischen Landschafften und Insulen die ... [Livro] : erstlich in der Schiffart Ulrici Schmidts ...

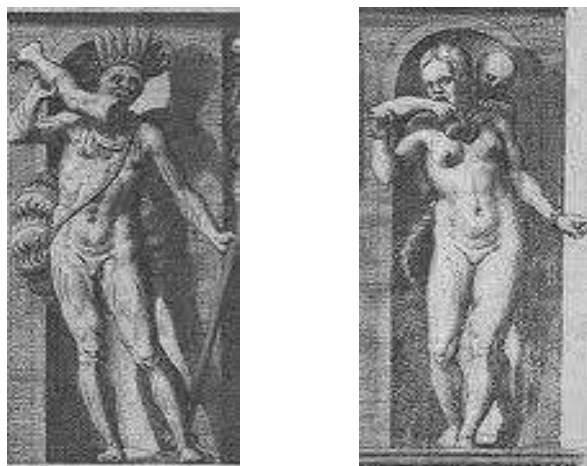


Figura 36a: Detalhes laterais do frontispício

O que inaugura a obra é a imagem de nativos nus com partes humanas apresentando a ‘América’. O indígena da esquerda, em na mão direita segura uma perna, na esquerda sua arma, a maça. Já a mulher, à direita, tem uma criança em suas costas, olhando para o pedaço de um braço que está comendo. No centro desta fachada, aparecem índios em volta de uma fogueira com pedaços humanos.



Figura 36b: Detalhe do centro-inferior do frontispício

Analisar as imagens de Theodor de Bry é relevante nesta pesquisa, porque ele as produziu no período que estamos estudando e que tiveram repercussão e circulação na Europa. Suas ilustrações corroboram com as que aparecem nos mapas, reforçam nossa

ekiindigt, und von ihm selber ... beschrieben ... An tag gebracht durch Dieterich von Bry [Frankfurt, Alemanha] : Off. Theodori de Bry, 1597. Faz parte do acervo do setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or824616/or824616.pdf

tese de que as imagens tinham um caráter além da ilustração artística, elas possuíam um discurso embutido, carregadas de subjetividade e de um olhar eurocêntrico dominador.

Um outro exemplo significativo pode ser visto no mapa de Hans Holbein, um pintor e desenhista de xilogravuras alemão, que produziu obras na primeira metade do século XVI.



Figura 37: Novus Orbis Regionum [Typus Cosmographicus Universalis] – Hans Holbein, 1532.²³⁷



Figura 37a: Detalhe do mapa de Holbein (esquartejamento)

Este mapa insere-se na conjuntura que estamos pesquisando. Nele, há presença de animais marinhos proporcionalmente maiores que as embarcações; o que ressalta a discussão do capítulo anterior sobre o imaginário medieval, que ainda estava presente

²³⁷ HOLBEIN, Hans. Novus Orbis Regionum ac insularum veteribus incognitarum: unà cum tabula cosmographica, [et] aliquot aliis consimilis argumenti libellis, quorum omnium catalogus sequenti patebit pagina. Parisiis [Paris, França] : Apud Joannem Parvum ..., 1532. Faz parte do acervo do setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813619/or813619.pdf

na mentalidade de cartógrafos ao representar monstros gigantes no oceano. Além disso, a cena dos nativos esquartejando uma pessoa, ao lado de fogueira com pedaços de corpos que também se espalham em que carregam uma faixa escrita a palavra ‘CANIBALL’. Segundo Raminelli, “[...] Os elementos figurados por Holbein [...] são idênticos aos encontrados nos mapas de Diogo Homem [...] Os clichês reproduzidos na cartografia lusitana demonstra relação entre alegorias alemãs e os cartógrafos portugueses.”²³⁸

Theodor De Bry e Hans Holbein não eram portugueses e nem católicos, eram de outras nacionalidades e religião, mas produziram imagens semelhantes as que encontramos na cartografia lusitana quinhentista. Dessa forma, percebe-se que esse tipo de representação imagética não é uma exclusividade dos colonizadores, era reflexo de uma perspectiva cultural que encarava os autóctones como bárbaros. No próximo capítulo iremos tratar das imagens nos mapas portugueses do século dezesseis, no qual separamos alguns cartógrafos que ilustraram seus documentos com cenas referentes aos povos indígenas, ora bons, ora maus.

²³⁸ RAMINELLI, op.cit. p.63

CAPÍTULO 4 –



O objetivo deste capítulo é debater sobre as ilustrações nas fontes cartográficas, entendendo que o mapa não é um registro neutro, como se discutiu no primeiro capítulo dessa pesquisa. Ele é uma declaração histórica com uma natureza social, seus desenhos são, ao mesmo tempo, imagens e signos, ou seja, esses documentos de origem artística expressam um significado societário. O que aparece em um mapa, não são apenas aspectos de uma geografia física, mas de um fenômeno ideológico que se reflete através das imagens contidas nele. Cabe ao expectador compreender o significado de tais signos.

“[...] O que lemos em um mapa está relacionado tanto com fenômenos vistos e medidos da paisagem, como com um mundo invisível e com ideologias escondidas nas entrelinhas do discurso visual, aparentemente neutro. Não são assim artefatos objetivos ou exatos, sendo fundamental ao pesquisador explorar novos significados, agendas ocultas e visões de mundo nas entrelinhas da imagem [...] cumpre-nos interpretar sua dimensão simbólica.”²³⁹

Os mapas estão no contexto da colonização da América portuguesa e no encontro da cultura europeia com as populações autóctones. Tais documentos tinham propósito de convencer, verificamos na visão de Harley, “Los mapas también son

²³⁹ BUENO, Beatriz Picolotto Siqueira. Mapa, texto e contexto num império em movimento: exercício de interpretação epistemológica da *Brasiliae Geographica Tabula Nova* de George Marcgraf (1643-1647). In: OLIVEIRA, Francisco Roque e VARGAS, VARGAS, Héctor Mendoza. *Mapas da Metade do Mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI-XIX*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Lisboa/Ciudad de México, 2010. p.57

imágenes inherentemente retóricas. Es un lugar común decir que la cartografía es un arte de persuasión”²⁴⁰. Nessa perspectiva, surgem os objetos dessa dissertação, mapas feitos pelos cartógrafos portugueses Lopo Homem, Pedro Reinel, Diogo Ribeiro, Pero Fernandes e Diogo Homem. Também demos destaque a cartógrafos de outras regiões para perceber semelhanças e diferenças entre as representações imagéticas.

“(…) ao mesmo tempo em que inventariava os lugares descobertos pelos europeus e identificava as terras para a evangelização, o espaço coordenado dos novos mapas era instrumental na apropriação simbólica do território dos nativos americanos. Reconhecendo os povos indígenas como vítimas da cartografia europeia nós também re-inauguramos sua contribuição nos registros cartográficos da história americana”.²⁴¹

Portugal unificou-se como estado nacional após a pacificação com Castela e foi criando condições para iniciar uma expansão pelos mares que o tornaria uma potência econômica global. A centralização política do poder, o apoio da igreja, a permanência de uma dinastia e o desenvolvimento de uma burguesia comercial permitiram a condução de um empreendimento de tão grande porte, ao longo do século XV e de parte do século XVI.

D. João, mestre da Ordem Militar de Avis, assumiu o poder e reinou de 1385 a 1433. Henrique, um dos seus quatro filhos, é considerado o idealizador e mentor dessa expansão, até o ano de sua morte, em 1460. Os sucessivos monarcas dessa genealogia - Duarte I, filho primogênito de João I, que reinou entre 1433 e 1438, Afonso V (1438-1481), João II (1481-1495), Manuel I (1495-1521), João III (1521-1557) e Sebastião I (1557-1578) - tomaram iniciativas e deram continuidade a esse projeto expansionista até meados do século XVI. Por consequência, Portugal foi pioneiro nas navegações, e consequentemente na produção de mapas que revelavam tais roteiros.

A Cartografia do século dezesseis procurou demonstrar o território do Novo Mundo não apenas como um espaço vazio a ser preenchido pelos colonizadores, mas pelo que integrava essa terra. Uma paisagem formada pelo conjunto de fauna, flora e indivíduos repletos de puro exotismo. Assim, os mapas do século dezesseis compunham

²⁴⁰ HARLEY, Brian. *La Nueva Naturaleza de los Mapas*. México: FCE, 2005, p. 59.

²⁴¹ HARLEY, J. B. “The map and the development of the history of cartography”. In: HARLEY, J. B. & WOODWARD, David (eds). *The history of cartography; cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987. p.6

uma linguagem visual, com ilustrações das novidades dessa parte do mundo recém-descoberto e pronto a ser explorado. Os mapas elaborados no primeiro século de colonização do Brasil eram ricos em ilustrações, além de representarem as partes descobertas do Novo Mundo, os cartógrafos preenchiam as áreas vazias do interior do continente, já que nesse momento não havia informações geográficas suficientes das terras descobertas. Nas primeiras décadas que as expedições eram costeiras e os viajantes não tinham conhecimento além do litoral. Nesses ‘vazios’, as imagens aparecem para passar mensagem sobre o território.

“[...] na iconografia portuguesa, os indígenas ora tomam a forma de personagens bíblicos, ora recebem feições de homens selvagens, simbolizando sempre o exótico. O tema tornou-se uma voga na primeira metade do século XVI. A partir desta data, o índio desapareceu da imaginação dos mestres lusitanos, mas persistiu na cartografia, durante algumas décadas. A cartografia portuguesa do século XVI, constitui, sem dúvida, o maior acervo de imagens portuguesas dedicadas aos nativos do Brasil.”²⁴²

Cabe ressaltar que, a arte de produzir mapas manuscritos, permaneceu em Portugal e manteve-se sigilosa em torno dos descobrimentos. Essa política secreta visava dificultar o acesso de estrangeiros às terras, já que desde o século XV percorria os mares, em 1415 a expedição lusitana chegou a Ceuta e deu início à era das navegações. A expansão marítima desbravou o Atlântico, explorou a costa da África e chegou a América. A primazia portuguesa levou originou uma tradição na produção de embarcações, navegadores, astrônomos e cartógrafos, nas regiões de Algarves, Sagres e Coimbra. Isto é, desenvolvimento da cartografia e todo processo ao qual ela está inserida, foi acontecendo gradualmente, a partir de uma sistematização de regras, aprimoramento de instrumentos náuticos e novas coordenadas geográficas.

Essa arte de produzir mapas revelou mais do que terras, retratou o outro, as populações autóctones da América e, através de imagens, demonstrou como o colonizador enxergou o colonizado, podemos citar Todorov,

²⁴² RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: as representações do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p.156

“... a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na descoberta dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza (...) No início do século XV, os índios da América estão ali, bem presentes, mas deles nada se sabe, ainda que, como é de se esperar, sejam projetadas sobre os seres recentemente descobertos, imagens e ideias relacionadas a outras populações distantes. O encontro nunca atingira tal intensidade, se é que esta é a palavra adequada.”²⁴³

O encontro reproduziu dois tipos de representação. Em alguns mapas, os nativos vão incorporar o caráter do bom selvagem, em outros, o mal selvagem irá predominar. Dessa forma, subdividimos esse capítulo em duas partes: na primeira, apresentamos mapas lusitanos que destacam o indígena de maneira bucólica; na segunda, destacamos uma iconografia que demonstra os ameríndios de modo animalesco.

4.1 - *O Bom Selvagem*

“Américo Vespúcio descobre a América: ‘As pessoas estão nuas, são bonitas, de pele escura, de corpo elegante... Nenhum possui qualquer coisa que seja, pois tudo é colocado em comum. E os homens tomam por mulheres aquelas que lhes agradam, sejam elas sua mãe, sua irmã, ou sua amiga, entre as quais eles não fazem diferença... Eles vivem cinquenta anos. E não têm governo’.

Cristóvão Colombo, aportando no Caribe, descobre, ele também o paraíso; ‘Eles são muito mansos e ignorantes do que é o mal, eles não o sabem se matar uns aos outros (...) Eu não penso que haja no mundo homens melhores, como também não há terra melhor’.”²⁴⁴

Após o descobrimento, o território da América Portuguesa foi deixado inicialmente em segundo plano, pois Portugal priorizava comércio oriental, onde obtinha grandes lucros. Entre 1500 e 1530, os portugueses não ocuparam o novo território, mas dedicaram-se ao reconhecimento e defesa da terra, bem como a extração

²⁴³ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Editora Martins Fontes, 2ª ed. p.6. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~igor/wp-content/uploads/tod.pdf>

²⁴⁴ LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.32

do pau Brasil presente no litoral (período conhecido como pré-colonial). A extração desta madeira era feita pelos indígenas que trocavam com os portugueses e franceses, o que chamamos de escambo. Essa troca mercantil foi detalhado no mapa *Terra Brasilis*²⁴⁵, cerca de 1519, atribuído à Lopo Homem e Pedro Reinel. Podemos afirmar que este documento é o primeiro mapa econômico feito do Brasil, pois mostra a exploração do pau-brasil e os indígenas cortando árvores para o escambo.



Figura 38: Terra Brasilis [Atlas Miller] – Lopo Homem e Pedro Reinel, 1519.²⁴⁶

Um mapa rico em detalhes, mas com subjetividades quando analisado mais precisamente. Embora a descoberta tivesse recente e o reconhecimento das terras tenha sido gradativo, apresenta aspectos do território da América portuguesa. De acordo com

²⁴⁵ Este mapa é um manuscrito iluminado sobre pergaminho e faz parte de uma coleção realizada entre 1515 e 1519, o chamado Atlas Miller, considerado o mais importante atlas português do século XVI. O luxuoso Atlas teria sido um presente de D. Manuel I (1469-1521) ao rei da França. O rei português teria possíveis interesses políticos em apresentar-lhe as possessões de seu império. O litoral brasileiro está minuciosamente traçado, buscando-se a identificação de seus acidentes geográficos, com diversos topônimos.

²⁴⁶ O Mapa Terra Brasilis, atribuído a Lopo Homem e Reinéis, 1519. Fonte: 4ª folha do Atlas Muller. "Segundo Armando Cortesão, Lopo Homem, cartógrafo oficial, fora encarregado por D. Manuel I de preparar um atlas de grande luxo, para ser enviado, provavelmente, a Francisco I da França. Para levar a cabo a tarefa, além de apoiar-se nos Reineis, utilizou Lopo Homem os serviços artísticos de um notável iluminista holandês. [...] Talvez tenha sido uma das mais interessantes cartas, uma vez que no Atlântico Sul o cartógrafo fincou bandeira portuguesa bem ao sul do estuário platino, e no Atlântico Norte, posicionou escudos e bandeiras lusitanas na "Terra Corte Regalis" e na "Terra Frígida" que lhe fica a sudoeste; Ficara, entretanto, patenteadas cabalmente as reivindicações territoriais portuguesas no continente americano." HESPANHA, Antonio Manuel. Os modelos Constitucionais da Colonização Portuguesa. In: VENTURA, Maria da Graça. A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Lisboa: Edições Colibri, 1997 p.21-22 Faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de Paris. Fac-símele disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.pdf

Beluzzo, este mapa representa, “[...] a grande obra do império marítimo português que foi reunida no Atlas Miller e compreende mapas feitos entre 1515 e 1519 [...]”²⁴⁷

O documento apresenta duas bandeiras portuguesas, ao norte está fincada próxima ao Rio Amazonas e ao sul, destaca-se perto do Rio da Prata. Com isso, a extensão e posse da terra ganham legitimidade de colonização. Na parte superior esquerda do mapa, aparece uma legenda com texto em latim. Nela, há descrição da fauna, usos e costumes dos nativos.

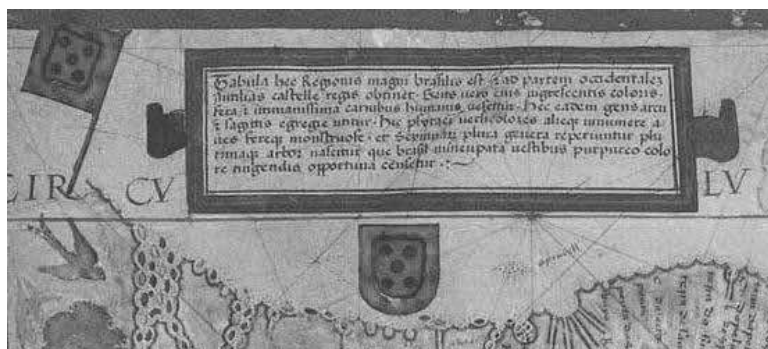


Figura 38a: Detalhe do mapa Terra Brasilis (Legenda)

“Esta carta é da região do grande Brasil e do lado ocidental alcança as Antilhas do Rei de Castela. Quanto à sua gente, é de cor um tanto escuro. Selvagem e crudelíssima, alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as setas. Aqui [há] papagaios multicores e outras inúmeras aves e feras monstruosas. E encontram-se muitos gêneros de macacos e nasce em grande quantidade a árvore que, chamada brasil, é considerada conveniente para tingir o vestuário com a cor púrpura”.²⁴⁸

No centro do mapa surge o foco desse estudo, um grupo de ameríndios caracterizados com a cor da pele avermelhada, alguns despídos e outros de pé com ornamentos de pena. Há abundância de madeira, na qual, os nativos aparecem na extração e transporte. Refletindo uma mensagem de extração do pau-brasil para comercializar. Seria uma representação do escambo sob a ótica de que o nativo estava contribuindo com o projeto mercantilista português.

²⁴⁷ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros. Fundação Emílio Odebrecht, 1994. p.68

²⁴⁸ Tradução da legenda disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/terra-brasilis/>

Há uma distinção de tarefas ou uma hierarquia social na imagem, porque o que está adornado e não carrega a madeira, aparece acima dos outros, que estão nus e com troncos sobre os ombros.



Figura38b: Detalhe do mapa Terra Brasilis (Corte de madeira)

Há uma disparidade entre as imagens e a legenda, se analisarmos os autóctones trabalhando. No momento que foi produzido, havia a prática do escambo entre estrangeiros e nativos. Dessa forma, a ilustração transmite uma mensagem de passividade, labuta, cooperação, harmonia e organização social. Porém, a legenda descreve estes indivíduos como “Selvagem e cruelíssima, alimenta-se de carne humana”. Enfim, o mapa apresenta duas narrativas, uma visual e outra textual. É preciso considerar que esse manuscrito foi produzido com exclusividade a um público seletivo, com conhecimento em latim. Ao estudar esse mapa, é preciso observar que as representações imagéticas se aproximam da visão bucólica de Pero Vaz de Caminha “Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa”. Ao passo que, a legenda é semelhante às narrativas de Gândavo “mui desumanos e cruéis”.

Dentro do universo das representações de uma inocência e harmonia com a natureza, observamos o mapa de Diogo Ribeiro, de 1529. Neste planisfério da primeira metade do século XVI, aparecem os quatro continentes conhecidos, a América, a

Europa, a África e a Ásia, com algumas caravelas. Nos continentes, aparece uma iconografia repleta de árvores, animais exóticos e na parte da América do Sul, os indígenas são ilustrados entre a natureza. Em rabiscos simples, sem muita precisão nos traços, identificamos os nativos com aparente tranquilidade.

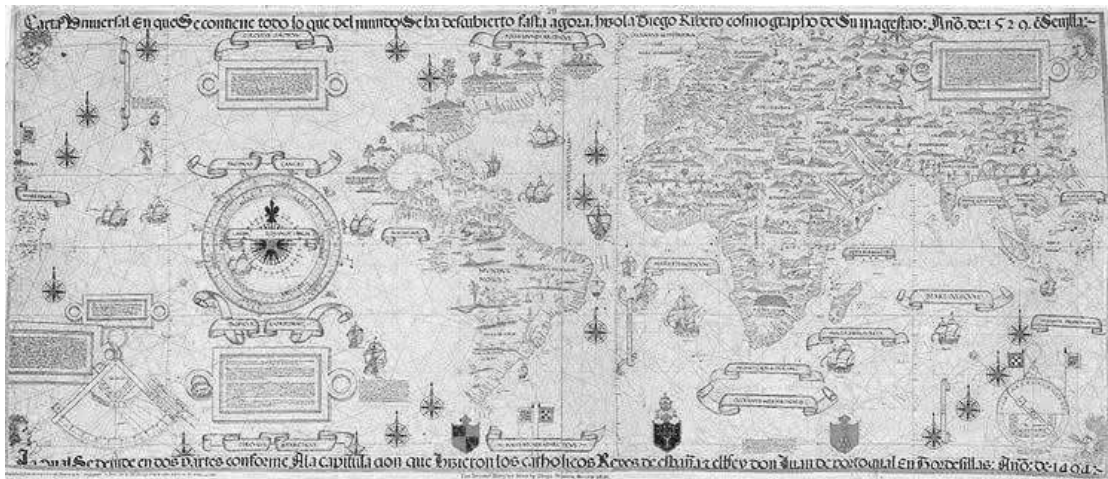


Figura 39: Carta Universal [Mapamundi] – Diogo Ribeiro, 1529²⁴⁹

“Em 1529, Diogo Ribeiro confeccionou uma carta denominada Terra Brasilis. No centro do território, dois homens cobertos com panos esvoaçantes seguram lanças. Os nativos ganham formas européias e distanciam-se dos índios descritos pelas narrativas de viagem. Próximo, há outra referência ao imaginário cristão, um pastor apascenta uma cabra e segura uma cajado [...] Os guerreiros e pastores retratados por Diogo Ribeiro destoam dos relatos de viagens e evidenciam a migração para a América de motivos oriundos do imaginário medieval. Na cartografia estereótipos são tão poderosos que quase aniquilam a experiência dos lusos no ultramar, relegando ao esquecimento a observação dos colonos radicais no Brasil.”²⁵⁰

²⁴⁹ Planisfério manuscrito. Faz parte do acervo da Biblioteca Apostólica Vaticana. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Map_Diego_Ribero_1529.jpg

²⁵⁰ RAMINELLI, op. cit. P.64



Figura 39a: Detalhe do mapa de Diogo Ribeiro (nativos)

A carta náutica de Ribeiro foi muito importante, porque já demonstrava as dimensões e as feições gerais da superfície da Terra, elaborando uma nova visão do mundo, que consolidou os avanços nos conhecimentos obtidos naquele curto período de navegações. Vários mapas-múndi foram publicados e globos terrestres construídos, depois de 1500, em base das informações obtidas nas navegações ibéricas. Mas o primeiro mapa universal, traçado em bases puramente científicas, livres das fantasias de viajantes, datado de 1529, foi elaborado pelo cosmógrafo português Diego Ribeiro, que trabalhou também para a coroa espanhola²⁵¹. O que reforça o peso deste documento, devido as suas informações técnicas e científicas. Devido a isso, há necessidade de explorar a imagem neste documento. Era necessário construir uma que consolidou os avanços nos conhecimentos obtidos naquele curto período de quatro décadas representação plana do mundo a ser explorado, cabia, no mesmo documento, informar os personagens deste Novo Mundo. Na representação de Diogo Ribeiro, os autóctones da América são poucos e surgem de maneira muito pacata dentro do território, convivendo entre macacos, aves e arvores. A visão desses personagens é de passividade, o que facilita a exploração colonial.

Outra visão bucólica de um índio passivo destaca-se na obra atribuída a Pero Fernandes de 1545. Este documento, em pergaminho desenha parte da América,

²⁵¹ As nações ibéricas tinham órgãos de Estado responsáveis pelas navegações e seus resultados. Era a institucionalização do processo colonizador. Em Portugal, havia a Casa da Índia de Lisboa, criada em 1501, entre os castelhanos, existia a Casa de Contratación de Sevilha, criada em 1503; ambos exerciam a coordenação desses assuntos nos respectivos seus reinos.

faltando alguns contornos a oeste da parte sul e norte da América. A ausência nos traços, não ocorreu por desleixo do cartógrafo, percebe que Fernandes procurou ilustrar as populações na Ásia, África e América.



Figura 40: [Mapamundi] - Pero Fernandes, 1545²⁵²



Figura 40a: Detalhe do mapa de Fernandes (indígena na América portuguesa)

“[...] encontra-se um guerreiro de formas perfeitas e físico musculoso, semelhante a um romano. Veste uma saia e enfeites de penas de duas tonalidades. Ele ainda segura uma lança e um escudo com as insígnias

²⁵² Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/coimbra-marrakech/fontes/iconograficas/10.JPG?hires>

de Portugal. O soldado tem pele clara e foge completamente do modelo do ‘selvagem americano’ e simboliza a presença portuguesa do além-mar”²⁵³

As descobertas portuguesas foram resultado das explorações geográficas que visavam levantar todas as informações sobre essas novas terras descobertas a oeste. A política de sigilo implantada pela coroa Portuguesa acerca dos descobrimentos, impediu a disseminação da informação cartográfica em Portugal, daí a baixa circulação de obras cartográficas portuguesas, principalmente do início do século XVI. Além disso, os cosmógrafos oficiais do reino se utilizavam de anotações das expedições de levantamentos geográficos do litoral do Brasil, Cartas dirigidas a D. Manuel, e relatos de viajantes. Esses documentos tinham um objetivo específico de demarcar e informar sobre todas as características das novas terras, mesmo que a imagem pareça meramente ilustrativa, temos demonstrado ao longo dessa pesquisa que elas também davam ciência dos povos que habitavam a América.

Neste documento o nativo que aparece nas terras da América portuguesa, está com ornamentação na cabeça e saia de penas, segurando uma lança e um escudo com símbolo da monarquia portuguesa. Observa-se uma ave, o que nos remete a Cantino ‘Terra dos papagaios’ e um traço referente ao Tratado de Tordesilhas. Enquanto, na parte oeste, nas terras pertencentes a Espanha, o indígena está com vestimenta de tecido, sobre uma relva. Os dois nativos que foram ilustrados na parte sul-americana do mapa, corroboram com a perspectiva de uma dominação colonial passiva diante das populações nativas.

²⁵³ RAMINELLI, op. cit. P.64



Figura 40b: Detalhe do mapa de Fernandes (indígena na América espanhola)

No pergaminho de Sebastião Lopes, de 1558, vamos encontrar mais uma interpretação do bom selvagem. O documento destaca a Europa, parte da África e parte da América. Destaca a rosa-dos-ventos, característica da cartografia portuguesa deste período. Rico em ilustração no contorno africano, avultando as possessões portuguesas no continente; na parte sul da América, aponta os rios Amazona em toda sua extensão por uma grossa curva sinuosa recheada de pequenas Ilhas e da Prata, e traz uma imagem de um indígena no corte da madeira. Ressalta as bandeiras Portugal e Castela designando a porção que caberá a cada monarquia.



Figura 41: Carta de Sebastião Lopes, 1558 ²⁵⁴

²⁵⁴ Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/coimbra-marrakech/fontes/iconograficas/11.JPG?hires>

No espaço referente à colônia portuguesa, há uma cena de um indígena cortando árvores, demonstrando a relevância da exploração do pau-brasil. Neste momento, já havia uma colonização e uma intencionalidade de buscar novos produtos que gerassem lucro à metrópole. Sabemos que a extração da madeira foi mais intensa durante os primeiros trinta anos após o descobrimento, sendo que, não foi interrompido de modo brusco, não foi uma ruptura radical. Além que a economia açucareira se firmasse na colônia, o pau-brasil continuou a ser extirpado do litoral.



Figura 41a: Detalhe do mapa de Lopes (corte da madeira)

Na cena o nativo corta uma árvore e já aparecem outros troncos cortados, ou seja, está em ação. A extração da madeira já acontece porque algumas árvores estão em pé, enquanto outras só se observam um pequeno tronco sobre o chão. Nas mãos, o índio tem um machado e arte do seu corpo está coberto com penas. O fato de ele estar trabalhando e vestido ressalta um comportamento civilizado, talvez a imagem aponte para o bom selvagem. Por mais que representasse um mundo novo com populações primitivas, devido à falta de construções arquitetônicas faraônicas e uma indumentária original, o mapa posiciona um discurso do bom selvagem, do indivíduo passivo e colaborador com o processo colonial. Como já afirmou Miceli: “Os mapas têm fragmentos que merecem observação demorada, pois os detalhes mais valiosos desses

monumentos culturais escapam ao observador apressado, apesar de estarem todos ali à frente.”²⁵⁵

Durante a expansão marítima, a produção cartográfica aumentou consideravelmente, era preciso informar aos reis, príncipes, mercadores e nobres, as notícias acerca das descobertas. Os interesses eram diversos, havia motivos diplomáticos, comerciais, políticos e religiosos assim, as cartas foram feitas apenas para ‘marear’, navegar e não havia necessidade de ilustrar, detalhar os desenhos. Pois o uso contínuo do documento e as condições do tempo impediam a sua vida útil. Então, quando encontramos mapas desse período com iconografia, consideramos que as imagens são expressões que transmitem mensagens aos seus expectadores.

Segundo Laplantine, “A figura de uma natureza má na qual vegeta um selvagem embrutecido é eminentemente suscetível de se transformar em seu oposto: a da boa natureza dispensando suas benfeitorias a um selvagem feliz.”²⁵⁶ A ambivalência nas representações imagéticas é constante, bom ou mal, selvagem ou civilizado, passivo ou resistente, benevolente ou canibal. O que desperta interesse é o significado dessa iconografia que representa as populações autóctones da América.

“Uma vez presentes na história, os pares de conceitos heleno-bárbaro, cristão-pagão e homem-não-homem revelam determinadas formas de experiência e possibilidades de expectativas cujos atributos também podem surgir com outras denominações em outras situações históricas. Cada uma das antíteses a serem examinadas possui estruturas próprias, mas também comuns, que sempre aparecem de novo na linguagem política, mesmo quando, no correr da história, as palavras ou nomes se modificam. [...] As palavras podem mudar e, mesmo assim, a estrutura da argumentação assimétrica continuar a mesma.”²⁵⁷

4. 2 – *O Mal Selvagem*

²⁵⁵ MICELI, P. O tesouro dos mapas. In: O TESOURO dos mapas: a cartografia na formação do Brasil Texto: MICELI, P. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002 p.56

²⁵⁶ LAPLANTINE, op. Cit. P.32

²⁵⁷ KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006, p.195

[...] os índios foram fartamente representados na cartografia portuguesa como homens selvagens, como canibais e como auxiliares na faina colonial. Nas cartas geográficas, havia ainda referências sobre os costumes indígenas, as atividades extrativistas do pau-brasil e a coerção do colonizador, demonstrando que a realidade americana deveria constar nos mapas. O pragmatismo português, ressaltado por Sergio Buarque de Holanda, novamente se afirma, pois o homem e a natureza americanos foram introduzidos, de modo mais intenso, no Renascimento português por intermédio da cartografia: ora auxiliando os desbravadores do Novo Mundo a cumprir sua missão ‘civilizadora’, ora simbolizando os perigos que os portugueses enfrentariam no novo território”.²⁵⁸

O que caracterizava o mais alto grau de selvageria era, sem sombra de dúvida, o ato de comer carne humana. Essa prática foi retratada pelos cartógrafos, que além de ilustrar, algumas vezes escreviam ‘Terra de canibais’, ‘caniballes’. O fato de encontrar um continente inteiro a ser desbravado era surpreendente, porém, o desafio era encarar indivíduos que se alimentam de seus semelhantes. Por causa disso, uma série de mapas foi produzida no século dezesseis com ilustrações de canibalismo.



Figura 42: Kunstman, [c.1503-1506]²⁵⁹

²⁵⁸ RAMINELLI, op. cit. P.19-20

²⁵⁹ KUNSTMAN, Friedrich. Atlas zur entdeckungsgeschichte Amerikas...München : In Commission bei A. Asher & Cie in Berlin, 1859. 1 atlas :13 fac-sims., mapas col. Todas as cartas são chamadas pelo nome de Kunstman, com o número de suas seqüências, como Kunstman III e IV, terceira e quarta cartas do atlas. Estas cartas que outrora pertenciam a Wehreibücherei de Munique (Alemanha) desapareceram na Segunda Guerra Mundial. Há um exemplar no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Este mapa anônimo foi datado entre 1503-1506, é um dos primeiros a desenhar parte do Novo Mundo. Conhecido como "Kunstmann III", por fazer parte de um atlas publicado em 1859, em Munique, por Friedrich Kunstmann, Karl von Spruner e George M. Thomas. Neste documento, a costa da colônia portuguesa possui alguns topônimos, destaca-se rosa dos ventos, típica da cartografia lusitana e algumas embarcações no oceano. Uma imagem salta aos olhos do leitor desse mapa, a cena de canibalismo²⁶⁰.



Figura 42a: Detalhe do mapa de Kunstman (Canibalismo)

Há um pergaminho que traz a descrição Brasil e as informações: cassia, papagaios e canibalismo. Não houve preocupação em ilustrar a fauna ou flora do território, como fez Cantino em 1502, o trecho que foi desenhado no mapa destaca apenas os indígenas. Na imagem um homem aparece de joelhos segurando um espeto sobre uma fogueira que assa outro indivíduo inteiro. Uma das primeiras representações dos autóctones foi de antropofagia, lembrando atos de selvageria e barbarismo.

A antropofagia era um costume da família Tupi-Guarani, que povoava grande parte da costa brasileira. Como já salientamos no capítulo 3, comer a carne humana não era um hábito alimentar, mas fazia parte de um importante ritual de vingança. A compreensão desse significado não ocorreu imediatamente. Ao longo da colonização e o contato com a cultura dos nativos, gerou um entendimento de alguns autores, que essa ação era simbólica, entretanto, a imagem de índios assando e comendo pedaços de pernas e braços foi muito pertinente na cartografia do século dezesseis e dezessete, não

²⁶⁰ Yobenj Aucardo Chicagana-Bayona estabelece um paralelo entre as representações de canibalismo nos mapas e livros sobre a América e sua origem baseada em uma tradição que remonta aos mongóis. Ver: Chicagana-Bayona, Yobenj Aucardo. "Imago gentilis Brasilis. Modelos de representação pictórica do índio da Renascença". Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2004. Há uma discussão sobre o tema em: CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. "Los inclusi del Nuevo Mundo: cartografía y canibalismo en el siglo XVI" In: BECERRA, Virgilio; VIGNOLO, Paolo (eds). Tierra Firme: El Darién en el imaginario de los conquistadores. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, ICANH, 2011, p. 114.

só em mapas portugueses, com também franceses, holandeses, espanhóis e outros. O nativo assemelhava-se a uma figura bestial aos colonizadores.

“No atlas de Diogo Homem, datado de 1558, encontram-se índios reunidos em torno de uma fogueira, muitos deles completamente nus, outros com tangas e cocares de penas. Sobre o fogo, há pernas e braços humanos da mesma cor dos ameríndios. A ilustração ainda acusa um costume estranho à etnografia indígena, pois sobre uma árvore existem outros tantos membros pendurados.”²⁶¹



Figura43: Atlas de Diogo Homem, de 1558 ²⁶²

Analisando o mapa de 1558, elaborado pelo cartógrafo real Diogo Homem²⁶³. Representa os indígenas no estreito de Magalhães como gigantes e no meio do mapa está escrito a palavra *antropófagos*. Afirma Raminelli: “As cartas marítimas lusitanas

²⁶¹ RAMINELLI, op. cit. P. 60-61

²⁶² *Atlas de Diogo Homem* elaborado pelo mesmo, datado de 1558, faz parte do acervo do British Museum London.

²⁶³ Diogo Homem (1530-1576) Cartógrafo português, também autor de cartas-portulanos, trabalhou em Lisboa, Londres (fugiu para lá quando era jovem, após cometer um crime em Portugal) e Veneza, onde viveu a partir de 1568; filho e discípulo do patriarca da família de cartógrafos, Lopo Homem, Diogo produziu 13 atlas e 12 cartas náuticas entre 1557 e 1576, a maioria de grande valor decorativo e relativa exatidão nos traçados. É dos cartógrafos portugueses quinhentistas que maior número de trabalhos foram encontrados e o mais político deles. CORTESÃO, A. & TEIXEIRA DA MOTA, A. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: s. n., 1960

datadas do final do século XVI representam o ritual antropofágico com maiores detalhes.”²⁶⁴ São muitas mensagens que este documento carrega, precisamos recortar algumas cenas para identificá-las.

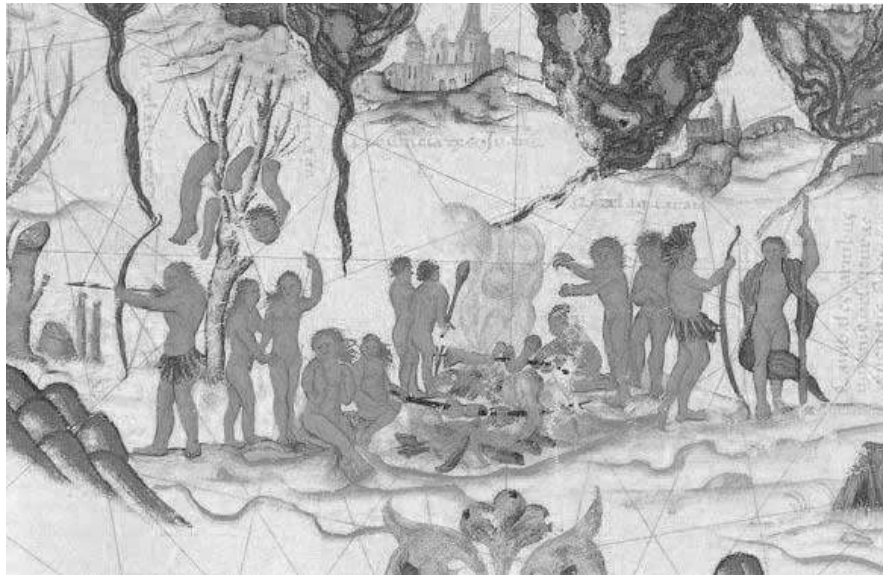


Figura43a: Detalhe do mapa de Diogo Homem (selvageria)

Abaixo do rio Amazonas, um grupo de índios seminus assam outro índio numa fogueira e também há pedaços de corpos pendurados em galhos de uma árvore. Em meio aos pedaços, os nativos aparecem com naturalidade diante das partes esquartejadas. Um índio aponta uma flecha em direção a oeste, onde se observa um acampamento com bandeiras castelhanas.



Figura 43b: Detalhe do mapa de Homem (Acampamento)

²⁶⁴ RAMINELLI, op. cit. P.62

No centro do mapa, a rosa-dos-ventos é salientada e próxima a esse ícone, sobressai à imagem de um nativo com machado nas mãos, cortando madeira. Esta cena se repete como em outros documentos, reiterando a mensagem acerca da questão econômica, relativa ao pau-brasil.



Figura43c: Detalhe do mapa de Homem (corte do pau-brasil)

Estas ilustrações estão acompanhadas de memórias que não podem ser analisadas separadamente, é preciso fazer recortes para perceber os detalhes da iconografia. Em outro detalhe, podemos encontrar um índio com arco e flecha, que parece apontar diretamente para o brasão real português, possivelmente mais uma referência aquele povo como ameaçador. É uma representação do mal selvagem, persistente na imagem do cruel antropófago, passando a informação que seriam um entrave à colonização. Pensemos também que essas representações poderiam assustar possíveis invasores estrangeiros, desestimulando-os a empreender viagens para o Brasil, caso o mapa fosse para em mãos estrangeiras.



Figura 43d: Detalhe do mapa de Homem (ameaça ao brasão português)

Resolver o problema da resistência indígena era papel da igreja, que também precisava aumentar seus seguidores. Ao longo do processo colonizador do Brasil, os missionários continuaram a vislumbrar as qualidades dos indígenas com o objetivo de catequizá-los. No mapa, há índios vestidos e outros não. A nudez pode ter duas conotações, poderia ser colocada como algo inocente e natural (não despertando a lascívia), ou como luxuriante e libidinoso. Os indígenas tinham um modo de vida espontâneo e natural, alheio às normas e apartados das leis e da civilização, por isso, a catequese seria a possibilidade de diminuir a barbárie, ao mesmo tempo em que facilitaria o processo colonial.

“[...] como um modo de aperfeiçoamento do humano, um conjunto de instrumentos que o esculpe e o lapida. Modela alguma coisa que, em princípio é rude, tosca e vulgar. O adjetivo mais freqüente para natureza é ‘bruta’. E o ideal é que seja tocada, cinzelada, alterada e construída pelo cristianismo.”²⁶⁵

Diogo Homem elaborou outro mapa relativo a parte portuguesa na América, denominado Mundo Novo, de 1565. Considerado um importante cosmógrafo na corte portuguesa, de uma família de cartógrafos reais. Retrata uma realidade mais discreta, se comparar ao mapa anterior. Há brasões das coroas ibéricas, rosa dos ventos, os rios Amazonas e da Prata.

²⁶⁵ NEVES, Luis Felipe Baeta. O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 50.



Figura 44: Mundo Novo – Diogo Homem, 1565 ²⁶⁶

“Entre 1565 e 1568, Diogo Homem ainda produziu duas novas cartas e representou novamente cerimônias antropofágicas. No primeiro mapa, o índio canibal assa um homem branco inteiro; no segundo, um homem nu e barbado ajoelha-se perto de uma fogueira, sob a qual cozinham dois braços, uma perna e uma cabeça, suspensos por dois espetos. A tonalidade da pele da vítima assemelha-se à dos índios. O cartógrafo distingue, então, dois tipos de vítimas da antropofagia e retrata brancos e índios como repasto canibal. Por outro lado, concebe os nativos com barbas e retrata espetos ao invés de moquéms. Estas formas são recorrentes na iconografia europeia e desconhecidas das narrativas de viagens.”²⁶⁷

Em destaque aparecem duas informações em latim, seguidas de uma imagem.

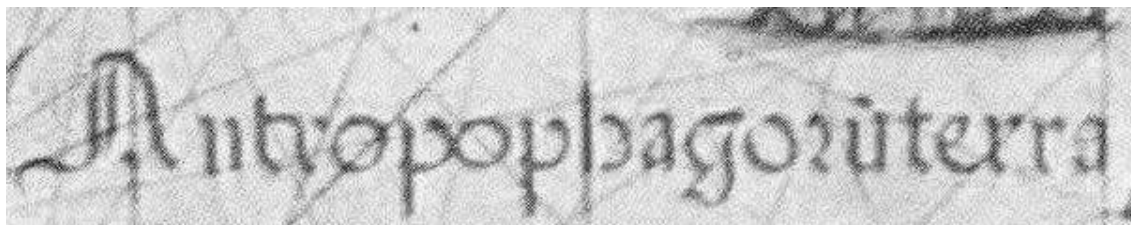


Figura 44a: Detalhe do mapa de Diogo Homem (Terra de antropófagos)

²⁶⁶ O mapa *Mundo Novo* faz parte do Atlas Universal de Diogo Homem. Faz parte do acervo da Sächsische Landesbibliothek na Alemanha.

²⁶⁷ RAMINELLI, op. cit. P. 61

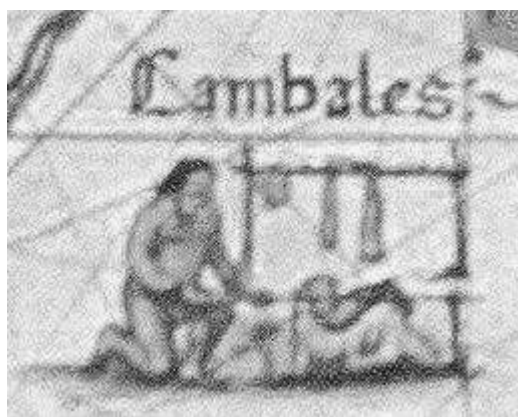


Figura 44b: Detalhe do mapa de Diogo Homem (Canibales)

A imagem de um homem com pele clara e barba, assando pedaços humanos representa antropofagia, sem sombra de dúvidas. Porém, a cor da pele e as características físicas não deixa clara ser menção ao indígena. No documento de 1558, Diogo Homem ilustra os nativos com cor avermelhada e sem pêlos, o que difere desta produção. Apropriando-nos da cena de canibalismo reproduzida a partir do mapa de 1565 de Homem, podemos perceber que a idealização de homens que se devoravam entre si talvez não fosse tão assombrosa quanto imaginar que essa prática se sucederia aos estrangeiros que se aventurassem por essas terras.

“[...] as imagens do martírio e do vil gentio concederam ao tema do barbarismo uma nova significação. O bárbaro torna-se, então, um obstáculo a ser vencido, torna-se um desafio para os religiosos e um caminho para a purificação. O aspecto inóspito do ameríndio permite aos padres dignificar o trabalho da catequese e ressaltar a harmonia promovida pela doutrina cristã”²⁶⁸

A perspectiva do mal selvagem, tão divulgada no Velho Mundo observava os nativos e seus hábitos como degradante, identificava-os como bárbaro e selvagem. Nesse sentido, compete ressaltarmos que a selvageria possuiria todos os defeitos abomináveis de uma sociedade civilizada e representaria a natureza diante da cultura. Já o termo bárbaro é geralmente empregado para classificar culturas exóticas e distantes,

²⁶⁸RAMINELLI, Op. Cit. p. 77-78.

que cultivavam hábitos arredios e repugnantes na visão do europeu, mas que constituíam povoados estáveis baixo uma liderança. Os autóctones. O pensamento eurocêntrico estabelecia uma clara divisão do mundo, onde de um lado estavam os povos tidos como bárbaros, que cultivavam hábitos degradantes, e de outro o homem civilizado, representando o aperfeiçoamento da humanidade. Segundo Raminelli, “a guerra e a antropofagia compõem o perfil do bárbaro”.²⁶⁹

4.3 – Os Estrangeiros

Neste capítulo compararmos a cartografia portuguesa quinhentista com mapas produzidos por cartógrafos de outros locais da Europa a fim de perceber semelhanças nas descrições em relação aos costumes dos nativos da América. Mesmo que o foco dessa pesquisa seja os lusitanos, sabemos que os fatos históricos não são isolados, a história não se constrói de maneira solitária, mas a partir de uma teia de relações que influenciam os fatos entre si. Surgiram mapas gravados em xilogravura que propagaram as novas descobertas com mais facilidade, já que as casas de publicação conseguiam reproduzir inúmeras cópias com facilidade, diferente da produção manuscrita.

Não há possibilidade de compreender a amplitude dessas imagens e como elas afetaram a perspectiva dos conquistadores, se não inserirmos a cartografia portuguesa no contexto da produção cartográfica do século dezesseis. Com essa análise criamos uma amálgama de significados sobre a cultura das populações indígenas, na visão de colonizadores e estrangeiros de outros locais da Europa, que tiveram contato ou tinham interesses na colônia.

Nossa análise parte para cartógrafos não portugueses que também ilustraram os nativos no quinhentismo, iremos chamá-los de estrangeiros para diferenciá-los dos lusitanos. Nesse sentido, temos um documento do continente americano elaborado pelo espanhol Diego Gutiérrez e pelo artista flamengo Hieronymus Cock, em 1562.

²⁶⁹ *Idem* P.66



Figura 45: *Americae Sive Quartae Orbis Partis Nova e Exactissima Descriptio* - Diego Gutiérrez e pelo artista flamengo Hieronymus Cock, 1562²⁷⁰

Intitulado *Americae Sive Quartae Orbis Partis Nova e Exactissima Descriptio*, do latim “Uma descrição nova e mais exata da América ou a quarta parte do mundo” é um mapa que abrange a costa oriental da América do Norte, toda a América Central e do Sul e partes das costas ocidentais da Europa e da África. O documento mostra a linha do Tratado de Tordesilhas, dividindo as possessões das nações ibéricas, além de informações de longitude e trópicos.

O que chama atenção nesse documento são as ilustrações nos oceanos e no continente. Nos ‘mares’, as representações remontam a mitologia grega e seres do imaginário medieval; sereias e criaturas do mar, uma delas segura emblematicamente o brasão português.

²⁷⁰ O mapa consiste em seis folhas gravadas bem juntas. Existem cópias do mapa na Biblioteca do Congresso (Washington, D.C.) e na British Library (Londres).

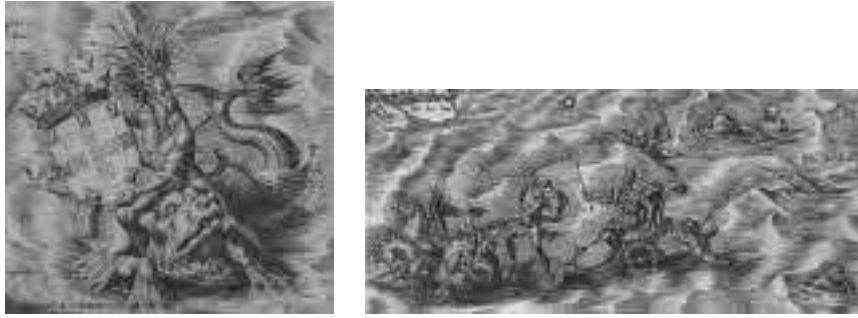


Figura45a: Detalhes do Mapa de Gutiérrez e Cock (Monstros marinhos)

No extremo sul da América, região da Patagonia “Tierra de Patagones”, os nativos foram retratados como gigantes, os chamados ‘gigantes patagônicos’ aparecem entregando um arco a um conquistador. Havia notícias que tal região era povoada por homens muito altos, daí a representação feita nestee em outros mapas que indicavam esta região.



Figura 45b: Detalhe do Mapa de Gutiérrez e Cock (Terra de gigantes)

O cerne dessa pesquisa são os nativos da região que atualmente se chama Brasil, e nessa parte, a iconografia retrata cenas de esquartejamento humano, pedaços de membros estão pendurados em árvores e assando numa fogueira. Além de destacar outro fogo com vasilha cozinhando algo. No alto dessa representação, há um indígena com adornos na cabeça, objeto na mão (chocalho) e uma saia de penas, diferenciando este nativo dos outros que aparecem nus. Esse recorte do mapa tem semelhanças à produção de Lopo Homem e Reinel, de 1519, que faz uma distinção entre os nativos, alguns aparecem nus e outro vestido, aparentemente existe uma hierarquia social. Outra equivalência está na ilustração de Diogo Homem, de 1558 – árvores com pedaços humanos pendurados.



Figura 46: Tavola dell 'isole nuove, le quali son nominate occidentali, & indiane per diversi rispetti - Sebastian Münster, 1554²⁷²



Figura 46a: Detalhe do Mapa de Munster (Canibali)

O documento retrata todo o continente americano, traz a bandeira de Espanha nas ilhas da América central e de Portugal no canto do oceano Atlântico. Já aparece o Pacífico com o arquipélago do Japão. Por ser impresso, esse documento era reproduzido e sua divulgação muito mais extensa que os manuscritos portugueses que estudamos. Mesmo considerando a originalidade da cartografia lusitana do século XVI e sua confidencialidade, as representações imagéticas se repetem, assemelham e complementam num cenário de exotismo, naturalismo e assombro.

²⁷² Sua obra *Cosmographica*, publicada em 1544, incluía uma quantidade enciclopédica de detalhes sobre o mundo conhecido e desconhecido. Existe cópia do atlas na British Library (Londres).



Figura 47: Mapa da América Meridional - Levinus Hulsius, 1599 ²⁷³

Uma nova representação nos chama atenção acerca dos nativos e do imaginário ainda presente no final do século XVI. Embora já tenhamos debatido o conceito de imaginário no capítulo 2 desta pesquisa, esse mapa se adequa ao contexto. Porque traz as ilustrações dos indígenas nas terras da América Portuguesa e também de seres grotescos próximos ao rio Amazonas, na parte que seria do reino de Espanha. Esse ‘grotesco’, são dois indivíduos que não possuem cabeça, seus rostos ficam na parte do tronco. Abaixo desses seres monstruosos, há uma cena de batalha que parece despercebido, porém, se atentarmos para o grupo da direita, eles também não possuem cabeça, possuem a mesma característica dos ‘monstros’. Não podemos afirmar a

²⁷³ Intitulado *Nova et exacta delineatio Americae Partis Australis. Que est: Brasilia, Caribana, Guiana regnum Novum Castilia Del Oro, Nicaragua, Insula Antillas et ...* No mapa, as inscrições são quase todos espanhóis, com uma mistura de portugueses no Brasil. As designações dos oceanos e alguns outros nomes são franceses. Esses recursos indicam um desenhista francês, trabalhando em modelos espanhóis e portugueses.

intenção do cartógrafo, mas podemos pensar que os canibais do Brasil seriam pessoas com hábitos montruosos, enquanto que, na parte oeste, existem seres com características físicas montruosas.



Figura 47a: Detalhe do mapa de Hulsius (nativos)

Nesse mapa de duas pranchas, aparecem algumas imagens dos nativos que merecem um olhar mais aguçado. No sul da América, mostra os gigantes da Patagonia, há referências a monstros marinhos com tamanhos proporcionais as embarcações. Porém, queremos nos ater na primeira prancha, pois desponta a terra da colônia portuguesa. Na ‘ilha’ que se forma o Brasil, a ilustração de esquartejamento de um corpo, além de uma batalha entre os nativos, alguns índios estão com arco e flecha nas mãos e outros com a maça. Há também um personagem mais ornamentado que se destaca na imagem, como se estivesse no comando. Novamente hierarquia social, antropofagia e selvageria.



Figura 47b: Detalhe do mapa de Hulsius (Brasil)

O último mapa que gostaria de dar destaque na questão dos impressos estrangeiros e seus vislumbres sobre os nativos é o mapa mundial de hemisfério duplo, do final do século XVI. Elaborado pelo cartógrafo Petrus, nascido na região de

Flandres, importante nome da produção cartográfica desse período, já que colocou informações que até então eram exclusividade dos mapas ibéricos. Além de sua beleza ímpar, este documento é significativo geograficamente porque descreve a região do Ártico e Extremo Oriente.



Figura 48: Orbis Terrarum Typus De Integro Multis In Locis Emendatus – Petrus Plancius [Petro Plancio], 1594 ²⁷⁴

As figuras alegóricas decoram e envolvem os hemisférios, contornam o documento. Esse feito ilustrativo tornou-se padrão no século seguinte, serviu de inspiração para outros cartógrafos e casa de publicação do século XVII. As imagens que focamos neste momento, são as representações dos nativos da América. Interessante que os personagens da America e Africa possuem pele clara. Este mapa traz uma visão ambígua acerca dos ameríndios, pois há dois indígenas sentados em animais, com seus pés sobre vasilha - talvez alimentos ou sementes – seguram armas de guerra, o arco e flecha, e o machado.

²⁷⁴ Faz parte da Nationale Bibliotheek van Nederland.



Figura 48a: Detalhes do mapa de Petrus Plancius (nativos)

Tal ambiguidade acontece, porque entre esses dois personagens, há cena de esquartejamento e fogueiras assando pedaços de corpos, com alguns nativos em torno do fogo. Percebeu-se a mesma ambivalência no mapa de Home e Reinell, no momento que ilustram índios cordiais trabalhando, mas escreveram na legenda sobre a selvageria desses povos, ou seja, são duas informações distintas num mesmo documento.



Figura 48b: Detalhe do mapa de Petrus Plancius (antropofagia)

Representação clássica de canibalismo que temos visto em inúmeros mapas do século dezesseis, tanto em mapas manuscritos, como nos impressos, sejam de origem portuguesa como de outras regiões da Europa.

A pretensão desse capítulo foi uma análise mais profunda sobre a cartografia quinhentista, objetivando extrair dos mapas portugueses as imagens e qual discurso estava embutido nessa iconografia dos autóctones. Como já esclarecemos, não seria uma investigação profunda se estagnássemos nos documentos produzidos somente pelos lusitanos. Para interpretar a iconografia a respeito do indígena foi necessário cruzarmos imagens de cartógrafos diferentes, assim como cruzamos tais ilustrações com narrativas de viajantes que passaram pela colônia durante o século XVI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Para aqueles que podem ver, a existência se passa em um rolo de imagens que se desdobra continuamente, imagens capturadas pela visão e realçadas ou moderadas pelos outros sentidos, imagens cujo significado [...] varia constantemente, configurando uma linguagem feita de imagens traduzidas em imagens [...] Qualquer que seja o caso, as imagens, assim como as palavras, são a matéria de que somos feitos.”²⁷⁵

A imagem é mais que uma expressão artística é também uma representação simbólica do que se vê, interprete e nomeia do mundo. Nesse contexto, surgiram às representações planas do que se podia ver, os primeiros mapas, que facilitaram a localização espacial dos homens.

A linguagem imagética é uma das maneiras mais eficientes de se comunicar e a cartografia potencializou essa comunicação. Essa técnica sofreu transformações ao longo da história até que na virada do século XV para o XVI, com o Renascimento, ela transmitiu um discurso dos colonizadores sobre as populações nativas da América. É o momento de uma revolução científica, os mapas sofrem alterações técnicas e aprimoram suas medições, ao mesmo tempo em que destacam representações imagéticas, também como uma maneira de emitir mensagens e informações sobre o território descrito. Nosso olhar voltou-se para essa iconografia, a fim de apurá-la.

“... é imprescindível que o historiador rompa as limitações nas quais se deixa com frequência aprisionar pela redução da imagem apenas a documento visual e a tarefas taxonômicas e de leitura iconográfica. É igualmente crucial que o pesquisador se familiarize com as inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente...”²⁷⁶

As navegações promoveram a descoberta de um mundo novo e também do “outro”, que antes só existia no imaginário da sociedade medieval. A chegada dos europeus no continente americano atravessou a fronteira do possível, demonstrou uma

²⁷⁵MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁷⁶ MENEZES, Ulpiano T. B. de Menezes. *História e imagem: iconografia/iconologia e além*. In: FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro, Editora: CAMPUS, 2012 p.243

realidade de populações autóctones com hábitos e costumes afastados da civilização. Esse ‘outro’ foi destaque em inúmeras obras literárias e cartográficas. Dessa forma, observamos mapas de cartógrafos que atendiam não só a monarquia lusitana, como também as classes privilegiadas de Portugal e outras regiões.

Este projeto demonstrou que a cartografia foi utilizada para demarcar as terras e especificar características geográficas do Novo Mundo; mas também foi um instrumento de poder que ilustrou os ameríndios com uma visão etnocêntrica, cuja finalidade era diminuir a cultura indígena e até mesmo desmerecê-la. Segundo Mark Monmonier²⁷⁷, “Se uma imagem vale mais do que mil palavras, um mapa pode valer um milhão.” A iconografia retratou os autóctones como indivíduos selvagens e primitivos, nos mapas as imagens recorrentes são corte da madeira, de nudez, de guerra intertribal, sensualidade, violência e antropofagia. Todo esse universo de representações surgiu a partir da perspectiva eurocêntrica cristã, mercantilista e colonialista.

“... a representação é algo que se deve, sem dúvida, à ambigüidade do termo. Por um lado, a representação faz às vezes à realidade como uma realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto sugere a presença.”²⁷⁸

Essa pesquisa analisou cartógrafos que serviam aos monarcas, eram significativos, onde a profissão era passada de geração, tais como Lopo Homem e Diogo Homem. Pedro Reinel, oriundo de uma família de cosmógrafos da corte. Debruçamo-nos sobre a produção de Diogo Ribeiro, que mesmo sendo português serviu também ao rei de Espanha. Nesse sentido, o que concluímos que estes personagens icônicos tinham responsabilidade no momento que ilustrava as populações autóctones. Mapas manuscritos carregavam peso de segredo de Estado, encaminhados à elite metropolitana que colonizaria as terras da América.

Dentre muitos mapas analisados, o alvo desse estudo foram os portugueses, devido ao processo colonial. Usar as ilustrações da cartografia e cruzar com fontes de viajantes demonstraram que a visão deturpada a respeito dos índios, causou o estranhamento e a legitimação de conquista e extermínio através da guerra justa. Essas imagens estavam representando cenas reais da colônia e também uma realidade vista apenas pelo europeu, porque para o índio não havia problema em seus costumes. A

²⁷⁷ MONMONIER, Mark. *How to lie with maps*. The University of Chicago Press, Ltd., London. Second edition published, 1996

²⁷⁸ GUINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: Nove Reflexões Sobre a Distância*. Companhia das Letras, 2001, p. 85.

produção na colônia foi uma via de mão única, o olhar dominante do português. Segundo Roberto Gambini, “de uma perspectiva histórica, é natural que uma imagem negativa de homem primitivo devesse existir, pois o contraste assegurava ao civilizador a confirmação de sua duvidosa superioridade.”²⁷⁹

Ao longo do século XVI foi produzido um número considerável de documentos retratando os indígenas com a visão do europeu, isto contribuiu para a formação de um estereótipo de que estes povos bárbaros necessitavam de uma missão civilizadora. Observamos textos de Nóbrega, Staden, Gândavo e Souza, a fim de extrair a visão desses ‘moradores’ da colônia e como tal, relacionaram-se com os índios. As imagens nos mapas e as narrativas de cronistas e missionários criaram uma realidade sobre os autóctones.

O real e verossímil era o discurso do colonizador, o escritor Michel de Montaigne questionou essas histórias: “Eles [os cronistas] nunca apresentam as coisas como elas realmente são e sim as distorcem e as disfarçam a fim de conformá-las ao ponto de vista do qual eles as viram; e para ganhar credibilidade em suas opiniões e torná-las atrativas, eles não se importam em adicionar a elas algo a partir deles próprios ou estender e amplificá-las.”²⁸⁰ Montaigne questionou a veracidade e integridade dos textos, até que ponto essas informações seriam fidedignas. Qual seria a realidade do Novo Mundo? A linha entre o real e o imaginado é muito tênue nesse momento. “O real é a interpretação que os homens atribuem à realidade. O real existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida [...] As ideias são representações mentais das coisas concretas e abstratas. Essas representações nem sempre são símbolos, pois como as imagens podem ser apenas sinais ou signos de referência [...]”²⁸¹

Como fundamentar uma política colonialista num território com milhões de pessoas que precisavam aceitar esse domínio? Usar um discurso de habitantes cruéis e avessos à moral. As representações dos nativos expressavam mais que o medo do europeu, significava a ótica dominante. Porque o português cometeu atrocidades com os

²⁷⁹ GAMBINI, Roberto. O Espelho Índio – Os Jesuítas e a Destruição da Alma Indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p.122.

²⁸⁰ MONTAIGNE, Michel de. *Essays* (1580). Tradução e introdução de J. M. Cohen. Londres: Penguin Books, 1993, p.108.

²⁸¹ LAPLANTINE, F & TRINDADE, L. *O que é Imaginário?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. p. 3

nativos e estes atos não eram pintados nos mapas e poucas vezes foram explicito pelos missionários e alguns cronistas. Um discurso ambíguo aparece na cartografia lusitana quinhentista, a imagem do nativo trabalhador, passivo e colaborativo com o domínio colonial; outros momentos surgem corpos pendurados em galhos e membros humanos em fogueiras sendo assados. Lembrando as expressões de Hans Staden, quando narrou se convívio entre os tupinambás.

Analisamos mapas portugueses e não-portugueses do século dezesseis, que se enquadram no contexto das descobertas e conquistas desse período, movido por uma grande produção cartográfica, que teve entre os lusitanos o esplendor dessa produção. Não obstante, cabe ressaltar a influência dos interesses político-econômicos nas mudanças ocorridas na vida das populações indígenas. Finalizando essa pesquisa, percebemos que o discurso embutido nos mapas, através das imagens, serviram para apoiar desumanidades cometidas aos nativos da terra.

“[...] o fato brutal da invasão e da ocupação dos territórios habitados pelos povos classificados como ‘selvagens’, invasão e ocupação sempre acompanhadas dos massacres e da espantosa variedade de atrocidades praticadas pelos espanhóis e portugueses em todas as partes onde estiveram [...] uma teoria da guerra aplicada a ‘política católica’ da monarquia portuguesa na conquista territorial [...]”²⁸²

Em suma, o peso do universo cultural para a compreensão da visão do colonizador sobre o colonizado, ou seja, a concepção que o europeu fez do ameríndio na cartografia. Podemos entender que as representações imagéticas contribuíram para a aculturação e genocídio em massa das populações ameríndias. As imagens estereotipadas que estudamos foram reflexo da pouca importância as questões sócio-culturais das populações autóctones e o descrédito a identidade dos mesmos.

²⁸² HANSEN, João Adolfo. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAIS, Aduato (Org.). A Descoberta do Homem e do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.350-351

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS – MAPAS:

APIANO, Pedro. Charta cosmographica, 1551

CANTINO – *Planisfério*, 1502

DESCELLIERS, Pierre. [Mapa mundi], - 1546

GASTALDI, Giacomo. Brasil, 1556

GUTIÉRREZ e COCK, *Americae Sive Quartae Orbis Partis...* , 1562

FERNANDES, Pero. [Mapamundi], 1545

HEREFORD. Mapa mundi , [séc.XIII]

HOLBEIN, Hans. *Novus Orbis Regiun*,1532

HOMEM, Diego. Carta náutica - 1570

HOMEM, Diogo. *Mundo Novo*, 1565

_____Atlas de Diogo Homem, de 1558

HOMEM, Lopo e REINEL, Pedro. *Terra Brasilis*, 1519

HULSIUS, Levinus. *Mapa da América Meridional*, 1599

KUNSTMAN, [c.1503-1506]

LIÉBANO, Baeto de. *Mapa-mundi do Século XI*

LOPES Sebastião. [Carta de Sebastião Lopes], 1558

Mapa de Ebstorf, de 1235

Mapa de Ga-sur, de 2500a.C

Mapa-Mundi, Século XII

MAGNUS, Olaus. *Carta Marina et descriptio septemtrionalium terrarum ac mirabilium*, 1539

MERCATOR. *Nova et aucta orbis Terrae descriptio ...*, 1569

MÜNSTER, Sebastian *Typus orbis universalis*, 1552

_____. *Tavola dell 'isole nuove*, 1554

PLANCIUS, Petrus. *Orbis Terrarum Typus*, 1594

RALEIGH, Walter - Kurze Wunderbare Beschreibung...1594

RIBEIRO, Diogo. Carta Universal [Mapamundi], 1529

RUSCELLI, Girolamo. Brasil Nuova Tavola , 1574

SCHEDEL, Hartmann. Secunda eras mund, 1493

SEVILHA, Santo Isidoro de.Orbis Terrarum, [séculos VI e VII]

WALDSEEMÜLLER, Martin - *Tabula Terre Nova*, 1513

FONTES PRIMÁRIAS – LIVROS:

ANCHIETA, José de. Cartas: correspondência ativa e passiva, obras completas. Org. H.Viotti. São Paulo: Loyola, 1984. v.6.

ANCHIETA, José de. Recebimento que Fizeram os Índios de Guaraparim ao Padre Provincial Marçal Beliarte .In: CARDOSO, P.A. (Org.). Teatro de Anchieta. São Paulo: Loyola, 1977.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El Rey Dom Manuel (1500).Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El-Rei Dom Manuel Sobre o Achamento do Brasil(1500). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1974.

CASAS, Bartolomeu de Las. Historia de las Índias. México: Fondo de Cultura Econômica, 1951. 3 v.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira História do Brasil: História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. Tratado da Terra do Brasil e história da Província de Santa Cruz (1576). São Paulo: Ed. Itatiaia e EdUSP, 1980.

LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil.São Paulo: [s.n.], 1954. v.2

_____. Nóbrega e a Fundação de São Paulo.Lisboa: Instituto de

Intercâmbio Luso-Brasileiro, 1953.

LÉRY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil (1578).São Paulo: EdUSP, 1980.

MONTAIGNE, Michel de. Essays (1580).Tradução e introdução de J. M. Cohen. Londres: Penguin Books, 1993.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil e Mais Escritos. Introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955.

_____. Diálogo Sobre a Conversão do Gentio (1557-1558). Preliminares e anotações históricas e críticas de Serafim Leite. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1954.

_____. Cartas do Brasil, Cartas Jesuíticas I. São Paulo: Itatiaia e EdUSP, 1988.

POLO, Marco. *As viagens de Marco Polo*. Ed. Nova Fronteira. 1986.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil (1587)*. Dir. Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil(1557)*. Trad. Angel Bojadsen e introdução de Eduardo Bueno. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

THÉVET, André . *A Cosmografia Universal De Andre Thevet, Cosmografo Do Rei*. Editora Batel, RJ, 2009. 1ª ed.

_____. *As singularidades da França Antártica(1557)*.São Paulo: Itatiaia: EdUSP, 1978.

FONTES SECUNDÁRIAS:

ADONIAS, Isa. *MAPA: imagens da formação territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALBUQUERQUE, Luís de, «Escola de Sagres», *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AZEVEDO, Ana Maria de. O Índio Brasileiro: O “Olhar” Quinhentista e Seiscentista. In:

CRISTÓVÃO, Fernando (Coord.). *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Coimbra: Almedina: CLEPUL, 2002.

BAGROW, Leo. *History oh Cartography*. London. C.A. Watts e Co. LTDA, 1964.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura popular na Idade Media e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BAXANDAL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência na Itália da renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

BESSA FREIRE, José R. *Os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora UERJ, 1998.

_____. *Cinco Ideias Equivocadas Sobre os Índios*. Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano, Manaus, n. 1, 2000

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)*. Vol.I Círculo de Leitores. Lisboa, 1998

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. vol. I, São Paulo, Metalivros, 1999
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. RJ, Ed. Elsevier, 1997.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009
- CASTRO, Silvio. *A Carta de Pero Vaz de Caminha: O Descobrimento do Brasil*. RS: Ed. L&PM POCKET, 2000.
- CHAUNU, Pierre. *Expansão européia do século XIII ao XV*. MG, Editora: Pioneira, 1978
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CORTESÃO, Armando, "Cartografia portuguesa e a Geografia de Ptolomeu", in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, V. XXXVI, 1964.
- CORTESÃO, A. & TEIXEIRA DA MOTA, A. *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*. Lisboa: s. n., 1960
- _____. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1960.
- CRISTOVÃO, Fernando (Coord.). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens – Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina e CLEPUL, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens dos índios do Brasil – O Século XVI*. In: *Revista de Estudos Avançados da USP*, n 10, 1990.
- DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DEL PRIORE, Mary. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história dos monstros do Velho e do Novo Mundo (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DUZER, Chet Van. *Sea Monsters on Medieval and Renaissance Maps*. Editora: British Library, UK, 2005
- EDSON, Evelyn. *Mapping time and space: How medieval mapmakers viewed their world*. Londres: The British Library, 1997.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- FABIAN, Johannes. *Memory Against Culture: Arguments and Reminders*. Durham: Duke University Press, 2007.
- _____. *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*. New York: Columbia University Press. Thomas, Nicholas, 1983.

FOUCAULT, Michael. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Campinas: Loyola, 1996.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Visões do Rio de Janeiro colonial. Antologia de Textos (1531-1800). Rio de Janeiro: EDUERJ/José Olympio Editora. 2000

_____. Outras visões do Rio de Janeiro colonial. Antologia de Textos (1582-1808). Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

GAMBINI, Roberto. O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1973.

GOMBRICH, E.H. *Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia e representação pictórica*. 4ª Edição, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

GOULÃO, M^a José. Do Mito Do Homem Selvagem à Descoberta do ‘Homem Novo’: A Representação do Negro e do Índio na Escultura Manuelina. In: *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: Portugal e Espanha entre a Europa e Além-mar*. Universidade de Coimbra, 1992.

GUEDES, Max Justo. *A Cartografia Impressa do Brasil 1500-1922: os mapas mais influentes*. Rio de Janeiro, Capirava Editora, 2012.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HASSIG, Debra. The iconography of rejection: jews and other monstrous races. In: *IMAGE and Belief*. Princeton: Ed. Colum Hourihane, 1999.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the Map. *Cartographica*, v.26, n.2, 1989.

_____. *La Nueva Naturaleza de los mapas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Madrid, S.L. Fondo de Cultura Econômica de Espanha, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, (1969). *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2aed. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996

KNAUSS, Paulo. *Brasil: uma cartografia*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2010.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com Imagens: arte e cultura visual. *ARTCULTURA*, Uberlândia, v.3 n.12

KRUS, Luis. O Imaginário Português e os Medos do Mar. In: *A Descoberta do Homem e do Mundo*. FUNARTE, Cia Das Letras: SP, 1998.

- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Trad. Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LE GOFF. *A Nova História*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011
- _____. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Portugal Edições 70-Brasil, 1990.
- _____. *Para outra Idade Media: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Editora: Vozes, 2013
- LESTRINGRNT, Frank. A espera do outro. In: *A Outra Margem do Ocidente*. FUNARTE, Cia Das Letras: SP, 1999.
- MAGALHÃES. Revista Oceanos , nº 46. Ilhas Fantásticas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, abril/junho de 2001.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MEIRELLES, William Reis. História das imagens: uma abordagem, múltiplas facetas. *Revista Pós-História*, n.3, 1995
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTO, Zélia M^a Neves. *Antropologia. Uma introdução*. São Paulo: Ed. Atlas, 2006, 6^a edição.
- MICELI, Paulo (Org.). *O Tesouro dos Mapas. A cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.
- MONMONIER, Mark. *How to lie with maps*. The University of Chicago Press, Ltd., London. Second edition published, 1996
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Revista Tempo e Presença*, CEDI, Ano 16, n. 273,
- _____. “A transformação de São Paulo indígena, século XVI”. In: *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- NOVAIS, Adauto. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras , 1999
- OLIVEIRA, Ceurio. *Curso de Cartografia Moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: ‘pacificação, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- _____. *Os Primeiros Brasileiros*. MN/UFRJ, LACED.
- PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. SP, Ed. Perspectiva, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percurso em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma Outra História: Imaginando o imaginário*. Revista Brasileira de História. SP, vol.15, nº 29, 1995.
- PIGAFETTA, Antonio. *A primeira viagem ao redor do mundo: o diário da expedição de Fernão de Magalhães*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1996
- REIS, Daniel Aarão. (Org.) *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- Revista Cadernos de História, 2013, nº21
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 2ª ed.
- SANTAELLA, Lucia. *Imagem: cognição, semiótica e mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- SCHWARTZ, Seymour e EHRENBERG, Ralph. *The mapping of America*. Nova York: Harry N. Abram Inc., 1980.
- SOUZA, Laura de Melo e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- TATSCH, Flavia Galli, *Da palavra à imagem: a alegoria da América no imaginário europeu*. Ideias, vol. 13, n. 2, Campinas, 2006
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI e XVII*. Manaus: Valer, 2009
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____ (org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VARGAS, Héctor Mendoza. *Mapas da Metade do Mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI-XIX*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Lisboa/Ciudad de México, 2010

WEHLING, Arno e WEHLING, M^a José C. de M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

WOODWARD, David (eds). *The history of cartography; cartography in prehistoric, ancient and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987

ZIEBELL, Zinka. *Terra de Canibais*. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 2002

LIVROS OU ARTIGOS DIGITAIS:

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)*. Vol 1. Circulo de Leitores. Lisboa. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart986543_544/cart986543_544.htm

Debret, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. “Los inclusi del Nuevo Mundo: cartografia y canibalismo en el siglo XVI” In: BECERRA, Virgilio; VIGNOLO, Paolo (eds). *Tierra Firme: El Darién en el imaginario de los conquistadores*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, ICANH, 2011

GIMENEZ, J. C. *A presença do imaginário medieval no Brasil colonial: descrição dos viajantes*. Disponível em: <http://periodicos.uem.br>.

HARLEY, John Brian. *Mapas, saber e poder*. Confins [Online], 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>

HESPANHA, Antonio Manuel. Os modelos Constitucionais da Colonização Portuguesa. In: VENTURA, Maria da Graça. *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997 p.21-22 Faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de Paris. Fac-símele disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.pdf

HOLBEIN, Hans. *Novus Orbis Regionum ac insularum veteribus incognitarum: unà cum tabula cosmographica, [et] aliquot aliis consimilis argumenti libellis, quorum omnium catalogus sequenti patebit pagina*. Parisiis [Paris, França] : Apud Joannem Parvum ..., 1532. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813619/or813619.pdf

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. Para saber mais, acesse: FRANCA, V. G. *O imaginário medieval bestiário em “Viagem à terra do Brasil” de Jean de Léry*. Em: <http://www.uem.es.html>

NIMUENDAJU, Curt. IBGE. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. - Rio de Janeiro : IBGE, 1981. http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone-Moises. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P.21 Disponível em: <http://www.ufscar.br/~igor/wp-content/uploads/tod.pdf>

VELOSO FILHO, F. A forma, dimensões e feições gerais da Terra: da antiguidade ao renascimento. Mercator, Fortaleza, volume 9, número 18, p. 183 a 194, janeiro/abril, 2010. Disponível em: http://www.lethist.lautre.net/img_cartes/mercator_1569.

BRY, Theodor DE, 1528-1598. [América]. Das VII. Theil America. Warhafftige unnd liebriche Beschreibung etlicher furnemmen indianischen Landschafften und Insulen die ... [Livro] : erstlich in der Schiffart Ulrici Schmidts ... ekiindigt, und von fhm selber ... beschrieben ... An tag gebracht durch Dieterich von Bry [Frankfurt, Alemanha] : Off. Theodori de Bry, 1597. Faz parte do acervo do setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or824616/or824616.pdf

ANEXO 1

Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548
Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9.²⁸³

Eu, ElRei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitánias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios, e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes; e por ser informado que a Bahia de todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abastança e saúde da terra, e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento, e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e todo o mais que for necessário. E pela muita confiança que tenho em vós, que em caso de tal qualidade e de tanta importância me sabereis servir com aquela fidelidade e diligência, que se para isso requer, hei por bem de vos enviar por Governador às ditas terras do Brasil, no qual cargo e assim no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte, da qual fortaleza e terra da Bahia vós haveis de ser Capitão:

1 – Ireis por Capitão-mor da dita armada e fareis vosso caminho diretamente à dita Bahia de todos os Santos, e na dita viagem tereis a maneira que levais por outro Regimento.

2 – Tanto que chegardes à dita Bahia, tomareis posse da cerca que nela está, que fez Francisco Pereira Coutinho, a qual sou informado que está povoada de meus vassalos e que é favorecida de alguns gentios da terra e está de maneira que pacificamente, sem resistência, podereis desembarcar e aposentar-vos nela com a gente que convosco vai; sendo caso que a não acheis assim e que está povoada de gente da terra, trabalhareis pela tomar o mais a vosso salvo e sem perigo da gente que puder ser; fazendo guerra a quem quer que vos resistir, e o tomardes posse da dita cerca será em chegando ou depois, em qualquer tempo que vos parecer mais meu serviço.

²⁸³Disponível em:

http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3_Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf

3 – Tanto que estiverdes na posse da dita cerca, mandareis reparar o que nela está feito e fazer outra cerca junto dela, de valos e madeira ou taipal, como melhor parecer, em que a gente possa estar agasalhada e segura, e como assim estiver agasalhado, dareis ordem como vos provejais de mantimentos da terra, mandando-os plantar, assim pela gente que levais como pela da terra, e por qualquer outra maneira por que se melhor puderem haver, e, porém, se vos parecer que será mais meu serviço desembarcardes no lugar onde se houver de fazer a fortaleza, fá-lo-eis assim.

4 – Ao tempo que chegardes à dita Bahia, fareis saber, por todas as vias que puderdes, aos Capitães as Capitánias das ditas costas do Brasil, de vossa chegada, e eu lhes tenho escrito que tanto que souberem vos enviem toda ajuda que puderem de gente e mantimentos e as mais cousas que na terra tiverem; das que vos podem ser necessárias, e que notifiquem a todas as pessoas que estiverem nas ditas Capitánias e tiverem terra na dita Bahia de todos os Santos, que as vão povoar e aproveitar nas primeiras embarcações que o forem para a dita Bahia, com a declaração de que não indo nas ditas primeiras embarcações perderão o direito que nelas tiverem e se darão a outras pessoas que as aproveitem, e que da dita notificação façam autos e vo-los enviem.

5 – Eu sou informado que a gente que possui a dita terra da Bahia é uma pequena parte da linhagem dos Tupinambás, e que poderá haver deles nela, de cinco até seis mil homens de peleja, os quais ocupam ao longo da costa, para a parte do Norte, até Totuapara, que são seis léguas, e pelo sertão até entrada do Peraçuu, que serão cinco léguas, e que tem dentro da dita Bahia a Ilha de Taparica e outras três mais pequenas, povoadas da dita nação, e que a dita terra e muito aparelho para em pouco tempo, com gente bem ordenada, se lhe poder tomar, por ser escampada e de bom serviço, e ter poucas serras e matos; e assim sou informado que no ano de quarenta e cinco, estando Francisco Pereira Coutinho por Capitão da Bahia, alguma gente lhe fez guerra e o lançou da terra e destruiu as fazendas e fez outros muitos danos aos Cristãos, de que outros tomaram exemplo e fizeram o semelhante em outras Capitánias, e que alguns outros gentios da dita Bahia não consentiram, nem foram no dito alevantamento, antes estiveram sempre de paz, e estão ora em companhia dos Cristãos e os ajudam, e que assim estes que aí estão de paz, como todas as outras nações da costa do Brasil, estão esperando, para ver o castigo que se dá aos que primeiro fizeram os ditos danos; pelo que cumpre muito a serviço de Deus e meu, os que assim se alevantaram e fizeram guerra serem castigados com muito rigor; portanto vos mando que, como chegardes à dita Bahia, vos informeis de quais são os gentios que sustentaram a paz e os favoreçais de maneira que, sendo-vos necessário sua ajuda, a tenhais certa. E tanto que a dita cerca for reparada e estiverdes provido do necessário, e o tempo vos parecer disposto para isso, praticareis, com pessoas que o bem entendam, a maneira que tereis para poder castigar os culpados, o mais a vosso salvo, e com menos risco da gente que puder ser, e como assim tiverdes praticado, o poreis em ordem, destruindo-lhes suas aldeias e povoações, e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que abasta para seu castigo e exemplo de todos, e daí em diante, pedindo-vos paz, lha concedais, dando-lhes perdão; e isso, porém, será com eles ficarem reconhecendo sujeição e vassalagem, e

com encargo de darem em cada ano alguns mantimentos para a gente da povoação; e no tempo que vos pedirem paz, trabalhareis por haver a vosso poder alguns dos principais que foram no dito levantamento, e estes mandareis, por justiça, enforçar nas aldeias donde eram principais.

6 – Porque sou informado que a linhagem dos Tupiniquins destas Capitánias são inimigos dos da Bahia e desejam de serem presentes ao tempo em que lhes houverdes de fazer guerra, para ajudarem nela, e povoarem alguma parte da terra da dita Bahia, e que, para isso, estão prestes, escrevo também aos ditos Capitães que vos enviem alguma gente da dita linhagem, e assim mesmo lhes escrevereis e lhes mandareis dizer que vos façam saber como a terra stá, e da gente, armas e munições que têm, e se estão em paz ou em guerra; e se têm necessidade de alguma ajuda vossa; e aos Cristãos e gentios que das ditas Capitánias vierem, fareis bem agasalhar, e os favorecereis de maneira que folguem de vos ajudar, enquanto tiverdes deles necessidade. E, porém, os gentios se agasalharão em parte onde não possam fazer o que não devem, porque não é razão que vos fieis deles, tanto que disso possa seguir algum mau recado; e tanto que os puderdes escusar, os expedireis; e se alguns dos ditos gentios quiserem ficar na terra da dita Bahia, dar-lhes-eis terra para sua vivenda, de que sejam contentes, como vos bem parecer.

7 – E assim sou informado que o lugar em que ora está a dita cerca não é conveniente para se aí fazer e assentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça, e que será necessário fazer-se em outra parte mais para dentro da dita Bahia. E portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica a terra, vejais, com pessoas que o bem entendam, o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte, e que se possa bem defender, e que tenha a disposição e qualidades para aí, por o tempo em diante, se ir fazendo uma povoação grande; e tal convém que seja, para dela se proverem as outras Capitánias como, com ajuda de Nosso Senhor, espero que esta seja, e deve de ser em sítio sadio e de bons ares, e que tenha abastança de água e porto em que bem possam amarrar os navios e vararem-se quando cumprir, porque todas estas qualidades, ou as mais delas que puderem ser, cumpre que tenha a dita fortaleza e povoação; por assim ter assentado que dela se favoreçam e provejam todas as terras do Brasil. E no sítio que vos melhor parecer, ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes, conformando-vos com as traças e amostras que levais; praticando com os oficiais que para isso lá mando, e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam; e para esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais, assim pedreiros e carpinteiros, como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo; e para se poder começar a dita fortaleza, vão, nos navios desta Armada, algumas achegas, e não achando na terra aparelho para se a dita fortaleza fazer de pedra e cal, far-se-á de pedra e barro ou taipais ou madeira, como melhor puder ser, de maneira que seja forte; e como na dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça que seguramente vos podereis nela recolher e agasalhar com a gente que levais, vos passareis a ela, deixando, porém, na dita cerca que está feita, alguma gente que a baste para a povoar e defender.

8 – Porque minha tenção é que a dita povoação seja tal, como atrás fica declarado, hei por bem que ela tenha de termo e limite seis léguas para cada parte, e sendo caso que por alguma parte não haja as ditas seis léguas, por não haver tanta terra, chegará o dito Termo até onde chegarem as terras da dita Capitania, o qual termo mandareis demarcar, de maneira que, em todo tempo, se possa saber por onde parte.

9 – Tanto que tiverdes assentada a terra para seguramente se poder aproveitar, dareis de sesmária as terras que estiverem dentro no dito termo, às pessoas que vo-las pedirem, não sendo já dadas a outras pessoas que as queiram ir povoar e aproveitar, no tempo que lhes para isso há-de-ser notificado, as quais terras dareis livremente, sem foro algum; somente pagarão o dízimo à ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, e com as condições e obrigações de foral dado às ditas terras, e de minha Ordenação, no quarto livro, título das sesmarias, com condições que resida na povoação da dita Bahia ou das terras que lhes assim forem dadas três anos, dentro do qual tempo as não poderão vender, nem enlhear, e não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que boamente, e segundo sua possibilidade, vos parecer que poderá aproveitar; e se as pessoas que já tiverem terras dentro no dito termo assim aquelas que se acharem presentes na dita Bahia, como as que depois forem a ela, dentro no tempo que lhes há-de-ser notificado, quiserem aproveitar as ditas terras que já tinham, vós lhas tornareis a dar de novo, para as aproveitarem, com a obrigação acima dita, e não indo alguns dos ausentes, dentro no dito tempo que lhes assim há-de-ser notificado, aproveitar as terras que antes tinham, vós as dareis, pela dita maneira, a quem as aproveite; e este capítulo se trasladará nas cartas das ditas sesmarias.

10 – As águas das ribeiras que estiverem dentro do dito termo em que houver disposição para se poderem fazer engenhos d'açúcares, ou d'outras quaisquer cousas, dareis de sesmarias livremente, sem foro algum; e as que derdes para engenho d'açúcares, será a pessoas que tenham possibilidade para os poderem fazer (dentro no tempo que lhes limitardes), que será o que vos bem parecer. E para serviço e manejo dos ditos engenhos e açúcares, lhes dareis aquela terra que para isso for necessária, e as ditas pessoas se obrigarão a fazer, cada um em sua terra, uma torre ou casa forte, da feição e grandura que lhes declarardes nas cartas, e será a que vos parecer, segundo o lugar em que estiverem, que abastarão para segurança do dito engenho, e povoadores de seu limite. E assim se obrigarão de povoarem e aproveitarem as ditas terras e águas, sem as poderem vender, nem trespassar a outras pessoas, por tempo de três anos. E nas ditas cartas de sesmarias, que lhes assim passardes, se trasladará este capítulo.

11 – Além da terra que a cada engenho haveis de dar para serviço e manejo dele, lhe limitareis a terra que vos bem parecer, e o senhorio dela será obrigado de, no dito engenho, lavar aos lavradores as canas que no dito limite houverem de suas novidades, ao menos seis meses do ano que o tal engenho lavar. E por lhas lavar, levarão os senhorios dos ditos engenhos aquela parte que pela informação que lá tomareis, vos parecer bem; de maneira que fique o partido favorável aos lavradores, para eles, com melhor vontade, folgarem de aproveitar as terras; e com esta obrigação e declaração do partido a que hão de lavar as ditas canas, se lhes passarão suas cartas de sesmarias.

12 – Se as pessoas a que foram dadas algumas águas, no dito termo, antes de se despovoar a dita Bahia, assim presentes como ausentes, quiser em fazer obrigação de as tomar com as condições e de maneira que acima é declarado, lhas dareis, requerendo-vo-lo dentro no dito tempo que lhes for limitado; e não vo-lo requerendo no dito tempo, as dareis com as ditas condições a pessoas que tenham possibilidade para fazer os ditos engenhos, pela maneira e condições sobreditas.

13 – Quanto às terras e águas da dita Capitania, que estão fora do termo que ora ordeno à dita povoação, até o Rio São Francisco, por onde parte com a Capitania de Duarte Coelho, vos informareis que terras são e que rios e águas há nelas, e quantos, e que disposição tem para se poderem fazer engenhos d’açúcares e outras benfeitorias; e se vo-las pedem algumas pessoas, e quanta parte cada uma pede, e que benfeitorias se quer obrigar a fazer nelas; escrever-me-eis tudo, muito declaradamente, com vosso parecer, da maneira que será mais meu serviço darem-se as ditas terras, para se melhor poderem povoar e aproveitar; e quanta parte se deve de dar a cada pessoa, e com que obrigação e jurisdição, para vos eu nisso mandar o que houver por bem que façais.

14 – Hei por bem, que por tempo de cinco anos, se não possa dar novamente, na dita Capitania da Bahia, terras, nem águas de sesmaria a pessoa alguma das que ora são moradores nas outras Capitánias, nem as tais pessoas se possam, dentro no dito tempo, vir delas povoar a dita Capitania da Bahia, salvo as pessoas que nela já tiverem terras tomadas de sesmaria, porque essas poderão vir das outras Capitánias, onde estiverem, aproveitar as ditas terras.

15 – Porque será meu serviço haver na dita Bahia alguns navios de remo para serviço da terra e defesa do mar, hei por bem e vos mando, que com a mais brevidade e diligência que puderdes, ordeneis com que se façam os que vos parecerem necessários; da grandura e feição que virdes que convém; e para a obra deles levais oficiais, e, dos meus armazéns, as munições necessárias. E como os ditos navios forem feitos, os mandareis armar e aparelhar para servirem onde cumprir, e procurareis buscar lugar conveniente em que estejam varados, o tempo que não houverem d’andar no mar.

16 – Eu sou informado que os gentios que habitam ao longo da costa da Capitania de Jorge de Figueiredo, da Vila de São Jorge até a dita Bahia de todos os Santos, são da linhagem dos Tupinambás, e se alevantaram já, por vezes, contra os Cristãos e lhes fizeram muitos danos, e que ora estão ainda alevantados e fazem guerra, e que será muito serviço de Deus e meu serem lançados fora dessa terra, para se poder povoar, assim dos Cristãos, como dos gentios da linhagem dos Tupiniquins, que dizem que é gente pacífica; que se oferecem a os ajudar a lançar fora, e a povoar e defender a terra; pelo que, vos mando que escrevais à pessoa que estiver por Capitão na dita Capitania de Jorge de Figueiredo, e a Afonso Álvares, Provedor de minha Fazenda, em ela, e a algumas outras pessoas que vos bem parecer que venham à dita Bahia. E tanto que nela forem, praticareis com ele e com quaisquer outras pessoas, que nisso bem entendam, a

maneira que se terá para os ditos gentios serem lançados da dita terra; e o que sobre isso assentardes, poreis em obra, tanto que vos o tempo der lugar as puderdes fazer.

17 – Com os gentios das terras Peraçuí, e de Totuapara, e com quaisquer outras nações e gentios que houver na dita Capitania da Bahia, assentareis paz e trabalhareis por que se conserve ou sustente, para que nas terras que habitam, possam seguramente estar Cristãos e aproveitá-las; e quando suceder algum alevantamento, acudireis a isso e trabalhareis por as pacificar, tudo o melhor que puderdes, castigando os culpados.

18 – Tanto que os negócios que na dita Bahia haveis de fazer, estiverem para os poderdes deixar, ireis visitar as outras Capitánias, e deixareis na dita Bahia, em vosso lugar, por Capitão, uma pessoa de tal qualidade e recado, que vos pareça conveniente para isso, ao qual dareis por Regimento o que deve fazer em vossa ausência; e vós, com os navios e gente que vos bem parecer, ireis visitar as outras Capitánias. E porque a do Espírito Santo, que é a de Vasco Fernandes Coutinho está alevantada, ireis a ela, com a mais brevidade que puderdes, e tomareis informação por o dito Vasco Fernandes; por quaisquer outras pessoas que vos disso saibam dar razão da maneira que estão com os ditos gentios, e o que cumpre fazer-se para se a dita Capitania tornar a reformar e povoar. E o que assentardes poreis em obra, trabalhando tudo o que for em vós, por que a terra se assegure e fique pacífica e de maneira que ao diante se não alevantem mais os ditos gentios; e na dita Capitania do Espírito Santo estareis o tempo que vos parecer necessário para fazerdes o que é dito.

19 – Em cada uma das ditas Capitánias praticareis, juntamente com o Capitão dela, e com o Provedor-mor de minha Fazenda, que convosco há-de-correr as ditas Capitánias, e, assim com o Ouvidor da tal Capitania e oficiais de minha Fazenda que nela houver, e alguns homens principais da terra, sobre a maneira que se terá na governança e segurança a dela, e ordenareis que as povoações das ditas Capitánias, que não forem cercadas, se cerquem, e as cercadas se reparem e provejam de todo o necessário para a sua fortaleza e defesa; e assim ordenareis e assentareis com os ditos oficiais, que as pessoas a que forem dadas, daqui em diante, se derem águas e terras de sesmaria, para se fazerem engenhos, os façam no tempo que lhes limitar o Capitão que lhas der. E que nos assentos das povoações dos ditos engenhos, se façam torres ou casas fortes, e se lhes dê limite de terra, como atrás fica declarado que se faça nas terras da Bahia; e que as pessoas a que se derem terras para as aproveitar as não possam vender, nem trespassar dentro de três anos, e as aproveitem no tempo que manda a Ordenação; e mando aos Capitães que quando derem as tais águas e terras, seja com as ditas obrigações, e o declarem assim nas cartas de sesmarias que lhes passarem, e aos que as já tiverem, se notifique este capítulo, o qual fareis tresladar no livro das Câmaras das ditas Capitánias, para se assim cumprir. E porque se segue muito prejuízo de as fazendas, engenhos e povoações deles se fazerem longe das vilas de que hão de ser favorecidos e ajudados, quando disso houver necessidade, ordenareis que daqui em diante se façam o mais perto das ditas Vilas que puder ser, e aos que vos parecer que

estão longe, ordenareis que se fortifiquem de maneira que se possam bem defender, quando cumprir.

20 – E assim ordenareis que, nas ditas vilas e povoações, se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira, a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar o que houver mister; e assim ordenareis que os Cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles, salvo os senhorios e gente dos engenhos, porque êstes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos. E, porém, parecendo-vos que fará inconveniente pôrem todos os de cada engenho em liberdade para tratar com os ditos gentios, segundo forma deste capítulo, e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça, assim se fará.

21 – E tendo alguns Cristãos necessidade de em alguns dos outros dias que não forem de feira, comprar algumas cousas dos ditos gentios, o dirão ao Capitão que ele dará licença para as irem comprar, quando e onde lhe bem parecer.

22 – Pela terra firme a dentro, não poderá ir tratar pessoa alguma sem licença vossa ou do Provedor-mor de minha Fazenda, não sendo vós presente, ou dos Capitães; e a dita licença se não dará senão a pessoas que parecer que irão a bom recado, e que, de sua ida trato, se não seguirá prejuízo algum. Nem isso mesmo irão de umas Capitánias para outras, por terra, sem licença dos ditos Capitães ou dos Provedores, pôsto que seja por terras que estejam em paz, por evitar alguns inconvenientes que se disso seguem, sob pena de ser açoitado, sendo pião, e sendo de mor qualidade pagará vinte cruzados, a metade para os cativos, e a outra metade para quem o acusar; e os ditos Provedores não darão a dita licença senão em ausência do Capitão.

23 – Porque a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica, vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos Capitães e Oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter; e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem Cristãos; e, para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consintam que lhes seja feita opressão, nem agravo algum; e, fazendo-se-lhes, lho façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos, e as pessoas que lhos fizerem, sejam castigados como for justiça.

24 – Hei por bem que com os ditos Capitães e Oficiais assenteis os preços que vos parecer que honestamente podem valer as mercadorias que na terra houver, e assim as que vão do Reino e de quaisquer outras partes, para terem seus preços certos e honestos, conforme a qualidade de cada terra e por eles se venderem, trocarem ou escambarem.

25 – Quando assim fordes correr as ditas Capitánias, irá convosco Antônio Cardoso de Barros, que envio por Provedor-mor de minha Fazenda às ditas terras do Brasil. E em cada uma das ditas Capitánias, vos informareis se há nelas oficiais de minha Fazenda, e

por que Provisões servem; e não os havendo, vereis se são necessários; sendo-o, os proveis com parecer do dito Provedor-mor de minha Fazenda, para que sirvam até eu deles prover.

26 – E assim vos informareis das Rendas e Direitos que em cada Capitania tenho e me pertencem, e como se arrecadaram e despenderam até agora; o que fareis com o dito Provedor-mor, conformando-vos em tudo com o seu Regimento, em que isto mais largamente vai declarado.

27 – Eu sou informado que nas ditas terras e povoações do Brasil, há pessoas que têm navios e caravelões, e andam neles de umas Capitánias para outras, e que, por todas as vias e maneiras que podem, salteiam e roubam os gentios que estão de paz, e enganosamente os metem nos ditos navios e os levam a vender a seus inimigos e a outras partes, e que, por isso, os ditos gentios se alevantam e fazem guerra aos Cristãos; e que esta foi a principal causa dos danos que até agora são feitos. E porque cumpre muito ao serviço de Deus e meu prover-se nisto, de maneira que se evite, hei por bem que, daqui em diante, pessoa alguma, de qualquer qualidade e condição que seja, não vá saltar, nem fazer guerra aos gentios por terra nem por mar, em seus navios, nem em outros alguns, sem vossa licença ou do Capitão da Capitania de cuja jurisdição for; posto que os tais gentios estejam alevantados e de guerra; o qual Capitão não dará a dita licença senão nos tempos que lhe parecerem convenientes, e a pessoas de que confie que farão o que devem, e o que lhes ele ordenar e mandar. E, indo algumas das ditas pessoas sem a dita licença, ou excedendo o modo que lhes o dito Capitão ordenar, quando lhes der a dita licença, incorrerão em pena de morte natural e perdimento de tôda sua fazenda, a metade para a redenção dos cativos, e a outra metade para quem o acusar; e este capítulo fareis notificar e apregoar em tôdas as ditas Capitánias, e tresladar nos livros das Câmaras delas, com declaração de como se assim apregou.

28 – Os que forem tratar e negociar suas fazendas por mar, de umas Capitánias para outras, em navios seus ou d'outras pessoas: ao tempo que os começarem a carregar, e assim antes de saírem do pôrto, farão saber ao Provedor de minha Fazenda, que estiver na Capitania onde o tal navio se aperceber, para fazer as diligências que lhe em seu Regimento mando, acêrca das mercadorias que se nos ditos navios hão de carregar; e no modo que hão de ter, em as descarregarem nos lugares para onde as levarem.

29 – Hei por bem que daqui em diante, pessoa alguma não faça nas ditas terras do Brasil navio, nem caravelão algum, sem licença, a qual lhe vós dareis nos lugares onde fordes resente, conforme ao Regimento dos Provedores das ditas terras Capitánias, por que lhes mando que dêem a dita licença onde vós não estiverdes; e trabalhareis com as pessoas que vos pedirem licença para fazerem os ditos navios, que os façam de remos; e sendo de quinze bancos ou daí para cima, e que tenham de banco a banco três palmos de guoa; hei por bem que não paguem direitos nas minhas Alfândegas do Reino, de todas as munições e aparelhos que para os ditos navios forem necessários; e fazendo-os de dezoito bancos e daí para cima, hajam mais quarenta cruzados de mercê, à custa da

minha Fazenda, e para ajuda de os fazerem; como todo é contido no Regimento dos ditos Provedores; os quais quarenta cruzados lhes hão de ser pagos das minhas rendas as ditas terras do Brasil, na maneira que se contém no Regimento do dito Provedor-mor.

30 – Parecendo-vos que em alguma das ditas Capitánias se deve de fazer algum navio de remo à custa de minha Fazenda, o mandareis fazer, e o dito Provedor-mor dará ordem como se faça, e assim lhe ordenareis artilharia necessária com que possa andar bem armado, quando cumprir, e tudo se carregará em receita sobre o meu Almoxarife, como se contém no Regimento do dito Provedor-mor.

31 – Porquanto por Direito e pelas Leis e Ordenações destes Reinos, é mandado que se não dêem armas a mouros, nem a outros infiéis, porque de se lhes darem se segue muito desserviço de Nosso Senhor e prejuízo aos Cristãos, mando que pessoa alguma; de qualquer qualidade ou condição que seja, não dê aos gentios da dita terra do Brasil, artilharia, arcabuzes, espingardas, pólvora, nem munições para elas, bestas, lanças e espadas, e punhais, nem manchis, nem foices de cabo de pau, nem facas d’Alemanha, nem outras semelhantes, nem algumas outras armas de qualquer feição, que forem ofensivas, e defensivas; e qualquer pessoa que o contrário fizer, morra por isso, morte natural, e perca todos seus bens; a metade para os cativos e a outra metade para quem o acusar. E mande aos juizes de cada povoação das Capitánias da dita terra do Brasil, que quando tirarem devassa geral, que são obrigados a tirar cada ano sobre os Officiaes, perguntem também por este caso, e achando alguns culpados, procederão contra eles, pela dita pena, conforme as minhas Ordenações. E isto se entenderá em machados, machadinhas, fouces de cabo redondo, podões de mão, cunhas, nem facas pequenas de tachas e tesouras pequenas de dúzias; porque estas cousas poderão dar aos gentios, e tratar com elas, e correrão por moeda, como até agora correram, pelas taxas que lhes foram postas. E este capítulo fareis apregoar em cada uma das ditas Capitánias, e registrar nos livros das Câmaras delas, com declaração de como se assim apregou. E pôsto que se diga que esta defesa se não entenda em machados, machadinhas, fouces de cabo redondo, podões de mão, cunhas ou facas pequenas e tesouras de dúzias, hei por bem que em tudo se entenda a defesa, até eu vos mandar dispensação do Papa, para se poder fazer.

32 – Porque para defensão das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil, é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas para sua segurança: Hei por bem e mando, que os Capitães das Capitánias da dita terra e senhorios dos engenhos e moradores da terra, tenham a artilharia e armas seguintes, a saber: Cada Capitão em sua Capitania, será obrigado a ter ao menos dous falcões e seis berços, seis meios berços, e vinte arcabuzes ou espingardas, e pólvora para isso necessária; e vinte bestas, e vinte lanças ou chuças, e quarenta espadas e quarenta corpos d’armas d’algodão das que na dita terra do Brasil se costumam. E os senhorios dos engenhos e fazendas que por este Regimento hão de ter torres ou casas fortes, terão ao menos quatro berços e dez espingardas, com a pólvora necessária; e dez bestas e vinte espadas, e dez lanças ou chuças e vinte corpos d’armas d’algodão; e todo morador das ditas terras do Brasil que

nelas tiver casas, terras ou águas ou navio, terá ao menos, besta, espingarda, espada, lança ou chuça; e este capítulo fareis notificar e apregoar em cada uma das ditas Capitánias, com declaração de que os que não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas, se provejam delas, da notificação a um ano. E passando o dito tempo, e achando-se que as não têm, pagarão em dobro a valia das armas que lhes falecerem, das que são obrigados a ter; a metade para os cativos e a outra metade para quem os acusar.

33 – O dito Provedor-mor terá cuidado, quando correr as ditas Capitánias, de saber se as pessoas acima declaradas têm as ditas armas, e de executarem as penas sobreditas nos que nelas incorrerem; e quando ele não for correr as ditas Capitánias, fará, em cada uma delas, esta diligência o Provedor de minha Fazenda, que estiver na dita Capitania; e do que o tal Provedor achar, fará autos que enviará ao dito Provedor-mor, para proceder por eles, segundo forma deste capítulo. E querendo algumas das ditas pessoas proverem-se lá das ditas cousas ou de algumas delas, hei por bem que se lhes dêem dos meus armazéns, havendo-as neles, pelos preços que se achar que me lá custam postas; e a dita diligência fará o dito Provedor-mor ou os ditos Provedores, na artilharia e armas que os Capitães são obrigados a ter: e com as outras pessoas farão os ditos Capitães sòmente. Hei por bem que o dito Provedor-mor ou os ditos Provedores façam a dita diligência.

34 – Porque, por bem do foral dado às Capitánias das ditas terras, pertence a mim todo o pau do dito Brasil, e pessoa alguma não pode nele tratar sem minha licença, e ora sou informado que as pessoas a que, por minhas Provisões, tenho concedido licença para poderem trazer alguma quantidade do dito pau, o resgatam por muito maiores preços do que soía e deve de valer, e por o haverem com mais brevidade, encarecem o dito resgate; do que se seguem e podem seguir muitos inconvenientes, hei por bem que em cada Capitania, com o dito Provedor-mor de minha Fazenda, Capitão e Oficiais e outras pessoas que vos bem parecer, pratiqueis a maneira que se deve de ter para que as pessoas a que assim tenho dado as ditas licenças, possam haver o dito pau, com menos prejuízo da terra, que puder ser, e lhes limiteis os preços que por ele houverem de dar nas mercadorias que correrem na terra, em lugar de dinheiro; e o que sobre isso se assenta, se escreverá no livro da Câmara para, daí em diante, se cumprir.

35 – Eu sou informado que muitas pessoas, das que estão nas ditas terras do Brasil, se passam de umas Capitánias a outras, sem licença dos Capitães delas, de que se seguem alguns inconvenientes, e querendo nisso prover, hei por bem que as pessoas que estiverem em qualquer lugar das ditas Capitánias e se quiserem ir para outra alguma, peçam, para isso, licença ao Capitão, a qual lhes ele dará, não tendo, ao dito tempo, tal necessidade de gente, para que lha deva deixar de dar; e quando lhe assim houver de dar a dita licença, se informará primeiro se a tal pessoa viveu ou estêve por soldada ou por qualquer outro partido com alguma outra pessoa, e se cumpriu o tempo de sua obrigação; e achando que o cumpriu e não é obrigado a pessoa alguma, lhe dará a dita licença e lhe passará, para isso, sua certidão, em que o assim declare; e levando a dita certidão, será recolhida em qualquer outra Capitania para onde for; e não a levando, o

Capitão dela o não recolherá, e recolhendo-o, hei por bem que incorra em pena de cinqüenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para quem o acusar; e isto não haverá lugar nos degradados, porque estes estarão sempre nas Capitánias donde foram desembarcar, quando destes Reinos forem levados, sem poderem passar daí para outras Capitánias. Este capítulo se apregoará em cada uma delas, e se registrará nos livros das Câmaras.

36 – Porque uma das principais cousas que mais cumpre, para se as ditas terras do Brasil melhor povoar, é dar ordem, como os corsários que a elas forem, sejam castigados, de maneira que não se atrevam a ir lá; vos encomendo muito, que tenhais especial cuidado, de tanto que souberdes que há corsários em alguma parte da dita costa, ireis a ela com os navios e gente que vos parecer bem, e trabalhareis po-los tomar, e tomando-os, procedereis contra eles de maneira que se contém em uma Provisão minha que, para isso, levais. E não podendo vós ir em pessoa, ou parecendo-vos, por algumas razões, mais meu serviço, não irdes, mandareis em vosso lugar uma pessoa de confiança, que vos bem parecer, ao qual dareis por Regimento o que deve fazer.

37 – E porque, para isto se poder bem fazer e para melhor guarda e defesa do mar e da terra, será necessário haver alguns navios de remo nas Capitánias onde os ditos corsários mais acostumam de ir, vós com o dito Provedor-mor de minha Fazenda, e com os Capitães, Provedores e Oficiais das tais Capitánias, e com as mais pessoas que vos parecer que o bem entendem, praticareis a maneira que se terá para se fazerem os ditos navios de remo e de que tamanho, e em que Capitánias se farão; a maneira de que se poderão suste e prover e armar, quando for necessário; e quantos devem de ser, e a cuja custa se devem de fazer, e que Capitánias recebem disto mais favor, para contribuirem nas despesas para isso; e do que assentardes, fareis auto que me enviareis para, com vossa informação, prover nisso, como houver por meu serviço.

38 – Como fordes na dita Bahia, escrevereis aos Capitães das outras Capitánias, que tanto que souberem que na dita costa há corsários, vo-lo escrevam, informando-se primeiro das velas que são e de que tamanho, e da gente que trazem, e a paragem em que estão, para vos proverdes nisso da maneira sobredita, ou como vos parecer mais meu serviço, e que, entretanto, acudam a isso, tendo aparelho, para os seguramente poderem fazer.

39 – Porque haverei por muito meu serviço, descobrir-se o mais que puder ser, pelo sertão a dentro da terra da Bahia, vos encomendo, que tanto que houver tempo e disposição para se bem poder fazer, ordeneis de mandar alguns bergantins, toldados e em providos do necessário, pelo rio de Peraçu de São Francisco, com línguas da terra e pessoas de confiança, que vão por os ditos rios acima, o mais que puderem à parte do oeste; e para onde for em, ponham padrões e marcos, e de como os puserem, façam assentos autênticos, e assim dos caminhos que fizerem e de todo o que acharem. Do que nisto fizerem e o que suceder, me escrevereis miudamente. Encomendo-vos e mando-vos que as cousas contidas neste Regimento, cumprais e façais cumprir e guardar, como

de vós confio que o fareis. Gerônimo Corrêa o fez em Almeirim, aos 17 de dezembro de 1548.

40 – Se alguns degradados que forem por as ditas partes do Brasil, me servirem lá em navios d’Armada ou na terra, em qualquer outra cousa de meu serviço, para onde vos parecer que devem de ser habilitados para poderem servir quaisquer ofícios, assim de Justiça, como de minha Fazenda, hei por bem que vós os encarregueis dos ditos ofícios, quando houver necessidade de proverdes de pessoas que o sirvam, e isto não se entenderá nos que forem degradados por furtos ou falsidades.

41 – As pessoas que nos ditos navios d’Armada, ou na terra, em qualquer outra cousa de guerra, servirem de maneira que vos pareça que merecem ser feitos cavaleiros, hei por bem que os façais, e lhes passeis provisão de como os assim fizestes, e da causa por que o mereceram.

42 – Quando vos parecer bem a meu serviço, mandardes pagar a algumas pessoas, do ordenado ou soldo que houverem de haver, alguma parte adiantado, ou dardes algumas dádivas a quaisquer pessoas que sejam, hei por bem que o possais fazer, e as dádivas não passarão de cem cruzados por ano.

43 – Posto que em alguns capítulos deste Regimento vos mando que façais guerra aos gentios, na maneira que nos ditos capítulos se contém, e que trabalheis por castigardes os que forem culpados nas cousas passadas; havendo ao pouco entendimento que essa gente até agora tem, a qual cousa diminui muito em suas culpas, e que pode ser que muitos estarão arrependidos do que fizeram, haverei por meu serviço, que conhecendo eles as suas culpas e pedindo perdão delas, se lhes conceda; e ainda haverei por bem que vós, pela melhor maneira que puderdes, os tragais a isso, porque, como o principal intento meu é que se convertam à nossa Santa Fé, logo, é razão que se tenha com eles todos os modos que puderem ser para que o façais assim: e o principal há-de-ser escusardes fazer-se-lhes guerra, porque com ela se não pode ter a comunicação que convém que se com eles tenha, para o serem.

44 – Levareis o treslado da Ordenação por que tenho mandado que em meus Reinos e Senhorios, não possa pessoa alguma, de qualquer qualidade que seja, trazer brocados, nem sedas, nem outras cousas conteúdas na dita Ordenação; e tanto que chegardes à dita Bahia, mandareis logo notificar nela e enviareis o treslado da dita Ordenação, assinado por vós, às outras Capitánias, para que se publique nelas e se guarde inteiramente. E da dita notificação se fará auto em cada Capitania, o qual se transladará com a dita Ordenação no livro da Câmara, para do dia da notificação em diante se executarem as penas da dita Ordenação, nas pessoas que nelas incorrerem.

45 – Porque parece que será grande inconveniente, os gentios, que se tornarem cristãos morarem na povoação dos outros, e andarem misturados com eles, e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-se de sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem Cristãos morem juntos, perto das

povoações das ditas Capitâneas, para que conversem com os ditos Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé. E aos meninos, porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam Cristãos, e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios; e aos Capitães das outras Capitâneas direis, de minha parte, que lhes agradecerei muito ter cada um cuidado de assim o fazer em sua Capitania; e os meninos estarão na povoação dos portugueses, e em seu ensino folgaria de se ter a maneira que vos disse.

46 – Quando sucederem algumas cousas que não foram providas por este Regimento, vos parecer que cumpre a meu serviço pôrem-se em obra, vós as praticareis com os meus oficiais e com quaisquer outras pessoas que virdes que nelas vos poderão dar informação ou conselho, e com seu parecer as fareis. E sendo caso que vós sejais em diferente parecer do seu, hei por bem que se faça o que vós ordenardes, e das tais cousas se fará assento, em que se declarará as pessoas com as práticas e o parecer delas e o vosso, para mo escreverdes, com as primeiras cartas que, após isso, me enviardes.

ANEXO 2

Senhor:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer.

Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo:

A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, 9 de março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã- Canária, e aliandamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da ilha de S. Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz.

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças — ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitos à terra, indo os navios pequenos diante, por dezessete, dezesseis, quinze,

catorze, treze, doze, dez e nove braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor, onde falaram entre si. E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens.

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

Na noite seguinte, ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus, e especialmente a capitânia. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar âncoras e fazer vela; e fomos ao longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados à popa na direção do norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nos demorássemos, para tomar água e lenha. Não que nos minguassem, mas por aqui nos acertarmos.

Quando fizemos vela, estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali poucos e poucos. Fomos de longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que seguissem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E, velejando nós pela costa, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. As naus arribaram sobre eles; e um pouco antes do sol posto amainaram também, obra de uma légua do recife, e ancoraram em onze braças.

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons

corpos, que estavam numa almadia. Um deles trazia um arco e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas de nada lhes serviram. Trouxe-os logo, já de noite, ao Capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metemnos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepena, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata.

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora. Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e

acitava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera. Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas. O Capitão lhes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; e o da cabeleira esforçava-se por não a quebrar. E lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram.

Ao sábado pela manhã mandou o Capitão fazer vela, e fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta de seis a sete braças. Entraram todas as naus dentro; e ancoraram em cinco ou seis braças – ancoragem dentro tão grande, tão formosa e tão segura, que podem abrigar-se nela mais de duzentos navios e naus. E tanto que as naus quedaram ancoradas, todos os capitães vieram a esta nau do Capitão-mor. E daqui mandou o Capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas, e isto depois que fez dar a cada um sua camisa nova, sua carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, seus cascavéis e suas campainhas. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo obra de duzentos homens, todos nus, e com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levávamos acenaram-lhes que se afastassem e pousassem os arcos; e eles os pousaram, mas não se afastaram muito. E mal pousaram os arcos, logo saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais corria. E passaram um rio que por ali corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga; e outros muitos com eles. E foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas onde estavam outros. Ali pararam. Entretanto foi-se o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e o levou até lá. Mas logo tornaram a nós; e com ele vieram os outros que nós levávamos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

Então se começaram de chegar muitos. Entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam; traziam cabaços de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos: enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todos chegassem à borda do batel. Mas junto a ele, lançavam os barris que nós tomávamos; e pediam que lhes dessem alguma coisa. Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que com aquele engodo

quase nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que homem lhes queria dar.

Dali se partiram os outros dois mancebos, que os não vimos mais.

Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém.

Acenamos-lhes que se fossem; assim o fizeram e passaram-se além do rio. Saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos e tornamos às naus. Mas quando assim vínhamos, acenaram-nos que tornássemos. Tornamos e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles. Este levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não cuidaram de lhe tomar nada, antes o mandaram com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar, ordenando que lhes desse aquilo. E ele tornou e o deu , à vista de nós, àquele que da primeira vez agasalhara. Logo voltou e nós trouxemo-lo.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por louçainha todo cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia aseteado como S. Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. Nenhum deles era fanado, mas, todos assim como nós. E com isto nos tornamos e eles foram-se. À tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, em frente da praia. Mas ninguém saiu em terra, porque o Capitão o não quis, sem embargo de ninguém nela estar. Somente saiu — ele com todos nós — em um ilhéu grande, que na baía está e que na baixa-mar fica mui vazio. Porém é por toda a parte cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado.

Ali folgou ele e todos nós outros, bem uma hora e meia. E alguns marinheiros, que ali andavam com um chinchorro, pescaram peixe miúdo, não muito. Então volvemo-nos às naus, já bem de noite. Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção. Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias — duas ou três que aí tinham — as quais não são feitas como as que eu já vi; somente são três traves, atadas entre si. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam não se afastando quase nada da terra, senão enquanto podiam tomar pé.

Acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta.

Embarcamos e fomos todos em direção à terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo, na dianteira, por ordem do Capitão, Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que lhes o mar levava, para lho dar; e nós todos, obra de tiro de pedra, atrás dele.

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos; e muitos deles os iam logo pôr em terra; e outros não.

Andava aí um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não que a mim me parecesse que lhe tinham acatamento ou medo. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha.

Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava entre eles, sem implicarem nada com ele para fazer-lhe mal. Antes lhe davam cabaças de água, e acenavam aos do esquife que saíssem em terra.

Com isto se volveu Bartolomeu Dias ao Capitão; e viemo-nos às naus, a comer, tangendo gaitas e trombetas, sem lhes dar mais opressão. E eles tornaram-se a assentar na praia e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e pregação, a água espraia muito, deixando muita areia e muito cascalho a descoberto. Enquanto aí estávamos, foram alguns buscar marisco e apenas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um tão grande e tão grosso, como em nenhum tempo vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e amêijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira. E tanto que comemos, vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do Capitão-mor, com os quais ele se apartou, e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem.

E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem. E nisto concluíram. E tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados.

Sobre isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque era geral costume dos que assim levavam por força para alguma parte dizerem que há ali de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. Nem eles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam, quando Vossa Alteza cá mandar.

E que, portanto, não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e apacificar, senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos.

E assim, por melhor a todos parecer, ficou determinado.

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra e ver-se-ia bem como era o rio, e também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenavam que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaramse logo todos além do rio, o qual não é mais largo que um jogo de mancal. E mal desembarcamos, alguns dos nossos passaram

logo o rio, e meteram-se entre eles. Alguns aguardavam; outros afastavam-se. Era, porém, a coisa de maneira que todos andavam misturados. Eles ofereciam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que lhes davam.

Passaram além tantos dos nossos, e andavam assim misturados com eles, que eles se esquivavam e afastavam-se. E deles alguns iam-se para cima onde outros estavam.

Então o Capitão fez que dois homens o tomassem ao colo, passou o rio, e fez tornar a todos.

A gente que ali estava não seria mais que a costumada. E tanto que o Capitão fez tornar a todos, vieram a ele alguns daqueles, não porque o conhecessem por Senhor, pois me parece que não entendem, nem tomavam disso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para aquém do rio.

Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, em tal maneira que os nossos trouxeram dali para as naus muitos arcos e setas e contas.

Então tornou-se o Capitão aquém do rio, e logo acudiram muitos à beira dele.

Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo, pareciam bem assim.

Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha.

Também andava aí outra mulher moça com um menino ou menina ao colo, atado com um pano (não sei de quê) aos peitos, de modo que apenas as perninhas lhe apareciam. Mas as pernas da mãe e o resto não traziam pano algum.

Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia.

Trazia este velho o beijo tão furado, que lhe caberia pelo furo um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direito ao Capitão, para

lha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; e então enfadou-se o Capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra. Depois houve-a o Capitão, segundo creio, para, com as outras coisas, a mandar a Vossa Alteza.

Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos.

Então tornou-se o Capitão para baixo para a boca do rio, onde havíamos desembarcado.

Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquiviza como de animais monteses, e foram-se para cima.

E então o Capitão passou o rio com todos nós outros, e fomos pela praia de longo, indo os batéis, assim, rente da terra. Fomos até uma lagoa grande de água doce, que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito deles andar entre os marinheiros que se recolhiam aos batéis. E levaram dali um tubarão, que Bartolomeu Dias matou, lhes levou e lançou na praia.

Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar.

O Capitão ao velho, com quem falou, deu uma carapuça vermelha. E com toda a fala que entre ambos se passou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se apartou e começou de passar o rio, foise logo recatando e não quis mais tornar de lá para aquém.

Os outros dois, que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram – do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isso andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e

melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser.

Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos nenhuma casa ou maneira delas.

Mandou o Capitão aquele degredado Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. Ele foi e andou lá um bom pedaço, mas à tarde tornou-se, que o fizeram eles vir e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nenhuma coisa do seu. Antes – disse ele – que um lhe tomara umas continhas amarelas, que levava, e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir. Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como de Entre Douro e Minho.

E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

À segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes. Já muito poucos traziam arcos. Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa. Em tal maneira isto se passou, que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos, dos quais, creio, o Capitão há de mandar amostra a Vossa Alteza.

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados. Ali, alguns andavam daquelas tinturas quartejados; outros de metades; outros de tanta feição, como em panos de armar, e todos com os beijos furados, e muitos com os ossos neles, e outros sem ossos.

Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que, na cor, queriam parecer de castanheiros, embora mais pequenos. E eram cheios duns grãos vermelhos pequenos, que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, de que eles andavam tintos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até cima das orelhas; e assim as sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas da tintura preta, que parece uma fita preta, da largura de dois dedos.

E o Capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados, que fossem lá andar entre eles; e assim a Diogo Dias, por ser homem ledô, com que eles folgavam. Aos degredados mandou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos, e andaram entre eles. E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro.

Diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os achavam; e que lhes davam de comer daquela vianda, que eles tinham, a saber, muito inhame e outras sementes, que na terra há e eles comem. Mas, quando se fez tarde fizeram-nos logo tornar a todos e não quiseram que lá ficasse nenhum. Ainda, segundo diziam, queriam vir com eles.

Resgataram lá por cascavéis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o Capitão vo-las há de mandar, segundo ele disse.

E com isto vieram; e nós tornámo-nos às naus.

À terça-feira, depois de comer, fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa.

Estavam na praia, quando chegamos, obra de sessenta ou setenta sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. Depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos; e misturaram-se todos tanto conosco que alguns nos ajudavam a acarretar lenha e a meter nos batéis. E lutavam com os nossos e tomavam muito prazer.

Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau, que ontem para isso se cortou.

Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, do que por verem a Cruz, porque eles não tem coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, segundo diziam os homens, que ontem a suas casas foram, porque lhas viram lá.

Era já a conversação deles conosco tanta, que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.

O Capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia (e a outras, se houvessem novas delas) e que, em toda a maneira, não viessem dormir às naus, ainda que eles os mandassem. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios por essas árvores, deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá muitos nesta terra. Porém eu não veria mais que até nove ou dez. Outras aves então não vimos, somente algumas pombas-seixas, e pareceram-me bastante maiores que as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas; eu não as vi. Mas, segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!

Cerca da noite nos volvemos para as naus com nossa lenha.

Eu creio, Senhor, que ainda não dei conta aqui a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, as setas também compridas e os ferros delas de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que – eu creio — o Capitão a Ela há de enviar.

À quarta-feira não fomos em terra, porque o Capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus isso que cada uma podia levar. Eles acudiram à praia; muitos, segundo das naus vimos. No dizer de Sancho de Tovar, que lá foi, seriam obra de trezentos.

Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o Capitão ontem mandou que em toda maneira lá dormissem, volveram-se, já de noite, por eles não quererem que lá ficassem. Trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, a não ser que tinham o bico branco e os rabos curtos.

Quando Sancho de Tovar se recolheu à nau, queriam vir com ele alguns, mas ele não quis senão dois mancebos dispostos e homens de prol. Mandou-os essa noite mui bem pensar e curar. Comeram toda a vianda que lhes deram; e mandou fazer-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. Dormiram e folgaram aquela noite.

E assim não houve mais este dia que para escrever seja.

À quinta-feira, derradeiro de abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra por mais lenha e água. E, em querendo o Capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes. E por ele ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas. Trouxeram-lhe vianda e comeu. Aos hóspedes, sentaram cada um em sua cadeira. E de tudo o que lhes deram comeram mui bem, especialmente lacão cozido, frio, e arroz.

Não lhes deram vinho, por Sancho de Tovar dizer que o não bebiam bem.

Acabado o comer, metemo-nos todos no batel e eles conosco. Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco montês, bem revolta. Tanto que a tomou, meteu-a logo no beijo, e, porque se lhe não queria segurar, deram-lhe uma pequena de cera vermelha. E ele ajeitou-lhe seu adereço detrás para ficar segura, e meteu-a no beijo, assim revolta para cima. E vinha tão contente com ela, como se tivesse uma grande jóia. E tanto que saímos em terra, foi-se logo com ela, e não apareceu mais aí.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam, este dia, à praia quatrocentos ou quatrocentos e cinqüenta.

Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho; outros o não podiam beber. Mas parece-me, que se lho avezarem, o beberão de boa vontade.

Andavam todos tão dispostos, tão bem-feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem.

Acarretavam dessa lenha, quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis.

Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles.

Foi o Capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água que, a nosso parecer, era esta mesma, que vem ter à praia, e em que nós tomamos água.

Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dela, entre esse arvoredo, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que homens as não podem contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos. Quando saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos direitos à Cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam, acenaram-lhe que fizessem assim, e foram logo todos beijá-la. Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.

E portanto, se os degradedos, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quizerem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons

corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.

Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim.

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.

Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que, se a gente todos quisera convidar, todos vieram. Porém não trouxemos esta noite às naus, senão quatro ou cinco, a saber: o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um, que trazia já por pajem; e Aires Gomes, outro, também por pajem.

Um dos que o Capitão trouxe era um dos hóspedes, que lhe trouxeram da primeira vez, quando aqui chegamos, o qual veio hoje aqui, vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados, assim de vianda, como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.

E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor cantar a Cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o Capitão o lugar, onde fizessem a cova para a cantar.

Enquanto a ficaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela Cruz abaixo do rio, onde ela estava. Dali a trouxemos com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, em maneira de procissão.

Eram já aí alguns deles, obra de setenta ou oitenta; e, quando nos viram assim vir, alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar. Passamos o rio, ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando-se ali nisto, vieram bem cento e cinqüenta ou mais.

Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão, depois da qual comungaram esses religiosos e sacerdotes e o Capitão com alguns de nós outros.

Alguns deles, por o sol ser grande, quando estávamos comungando, levantaram-se, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinqüenta ou cinqüenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos.

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou em alva; e assim se subiu junto com altar, em uma cadeira. Ali nos pregou do Evangelho e dos Apóstolos, cujo dia hoje é, tratando, ao fim da pregação, deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, o que nos aumentou a devoção.

Esses, que à pregação sempre estiveram, quedaram-se como nós olhando para ele. E aquele, que digo, chamava alguns que viessem para ali. Alguns vinham e outros iam-se. E, acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruces de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda, houveram por bem que se lançasse a cada um a sua ao pescoço. Pelo que o padre frei Henrique se assentou ao pé da Cruz e ali, a um por um, lançava a sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinqüenta.

Isto acabado – era já bem uma hora depois do meio-dia – viemos às naus a comer, trazendo o Capitão consigo aquele mesmo que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o Céu e um seu irmão com ele. Fez-lhe muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca e ao outro uma camisa destoutras.

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais, ambos, hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho a redor de si. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha.

Ora veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence à sua salvação.

Acabado isto, fomos assim perante eles beijar a Cruz, despedimo-nos e viemos comer.

Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui nossa partida.

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, bastaria.

Quando mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza do que nesta vossa terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, que o desejo que tinha, de Vos tudo dizer, mo fez assim pôr pelo miúdo.